

Formulário para Solicitação de Autorização de Inexigibilidade de Licitação

**Unidade Solicitante:**

CSI

**Objeto:**

Serviço de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados, conforme especificações técnicas detalhadas.

**Finalidade / Objetivo da Contratação:**

Conforme Termo de Referência

Fornecedor Selecionado

**1 - Fornecedor (Nome/Razão Social):**

TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA

**1 - Endereço:**

RUA SERGIPE, 1014 - SALA 502 - SAVASSI, Belo Horizonte- Minas Gerais

**1 - CPF/CNPJ:**

05.757.597/0002-18

**1 - Valor (R\$):**

220.000,00

Anexar:

1 - Certidões - prova de regularidade do fornecedor escolhido, conforme descritas na base de conhecimento.

2 - Minuta do Contrato - Contrato preenchido com as informações orçamentárias (Código da Unidade Gestora, deverá ser verificado na Base de Conhecimento), quando for o caso.

3 - Procedimento Padrão do Contrato (Disponível da Base de Conhecimento).

Fiscais Do Contrato

Fiscal

**Nome completo:**

LUDMILLA PALMEIRA ANDRADE

**Matrícula:**

353186

Suplente

**Nome completo (suplente):**

Reinaldo Góes de Souza

**Matrícula (suplente):**

352498

**Responsável pelo preenchimento:**

Caroline Santana Silva

Fundamentação Legal: Art. 60 Incisos I, II e III





Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** em 10/11/2023, às 11:58, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0864204** e o código CRC **B39B04A3**.

---



**Comunicação Interna nº 41 / CSI - DAS - NÚCLEO APOIO ADM - DIVISÃO DA ATIVIDADE DE SUPORTE - NÚCLEO DE APOIO ADMINISTRATIVO**

Em 10 de novembro de 2023.

De: Gilberto Costa de Amorim Junior

Para: André Luis Santana Ribeiro

**Assunto:** Solicitação de contratação por inexigibilidade de licitação – Serviço de cessão temporária de uso de solução (software) de localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais úteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Senhor Superintendente,

Encaminho a Vossa Senhoria, o processo de contratação do serviço de cessão temporária de uso de solução (software) de localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais úteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

Como demonstram os documentos anexos, em especial, o termo de referência, a contratação é essencial para a manutenção das atividades de inteligência desenvolvidas no âmbito da CSI, a fim de prestar auxílio aos órgãos e unidades finalísticas em matérias diversas.

Verifica-se também a comprovação da inviabilidade de competição exigida pela legislação, na medida em que a empresa selecionada é a única credenciada pelo fabricante da ferramenta de TI em território nacional, com habilitação para a referida atualização, consoante carta de exclusividade ora apresentada.

Observa-se também, dos contratos firmados com a Administração Pública ora colacionados, que o valor da proposta é compatível com o anteriormente praticado pelo fornecedor em ajustes de mesma natureza.

Ratifico ainda, como ordenador de despesas responsável por esta unidade gestora de recursos, a autorização para a presente contratação, e indico como fiscal e suplente do contrato em tela, respectivamente, os seguintes servidores: Ludmilla Palmeira Andrade, Matrícula 353186; e Reinaldo Góes de Souza, Matrícula 352498.



Documento assinado eletronicamente por **Gilberto Costa de Amorim Junior** em 10/11/2023, às 16:15, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0864211** e o código CRC **88F821AD**.





1. OBJETO		
1.1 DEFINIÇÃO DO OBJETO	<b>Especificação do Objeto</b> Serviço de cessão temporária de uso de solução (software) de localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais uteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme especificações técnicas detalhadas.	
1.2 FORMA DE CONTRATAÇÃO  ESCOLHER UMA DAS TRÊS OPÇÕES  (Marcar com X):	( X )	A) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS IMEDIATA (PONTUAL/POR ESCOPO)
	( )	B) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARCELADA
	( )	C) OUTROS:
1.3 JUSTIFICATIVA:  <u>NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO</u>	<p>Por meio do Ato nº 181/2021 da Procuradoria Geral de Justiça, foi criado o Sistema de Inteligência do Ministério Público do Estado da Bahia (Sismin-BA), reestruturada a atividade de Inteligência e a atividade de Segurança Institucional, e reorganizada a Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do Ministério Público do Estado da Bahia (CSI), motivado por: <i>Interesse institucional em subsidiar as atividades dos órgãos de execução e da Administração Superior do MP; Prioridade no combate à criminalidade organizada; Necessidade de especialização e sigilo nas investigações, objetivando identificar, neutralizar e reprimir as ações ilícitas que constituam ameaça ao bem da coletividade e à segurança pública.</i></p> <p>O Sismin possui como objetivos: <i>Fortalecer e intensificar do intercâmbio de dados e conhecimentos com as demais agências de inteligência; Disponibilizar apoio informacional às ações finalísticas das instituições incumbidas da segurança pública, Subsidiar as atividades dos Órgãos de Execução do MPBA; Apoiar a gestão e o planejamento estratégico do Ministério Público e Organizar e difundir as estatísticas institucionais da atividade finalística do MPBA.</i></p> <p>Notadamente por suas atribuições, nesses anos de árduo esforço, a CSI notabilizou-se por agir com estratégia, inteligência e método nos casos sob a alçada desse MP. E fruto dessa ação sistemática e, também, em razão da popularização dos dispositivos computacionais portáteis e do uso massivo da Internet e das Redes Sociais, é patente a demanda por recursos, tempo e conhecimentos específicos de órgãos, entidades e demais atores responsáveis pela inteligência e pela investigação (forense) no âmbito das forças da lei em todo país, a exemplo do Ministério Público da Bahia.</p> <p>Sem dúvida, um dos maiores desafios para a estrutura do MP e daqueles empenhados na causa da segurança pública, reside no fato de que, com o avanço dos índices criminais e as profundas mudanças operadas na dinâmica criminal nas últimas décadas, vem sendo exigido da Administração Pública um processo gerencial cada vez mais eficiente, capaz de formular</p>	





objetivos, selecionar, desenvolver e executar ações que proporcionem (i) o fortalecimento das áreas e dos processos de perícia, investigação e inteligência; (ii) o aprimoramento dos métodos e ferramental tecnológico aplicado a este setor; (iii) a melhoria dos modelos de gestão, num sentido amplo, combinada com (iv) a capacitação profissional continuada; (v) e, com base a esses objetivos, a permanente e sólida interação daqueles órgãos cujo interesse miram a justiça e a segurança pública do Estado.

Fato é que a Internet, as vias digitais e o ciberespaço, com seus serviços e sistemas computacionais abrangem atualmente todos os aspectos da vida cotidiana, uma vez que atua através do emprego de modernos meios tecnológicos, redes de computadores e de comunicações destinadas ao trânsito de informações. Desta forma, seja no atendimento das necessidades individuais das pessoas, seja dando suporte para as organizações diversas, a “cibernética” é um campo de atuação vasto e complexo, e sua segurança implica na segurança de pessoas, de corporações, e até de nações.

Assim, no contexto de atuação da segurança pública, e em particular de seus setores de inteligência investigativa, fato é que em razão da popularização das plataformas eletrônicas portáteis e do uso massivo da Internet e das Redes Sociais, tornou-se patente a demanda por recursos, tempo e conhecimentos específicos para a consecução fluente e plena de atribuições tão específicas, qual seja, a de levantar e analisar dados no ciberespaço, em busca de informação de valor que subsidie, com eficácia e agilidade, a consecução de ações em casos de sua alçada, sobretudo aqueles que, pelo tema em tela, envolvem a prevenção e o combate à violência em seus diversos aspectos (ameaças, situações de risco latentes, crimes de todas as ordens etc).

Destarte, por esta acelerada evolução tecnológica (desde os equipamentos eletrônicos e os softwares, passando pelo surgimento de novos aplicativos de celular e sistemas na Internet, e com o aumento exponencial de informação gerada por este ambiente) e uma vez já endereçados os primeiros passos para atendimento de suas demandas, em avanço aos esforços voltados à composição de uma infraestrutura tecnológica especialista, cabe a demanda por novas soluções que forneçam performance e capacidades para o acesso, a localização, transformação e enriquecimento de dados coletados na WEB e em diversas fontes, a fim de estabelecer vínculos entre perfis, ou entidades, envolvidos nessas ameaças potenciais, sendo alvo de investigação pelos especialistas da estrutura da CSI do Ministério Público da Bahia.

Sendo fato inegável que somente a utilização de instrumento próprio para inteligência, possibilita a realização de importantes procedimentos específicos, levados a efeito quando é necessário obter conteúdos digitais de maneira juridicamente aceitos, é fato que esse MP e sua estrutura, guiado por constante e organizado planejamento, já vem investindo em soluções de tecnologia especialistas em inteligência investigativa e forense digital, bem como na capacitação de seu pessoal.

Nesta esteira, com a maturidade ao longo do tempo, estando a serviço desses especialistas em suas atividades (em particular, os da CSI), naturalmente foram observadas novas demandas e aprimoramentos necessários à completude desta infraestrutura tecnológica e que, agora, endereça a proposição de aquisição desse ferramental especializado.

Dentre estas, como necessidade urgente, pela importância e amplitude, e que deve ser atendida obrigatoriamente por solução compatível, integrada, pronta para uso e complementar ao ambiente de tecnologias hoje em operação, aponta-se em especial o atendimento às seguintes



demandas específicas:

- 1) Demandas por capacidades de localização, cruzamento e apresentação de dados de fontes públicas, comerciais e privadas, para a complementariedade daquelas capacidades hoje atendidas pelos sistemas locais, vitais para as análises de perfis de investigados que estão armazenados em diversas fontes (bases de dados e sistemas de informação), contudo, em estado bruto e sem interconexão ágil. A real demanda que se apresenta é para que, além de sua localização, seja também possível realizar o refinamento, o enriquecimento e o cruzamento desses dados, com apresentação gráfica de resultados, munindo de ainda mais agilidade o processo investigativo sustentado pelos sistemas atuais, nos seguintes termos:
  - a. Num sentido mais amplo, a demanda é por uma ferramenta que, além de fornecer suporte à realização de consultas a sistemas de redes sociais (Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Badoo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, SNAPchat, Snoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder e outros), extraindo dali seus dados públicos; seja também capaz de atingir os dados presentes em fontes tais como Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks, sites de notícias;
  - b. Num sentido mais restrito e do mais alto interesse para a CSI, a demanda trata da capacidade de realizar consultas em:
    - i. Fontes de dados de uso privado;
    - ii. Fontes de dados governamentais de uso público (Portais de Transparência, Juntas Comerciais e Tribunais de Justiça, como TRF1, TRF4, JUCESP, JUCEMG, JUCERJA);
    - iii. Fontes de dados governamentais de uso privado, como INFOSEG, arquivos do SIMBA, quebra de sigilo de mandados telefônicos e telemáticos; fontes de dados de uso público (Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel));
    - iv. Fontes de arquivo no formato UFDR, da solução UFED (Cellebrite) para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis, visando enriquecimento de entidades localizadas nos dispositivos móveis analisados.
- 2) Necessidade de capacitação especializada nas diversas tecnologias componentes da solução ora pretendida, visando a fluência dos especialistas em sua operação rotineira. Nesse sentido cabe destacar a importância do ganho em tempo e recursos financeiros quando da contratação de produtos e ferramentas que já sejam de conhecimento dos profissionais, sendo bastante desejável que a solução ora em aquisição se alinhe a esse quesito;
- 3) Necessidade de padronização e integração das ferramentas em estudo para uso dos profissionais, de modo a disponibilizar o mínimo necessário para realização de todas as tarefas de uma análise em mídias digitais. Ainda são justificáveis estas requisições mínimas por estas apresentarem informações comuns às necessidades de equipamentos em forças de segurança diversas tendo, entre os aspectos, funções específicas que não são normalmente encontradas em outros equipamentos do mercado;
- 4) *Finalmente, no que tange à manutenção, garantia e suporte técnico, a necessidade de garantir uma solução operacional por prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) meses, permitindo assim que os serviços sejam executados por tempo suficiente, particularmente devido ao fato de que vários casos investigados demandam ações ao longo de*





anos.

Particularmente nas aquisições de soluções e ferramentas de TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), cabe a qualquer CONTRATANTE estabelecer um equilíbrio entre o valor investido aquela tecnologia e o valor captado em resultados para a Administração Pública e, por conseguinte, para a sociedade, porém, sempre se desejando que esse último seja o mais duradouro possível.

Ao lidar diretamente com a evolução de um mercado tão vasto, intenso e concorrido como o de dispositivos móveis e seus derivados – sistemas operacionais, aplicativos, recursos em Cloud e outros - tais ferramentas obrigatoriamente devem receber constantes melhorias, a fim de se manterem atualizadas e sincronizadas com as novidades e avanços (particularmente os aspectos de segurança) implementados por cada fabricante, desenvolvedor e demais atuantes desse ecossistema.

Por todo esse dinamismo, uma funcionalidade técnica que mês passado não era contemplada pela ferramenta, hoje pode estar incorporada; e, também, o contrário – algum determinado aplicativo amplamente utilizado e franco objeto de investigação numa determinada época, por exemplo, pode, de um momento para outro, simplesmente não mais estar disponível para uso e, portanto, não demandar qualquer cobertura pela ferramenta.

Assim, em resumo, justifica-se do ponto de vista técnico a contratação desta atualização em prazo de 24 (vinte e quatro) meses pois:

- a. A indústria da tecnologia evolui a olhos vistos, com novos dispositivos e sistemas sendo lançados praticamente todo mês, e a obtenção das atualizações da solução é possível somente mediante a garantia contratada e, naturalmente, quanto maior o prazo, mais amplo o atendimento eficaz das demandas dos especialistas;
- b. Em boa parte dos casos investigados, compreendem anos o tempo decorrido desde as primeiras estratégias e instauração de um processo investigativo com respaldo legal, até chegar ao apontamento definitivo de evidências e provas cabais para que a Justiça possa agir.

Assim, trata-se de longos processos os quais, caso a contratação por 24 (vinte e quatro) meses não ocorra, estão sob risco de não serem analisados, podendo acarretar incalculável prejuízo às investigações em curso (e qualquer nova).

Pretende-se que essa aquisição respeite qualquer investimento já realizado, focando em soluções já experimentadas e aplicadas com sucesso em campo e, sempre que possível, para as quais já exista conhecimento prévio adquirido pelos especialistas no pleno uso de suas capacidades técnicas. O que, de fato, ocorre no processo em tela, uma vez que tal solução está em plena aplicação em órgãos de forças de lei da Administração Pública do Estado e estabelecida em diversos órgãos e instituições da área de Segurança Pública, nas esferas federal, estadual e municipal.

**1.4 JUSTIFICATIVA:  
DA INVIABILIDADE**

A referida solução compreende componentes essenciais que operam de modo integrado para fornecimento de todas as funcionalidades requeridas, para endereçamento das necessidades do





## DE COMPETIÇÃO

MP e de sua CSI, especificamente.

Trata-se de uma solução completa, especializada, dotada de sofisticada tecnologia a ser utilizada pelos profissionais, em busca de resultados mais precisos e eficazes, e conforme se justifica cada um dos seus componentes, uma vez traçadas as referidas necessidades específicas, anteriormente:

- 1) Solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com suporte de atualização tecnológica pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses) (Item 1 do Objeto)
- 2) Essencial que seja compatível e integrável ao ambiente atual, para a localização, cruzamento e apresentação de dados de diversas fontes, além de fornecer suporte à realização de consultas a sistemas de fontes de dados de uso privado; fontes de dados governamentais de uso público (Portais de Transparência, Juntas Comerciais, Diários Oficiais e Tribunais de Justiça); fontes de dados governamentais de uso privado (Infoseg e Simba); e fontes de dados de uso público (Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel) e outros).

A estratégia de contratação prevê um ÚNICO LOTE, compreendendo toda a solução, Objeto do processo em tela, de um único fornecedor exclusivo, não havendo possibilidade de prejuízo ao erário em razão da diversidade de vencedores ou por fatores observados nos certames com objeto fracionado - prazo de entrega, suporte de serviços, qualidade, padronização, compatibilidade, desempenho e garantia técnica.

( X ) SIM

( ) NÃO

### 1.5 INDICAÇÃO DE MODELO E/OU MARCA OBRIGATÓRIOS

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO\* (Marcar  
com X):

#### 1.5.1 INDICAÇÃO DO(S) ITEM(NS) E DO MODELO/MARCA - Em caso positivo:

*Tratando-se de contratação direta de objeto específico de fornecedor exclusivo, com a devida vênica, sempre se referirá a marca e modelo previamente determinados.*

#### 1.5.2 JUSTIFICATIVA PARA CADA ITEM - Em caso positivo:

## 2. FUNDAMENTO LEGAL

### 2.1 INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO LEGAL EM QUE SE ENQUADRA A HIPÓTESE DE CONTRATAÇÃO ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):

( X )

**A) Artigo 60, I da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005** - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

( )

**B) Artigo 60, II da Lei Estadual/BA nº 9.433/2005** - para a contratação dos serviços técnicos enumerados no art. 23 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

( )

**C) Artigo 60, caput** - quando caracterizada a inviabilidade de competição;





### 3. REGRAS DE CONTRATAÇÃO

<b>3.1 REGRAS DE FORMALIZAÇÃO CONTRATUAL</b>	<b>3.1.1 HAVERÁ CELEBRAÇÃO DE CONTRATO</b>  ( X ) A SIM  ( ) B NÃO ( FORMALIZAÇÃO SE DARÁ APENAS COM A EMISSÃO DE EMPENHO )				
<b>3.2 REGRAS DE EXECUÇÃO CONTRATUAL</b>	<b>3.2.1 REGIME DE EXECUÇÃO:</b>  ( ) Empreitada por preço unitário  ( X ) Empreitada por preço global  ( ) Outro:  <b>3.2.2 PRAZO PARA RETIRADA DA NOTA DE EMPENHO:</b>  ➤ 02 dias    ( ) Úteis    ( X ) Corridos.  ➤ Contados da convocação pelo Ministério Público, a ser formalizada preferencialmente por e-mail.  <b>3.2.3 PRAZOS DE EXECUÇÃO</b>  ➤ 20 dias    ( ) Úteis    ( X ) Corridos  ➤ O prazo será contado da data do recebimento, pelo Fornecedor, da Nota de Empenho, acompanhada da autorização de fornecimento e, se for o caso, do instrumento contratual.  <b>3.2.4 ADMISSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO</b> <table border="1"><tr><td data-bbox="341 1563 416 1630">( X )</td><td data-bbox="416 1563 1541 1630">A) NÃO</td></tr><tr><td data-bbox="341 1630 416 1883">( )</td><td data-bbox="416 1630 1541 1883">B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.  ➤ Por até _____ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos</td></tr></table> <b>3.2.5 LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:</b> <i>NÃO SE APLICA. A entrega do objeto será considerada realizada após a instalação da solução dos softwares contratados, que ocorrerá à distância, mediante a utilização da tecnologia (informática), redes de telefonia, internet, e outras formas de telecomunicação e comunicação à distância, ou de equipamentos específicos que possibilite a prestação de serviços sem a necessidade de o empregado se deslocar até a sede do Contratante.</i>	( X )	A) NÃO	( )	B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.  ➤ Por até _____ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos
( X )	A) NÃO				
( )	B) SIM. Neste caso, somente será admissível o pedido formalizado pelo fornecedor antes do termo final do prazo de entrega consignado, mediante justificativa - e respectiva comprovação - de fato superveniente, aceito pela Instituição.  ➤ Por até _____ dias    ( ) Úteis    ( ) Corridos				





### 3.2.6 REGRAS ESPECIAIS PARA EXECUÇÃO:

- Execução deve ser agendada - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):  
( ) A) NÃO (X) B) SIM
- Unidade responsável: Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência
- Telefone e e-mail para contato e/ou agendamento: (71) 3103-6556 e csi@mpba.mp.br
- Dias para realização da entrega dos serviços: Dias úteis
- Horários para execução: 8h às 17h
- Condições especiais adicionais: *A entrega do objeto será considerada realizada após a instalação da solução dos softwares contratados, que ocorrerá à distância, mediante a utilização da tecnologia (informática), redes de telefonia, internet, e outras formas de telecomunicação e comunicação à distância, ou de equipamentos específicos que possibilite a prestação de serviços sem a necessidade de o empregado se deslocar até a sede do Contratante.*

### 3.3 GARANTIA DO OBJETO

ESCOLHER UMA  
OPÇÃO  
(**Marcar com X**):

(X)

A) SEM EXIGÊNCIA DE GARANTIA

( )

B) COM EXIGÊNCIA DE GARANTIA - Regras:

- **EXECUTOR DA GARANTIA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) CONTRATADA (Regra geral)
  - ( ) B) FABRICANTE (Exceção)
    - Justificar a exigência de garantia do fabricante (Em caso positivo):
- **DURAÇÃO** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):
  - ( ) A) 01 ANO
  - ( ) B) 90 DIAS (GARANTIA LEGAL)
  - ( ) C) OUTRO. Especificar:
- **PRAZO MÁXIMO PARA RESOLUÇÃO DO CHAMADO**, contado a partir da abertura pelo MPBA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):





- ( ) A) \_\_\_\_\_ HORAS ( ) Úteis ( ) Corridas  
( ) B) \_\_\_\_\_ DIAS ( ) Úteis ( ) Corridos

➤ **NECESSIDADE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA** - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

- (X) A) SIM  
( ) B) NÃO

➤ **FORMA DE EXECUÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA** (Se resposta positiva acima) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

- ( ) A) Assistência sediada na zona urbana ou metropolitana de Salvador  
( ) B) Assistência sediada em local a critério do fornecedor (regra geral)  
( ) C) *On site*, isto é assistência prestada diretamente na sede do MPBA (exceção).

Regras:

- Os chamados para Assistência Técnica deverão ser atendidos no prazo máximo de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) horas, contadas da notificação pelo MPBA;
- O Fornecedor ou Fabricante (conforme regra de “Executor” acima indicada) arcará com todas as despesas decorrentes da reparação e/ou substituição de bens, a incluir o deslocamento de seus técnicos aos locais em que aqueles estiverem, bem como pelo transporte para sua oficina, se necessário;

(X) D) Outra. Especificar: Os serviços de suporte técnico remoto para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir:

- 1) Os serviços de suporte técnico remoto terão início a contar da data de emissão do termo de aceitação definitiva da implantação da Solução e devem ser realizados por profissionais especializados e cobrir todo e qualquer defeito apresentado;
- 2) O suporte técnico remoto ao produto deve ser provido pela empresa CONTRATADA por meio de seus engenheiros de suporte;
- 3) O suporte técnico remoto deve estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 09h às 18h (8X5);
- 4) Os chamados abertos através do canal de atendimento indicado pela CONTRATADA devem ser respondidos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, devendo ser apresentada Solução conclusiva para a demanda gerada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo de resposta anteriormente mencionado, exceto quando o problema for proveniente de um sistema de terceiros cuja solução possui conexão ou acesso;
- 5) O número de atendimentos de qualquer tipo pela CONTRATADA é ilimitado;
- 6) A CONTRATADA deve disponibilizar à CONTRATANTE meios para abertura e acompanhamento dos chamados através de e-mail e/ou ferramenta web e número de telefone, com atendente para informar sobre a situação das ordens de serviço, durante todo o período de contrato;
- 7) As ferramentas disponibilizadas para a abertura e acompanhamento dos cha-





mados devem fornecer uma numeração única e sequencial para cada registro, data e hora de abertura do chamado e ainda permitir o cancelamento e consulta das ordens de serviços exclusivas da CONTRATANTE;

- 8) A CONTRATADA deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, e-mail e Internet.

➤ **DEMAIS REGRAMENTOS:**

**3.4.1 PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO:** 02 dias    ☐ Úteis    ☒ Corridos

**3.4.2 PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO:** 02 dias    ☐ Úteis    ☒ Corridos

**3.4.3 UNIDADE RESPONSÁVEL PELO RECEBIMENTO:** *Coordenadoria de Segurança Institucional – CSI*

**3.4.4 PRAZO PARA ADEQUAÇÃO OU REFAZIMENTO DE SERVIÇO(S) REJEITADO(S) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (Marcar com X):**

☐ A) NÃO SE APLICA

☒ B) PRAZO: ☐ \_\_\_\_\_ HORAS    ☐ Úteis    ☐ Corridas

☒ 02 DIAS    ☐ Úteis    ☒ Corridos

**3.4 CONDIÇÕES E  
RESPONSÁVEIS PELO  
RECEBIMENTO**

**DEMAIS REGRAMENTOS:**

3.4.5 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem com as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

3.4.6 O recebimento dado pelo Ministério Público do Estado da Bahia em fatura (ou documento afim) apresentada por transportadora a serviço do fornecedor não será considerado para fins de recebimento provisório/definitivo;

3.4.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato só será concretizado depois de adotados, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, todos os procedimentos contidos nos Ato Normativos internos relativos ao tema, respeitadas as exigências contidas do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

3.4.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo Ministério Público do Estado da Bahia não exclui a responsabilidade do fornecedor por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de Dispensa Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao Ministério Público do Estado da Bahia, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.





<b>3.5 POSSIBILIDADE OU NÃO DE SUBCONTRATAÇÃO</b>  ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	<b>A) VEDADA A SUBCONTRATAÇÃO</b>
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>B) ADMITIDA A SUBCONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ACESSÓRIOS.</b>  ➤ Indicar parcela(s) subcontratável(eis):  ➤ Indicar regras/condições para subcontratação:
<b>3.6 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO</b>	<b>3.6.1 PERIODICIDADE DE PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</b>	
	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	<b>A) PAGAMENTO INTEGRAL, AO FINAL DA EXECUÇÃO E RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS</b>
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>B) CADA PEDIDO (E CONSEQUENTE EMPENHO EMITIDO) SERÁ PAGO INTEGRALMENTE, EM PARCELA ÚNICA</b>
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>C) PAGAMENTO PARCELADO:</b>  ➤ Quantidade de parcelas:  ➤ Definição dos montantes das parcelas (Por quantidades ou percentuais, conforme regime de execução e regramentos eventualmente definidos no anexo mencionado no item 1.2.):
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>C) PAGAMENTO MENSAL</b>
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>D) OUTRA:</b>
	<b>3.6.2 CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA EFETIVAÇÃO DO PAGAMENTO - ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO (Marcar com X):</b>	
	<input type="checkbox"/> ( )	<b>A) NÃO SE APLICA</b>
	<input checked="" type="checkbox"/> (X)	<b>B) CONDIÇÕES ESPECIAIS. Especificar:</b> O pagamento será efetivado somente após a efetiva instalação da solução, conforme atestado pela Comissão de Recebimento instituída pelo Contratante.
	<b>3.6.3 DEMAIS REGRAS:</b>  3.6.3.1 O pagamento será processado mediante apresentação, pela contratada, de nota fiscal e certidões cabíveis - documentação esta que deverá estar devidamente acompanhada do ACEITE pelo Ministério Público do Estado da Bahia, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;  3.6.3.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada como data	





de apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

3.6.3.3 As notas fiscais deverão discriminar os tributos, com respectivos valores, alíquotas e bases de cálculo, que tenham como fato gerador o objeto contratado;

3.6.3.4 O Ministério Público do Estado da Bahia realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, na hipótese de figurar como substituto tributário, de acordo com a legislação vigente;

3.6.3.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela empresa contratada, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

3.6.3.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo Ministério Público do Estado da Bahia, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE pro rata tempore, observado, sempre, o disposto no item 3.6.3.2.

**A) PREÇOS IRREAJUSTÁVEIS**

( X )

**B) PREÇOS PASSÍVEIS DE REAJUSTAMENTO. Regras:**

- Índice oficial para o cálculo da variação de preços - ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X)**:

( ) A) INPC/IBGE

( ) B) OUTRO. Indicar:

- A eventual concessão de reajustamento fica condicionada à apresentação de requerimento formal pelo Fornecedor, após o transcurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da data da apresentação da proposta;
- Na hipótese de reajustamento, adotar-se-á como referencial o acumulado de 12 (doze) meses, sendo o termo inicial o mês de apresentação da proposta e termo final o mês que antecede a data de aniversário.
- Serão objeto de reajuste apenas os valores relativos a pedidos de serviços formalizados após o decurso do prazo de 12 (doze) meses, contados da apresentação da proposta;

**3.7 POSSIBILIDADE  
OU NÃO DE REAJUS-  
TAMENTO, COM IN-  
DICAÇÃO DE ÍNDICE  
OFICIAL**

ESCOLHER UMA OP-  
ÇÃO  
**(Marcar com X):**

( )

**3.8 DEFINIÇÃO DE  
VIGÊNCIAS**

**3.8.1 DEFINIÇÃO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO - ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X):****

( )

**A) CONTRATAÇÕES SEM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

- ESCOLHER UMA OPÇÃO **(Marcar com X):**





( ) **Opção 1:** \_\_\_\_\_ meses , contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

( ) **Opção 2:** \_\_\_\_\_ dias, contados do recebimento do empenho pelo fornecedor

**B) CONTRATAÇÕES COM INSTRUMENTO FORMAL DE CONTRATO**

➤ ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

(X) **Opção 1:** 25 meses, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

(X) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

(X)

( ) **Opção 2:** \_\_\_\_\_ dias, contados a partir de(a) - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):

( ) A) Data certa: \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_

( ) B) Da data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico

➤ Justificar vigência superior a 12 (doze) meses (se for o caso): A vigência contratual engloba todo o prazo de execução dos serviços de atualização estendida, razão pela qual ultrapassa um exercício financeiro.

**3.8.2 POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA - ESCOLHER UMA OPÇÃO (**Marcar com X**):**

(X) A) NÃO

( ) B) SIM. Justificativa:

**3.9 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.9.1 Executar o objeto contratual de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no instrumento convocatório e seus anexos, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente do MPBA, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

3.9.2 Adotar as providências legais e/ou contratuais cabíveis, nas ocorrências de danos no decurso





do uso normal do produto durante o prazo de garantia e por defeitos de fabricação;

3.9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada embalagem, transporte e entrega do(s) bem(ns);

3.9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **MPBA**, observando-se, ainda, eventuais restrições à subcontratação definidas neste instrumento;

3.9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

3.9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

3.9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

3.9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **MPBA** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

3.9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

3.9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **MPBA** e/ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **MPBA** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

3.9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **MPBA**;

3.9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **MPBA**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **MPBA**;

3.9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

3.9.13 Comunicar formalmente ao **MPBA** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;





3.9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

3.9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo MPBA.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

( )

**A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( X )

**B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:

3.9.16 Até 30 (trinta) dias após a instalação da solução, a CONTRATADA deve disponibilizar transferência de conhecimento na modalidade “EAD – Ensino a Distância”, com instrutor em tempo real, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, com conteúdo teórico, prático e emissão de certificado:

- Deve possuir carga horária de 12 (doze) horas, em dois períodos de 6 (seis) horas, ministrados em 2 (dois) dias;
- A capacitação deve ser ministrada em língua portuguesa do Brasil, com disponibilização de material didático pela CONTRATADA.

**3.10 OBRIGAÇÕES  
DO CONTRATANTE**

**OBRIGAÇÕES GERAIS**

3.10.1 Fornecer, no prazo de até 10 (dez) dias a contar do início da vigência da contratação, as informações necessárias para que a empresa contratada possa executar plenamente o objeto contratado;

3.10.2 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos neste documento;

3.10.3 Permitir o eventual acesso dos empregados autorizados da empresa contratada às instalações físicas do MPBA, nos locais e na forma que se façam necessários para a execução contratual;

3.10.4 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições da contratação, notificando a empresa contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;

3.10.5 Fornecer à empresa contratada, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas em edital e seus anexos.

**OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS (DEFINIDAS EM RAZÃO DO OBJETO CONTRATADO):**

( )

**A) NÃO EXISTEM OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS**, sendo aplicáveis somente os regramentos gerais definidos no subitem anterior.

( X )

**B) OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS.** Indicar:





3.10.6 A CONTRATANTE é responsável por providenciar os recursos técnicos necessários à realização da transferência de conhecimento indicada no item 3.9.16

<b>3.11 INDICAÇÃO SOBRE A NECESSIDADE DE GARANTIA CONTRATUAL, COM PERCENTUAL</b>  ESCOLHER <u>UMA</u> OPÇÃO <b>(Marcar com X):</b>	<input type="checkbox"/>	<b>A) NÃO SE APLICA (CONTRATAÇÕES SEM FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO)</b>
	<input checked="" type="checkbox"/>	<b>B) NÃO SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL</b>
	<input type="checkbox"/>	<b>C) SERÁ EXIGIDA GARANTIA CONTRATUAL.</b> Regras:  ➤ Percentual exigido: <input type="checkbox"/> 5% (cinco por cento) <b><u>OU</u></b> <input type="checkbox"/> Outro. Indicar: _____ % (_____ por cento)  ➤ Prazo para apresentação: _____ dias após assinatura do contrato.



ANEXO I – TABELA INDICATIVA DE ITENS

1. INDICAÇÃO DOS ITENS QUE COMPÕEM O OBJETO:

1.1 DETALHAMENTO DOS ITENS

Item	Descrição (Especificações técnicas)	Unidade de Fornecimento	Quantidade	Valor unitário	Valor Total
Único	Solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Licença de uso anual	02	R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)	R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)



**ANEXO II – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DETALHADAS*****Solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses***

Deve ser fornecida solução, com licenciamento por tempo determinado, de 24 (vinte e quatro) meses, para otimização das análises através da análise de vínculos, permitindo que várias bases de dados sejam conectadas entre si, com a finalidade de prover análises de evidências vinculativas entre as entidades pesquisadas, enriquecendo de forma visual os dados de uma determinada pesquisa ou alvo; e que atenda aos seguintes requisitos mínimos quanto às suas capacidades e recursos técnicos:

- Deve possuir interface com exibição em forma de grafos;
- Deve ter a capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;
- Deve possuir:
  - recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;
  - capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados;
- Deve suportar apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;
- Deve possuir recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;
- Deve apresentar visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;
- Deve permitir abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;
- Deve permitir:
  - pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;
  - pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações;
- Deve possuir:
  - menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãs, vizinhas, pais ou folhas;
  - menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção;
- Deve suportar diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;
- Deve possuir recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;
- Deve possuir recurso para:
  - exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;
  - exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, GIF, CSV, XLS e XLSX;
  - importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX;
- Deve possuir recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;
- Deve possuir recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;
- Deve permitir construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automatização e otimização do processo de investigação;
- Deve suportar realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Ba-



- doo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Snoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder;
- Deve suportar realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks;
  - Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;
  - Deve permitir extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc; e realizar:
    - localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);
    - identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;
    - implementação de métodos avançados que permitem identificar conexões mesmo quando a lista de amigos não esteja pública;
    - localização de postagens com base no Facebook ID e em intervalo especificado de datas;
  - Deve permitir a extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;
  - Deve permitir a localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, Vkontakte, Xing;
  - Deve permitir localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;
  - Deve possibilitar a extração de informações de EXIF de fotos;
  - Deve possuir a capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alconha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);
  - Deve suportar realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg;
  - Deve suportar realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);
  - Deve suportar realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);
  - Deve possuir integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;
  - Deve suportar realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;
  - Deve suportar reconhecimento de texto em imagens (OCR);
  - Deve suportar reconhecimento de entidades em documentos de texto com aplicação de Named-entity recognition (NER), contemplando, no mínimo: Nome, CPF, CNPJ, Data e Valor;
  - Deve possuir capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;
  - Deve fornecer trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada;
  - Deve possuir compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;
  - Deve possuir recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;
  - Deve realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário.




## RES: Proposta SNAP

Felipe Scovino <felipe.scovino@techbiz.com.br>

Qua, 08/11/2023 09:29

Para:Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>;Ludmilla Palmeira Andrade <ludmilla.andrade@mpba.mp.br>

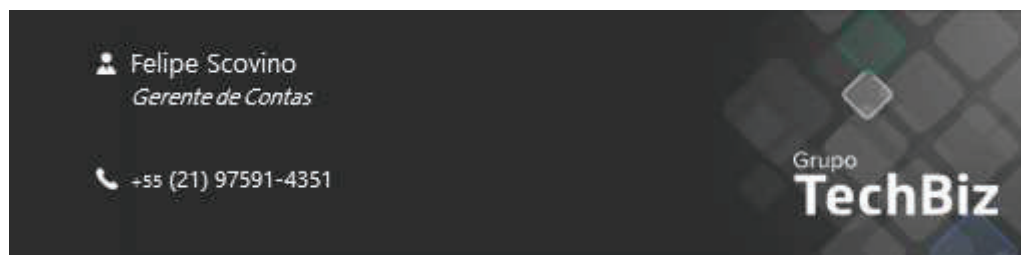
 1 anexos (102 KB)

Proposta Comercial SNAP - MPBA.pdf;

Pessoal,

Segue o anexo.

Abs,



---

**De:** Felipe Scovino

**Enviada em:** terça-feira, 7 de novembro de 2023 17:48

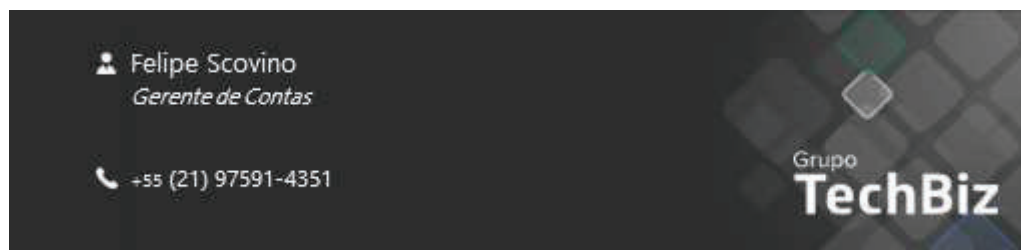
**Para:** Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>; Ludmilla Palmeira Andrade <ludmilla.andrade@mpba.mp.br>

**Assunto:** Proposta SNAP

Pessoal,

Segue proposta solicitada. Os demais documentos envio até amanhã!

Abs,





A: Ministério Público do Estado da Bahia

Ref.: 2023-MPBA-Aquisição SNAP (1 Unidade) - 2anos

## 1. PROPOSTA

A) 1 Unidade - Aquisição SNAP com 2 Anos de atualização de assinatura e suporte.

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
SNAP DESKTOP	Licença de Uso Anual	2	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00
TOTAL				R\$ 220.000,00

A aceitação do orçamento implica na concordância das condições a seguir.

### 1. Condições gerais:

- Aos custos já estão acrescidos de todos os impostos, de acordo com a legislação vigente.
- Quaisquer alteração nos impostos vigentes será acrescida ao valor final.
- O prazo de entrega do software é de até 20 dias.
- Prazo para início dos serviços é de 20 dias após a assinatura de contrato ou recebimento do pedido de compra.
- A substituição, reposição, reparo ou renovação (quando aplicável), de hardware e seus acessórios terão um SLA de até 90 dias.

## B) DADOS PARA CADASTRO

**Techbiz Forense Digital LTDA****CNPJ:** 05.757.597/0002-18 **Inscrição Estadual:** 001.252.061.00-69 **Inscrição Municipal:** 1.308.04180**Endereço:** Rua Sergipe nº 1014, Sala 502, Savassi – Belo Horizonte / Minas Gerais – CEP 30.130-174**Banco Itaú – 341 Agência:** 0925 **Conta Corrente:** 70500-6

## C) DETALHES DESTA PROPOSTA

Ident. da Cotação	Rev.	Início da Vigência	Término da Vigência	Condições de Pagamento
QUO-10852-X1G9J9	0	09/11/2023	31/12/2023	Vencimento em 30 dias

Atenciosamente,

**Felipe Scovino****Gerente de Contas****TechBiz Forense Digital****Cel/Mob:** 21 97591-4351**Email:** [felipe.scovino@techbiz.com.br](mailto:felipe.scovino@techbiz.com.br)





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

**CONTRATO Nº 07/2023**, QUE CELEBRAM A PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA E A EMPRESA TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, PARA AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES PARA FORENSE DIGITAL, EM RESPEITO ÀS CARACTERÍSTICAS DETALHADAS, TERMOS E CONDIÇÕES APRESENTADAS NESTE DOCUMENTO, COM SUPORTE DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA PELO PRAZO DE 24 (VINTE E QUATRO) MESES, NA FORMA ABAIXO:

A **PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**, com sede na Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau, CEP: 65076-820, nesta cidade de São Luís/MA, inscrita no CNPJ nº 05.483.912/0001-85, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada por seu Procurador-Geral, Dr. **EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU**,

[REDACTED], e a empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**, aqui simplesmente denominada **CONTRATADA**, inscrita no CNPJ nº 05.757.597/0002-18, Rua Sergipe, 1014, Sala 502, Bairro: Savassi. CEP 30130-174, Belo Horizonte – MG, neste ato representado pelo Sr. Rafael Velasquez Saavedra da Silva, portador [REDACTED] têm justo e acertado a celebração do presente Contrato, decorrente de **inexigibilidade de licitação**, cuja lavratura foi regularmente autorizada em despacho do Diretor-Geral desta PGJ/MA, conforme consta do **Processo Administrativo nº 23842/2022**, com amparo legal no **artigo 74, inciso I, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021**, e ainda no Ato Regulamentar nº 23/2022-GPGJ, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Instrumento tem por objeto a aquisição de soluções para forense digital, indicados na Tabela abaixo discriminada, conforme detalhamento e especificações fixadas no Contrato e na proposta apresentada constante dos autos do Processo Administrativo nº 23842/2022.

ITEM	DESCRIÇÃO	TIPO	QTD
1	Bloqueador de escrita de dados para aquisição forense de discos rígidos (com garantia e atualização tecnológica por 36 (meses) meses)	Equipamento, Licença Perpétua de Software e serviços de suporte/garantia	4 unidades
2	Serviço de subscrição de solução para extração de imagens de sistemas de videomonitoramento (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Serviço	2 Licenças





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

3	Serviço de subscrição de solução para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Serviço	1 Licença
4	Serviço de subscrição de solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Serviço	1 Licença
5	Serviço de subscrição de solução avançada para desbloqueio de dispositivos computacionais portáteis com sistemas operacionais Android e IOS, bloqueados por senha (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Serviço	1 Licença
6	Serviço de subscrição de solução para processamento e análise colaborativa de dados de plataformas eletrônicas portáteis e serviços de computação em nuvem (Cloud), para cruzamento de vínculos e análise avançada de mídias (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Serviço	1 Licença
7	Estação forense de investigação colaborativa (com garantia de 36 (trinta e seis) meses para uso da solução para processamento e análise colaborativa da dados de plataformas eletrônicas portáteis (ITEM 6).	Equipamento e serviços de suporte/garantia	1 unidade

## **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência do Contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, a contar da data de sua assinatura, sendo prorrogável na forma do art. 106 da Lei Federal nº 14.133/21;

2.2 O encerramento da vigência contratual não prejudica a manutenção das obrigações das partes, no que se refere aos bens/serviços em garantia, nos termos já descritos neste Contrato.

## **CLÁUSULA TERCEIRA – DA INFORMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

3.1 Os recursos orçamentários reservados para o pagamento da despesa objeto deste contrato, correrão à dotação orçamentária seguinte:

**Ação:** 2963 – Coordenação de Ações Essenciais à Justiça

**Subação:** 150 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça no Estado do Maranhão (INFORMÁTICA)

**Natureza da despesa:** 4.4.90.52.35 – Equipamentos de Processamento de Dados.

**Nota de Empenho nº** 2023NE000980, datada de 31/03/2023.

**Natureza da despesa:** 33.90.40.06 – Locação de Software

**Nota de Empenho nº:** 2023NE000985, datada de 31/03/2023.

## **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR E DA FORMA DE PAGAMENTO**





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.1. Pela execução do presente contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **5.497.033,37 (cinco milhões, quatrocentos e noventa e sete mil, trinta e três reais e trinta sete centavos)**.

4.2. No quadro abaixo, detalha-se o orçamento desta contratação de acordo com as especificações do objeto:

**LOTE ÚNICO**

Item	Descrição	Qte	Custo Unitário (R\$)	Subtotal (R\$)
1	Bloqueador de escrita de dados para aquisição forense de discos rígidos (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	4 unidades	R\$ 19.177,91	R\$ 76.711,64
2	Serviço de subscrição de solução para extração de imagens de sistemas de videomonitoramento (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	2 Licenças por 2 anos	R\$ 40.956,05	R\$ 163.824,18
3	Serviço de subscrição de solução para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	1 Licença por 2 anos	R\$ 58.764,755	R\$ 117.529,51
4	Serviço de subscrição de solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	1 Licença por 2 anos	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00
5	Serviço de subscrição de solução avançada para desbloqueio de dispositivos computacionais portáteis com sistemas operacionais Android e IOS, bloqueados por senha (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	1 Licença por 2 anos	R\$ 1.500.181,35	R\$ 3.000.362,70
6	Serviço de subscrição de solução para processamento e análise colaborativa de dados de plataformas eletrônicas portáteis e serviços de computação em nuvem (Cloud), para cruzamento de vínculos e análise avançada de mídias (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	1 Licença por 2 anos	R\$ 835.565,50	R\$ 1.671.131,00
7	Estação forense de investigação colaborativa (com garantia de 24 (vinte e quatro) meses) para uso da solução para processamento e análise colaborativa da dados de plataformas eletrônicas portáteis (ITEM 6).	1 Unidade	R\$ 247.474,34	R\$ 247.474,34
<b>CUSTO MÉDIO TOTAL ESTIMADO</b>				<b>R\$ 5.497.033,37</b>

4.3. O pagamento será efetuado, em parcela única por item, pela CONTRATANTE no prazo de 30 (trinta) dias, contados do ato de RECEBIMENTO DEFINITIVO do objeto ofertado, e mediante apresentação de sua(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) de Serviço(s) e documentações complementares, conforme os itens de fornecimento;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 4.3.1 A Nota Fiscal/Fatura de Serviço emitida deverá conter apenas os itens fornecidos ou serviços efetivamente executados e atestados pela FISCALIZAÇÃO da CONTRATANTE;
- 4.3.2 Quaisquer pagamentos à CONTRATADA ficam condicionados à prova de regularidade fiscal perante as Fazendas Federal, Estadual, Municipal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e à comprovação de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa;
- 4.3.3 A CONTRATADA deverá enviar junto a Nota Fiscal/Fatura de Serviços todas as certidões mencionadas no subitem anterior.
- 4.4. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” definitivo pelos fiscais de contrato na nota fiscal apresentada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos do recebimento definitivo;
- 4.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;
- 4.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;
- 4.7. Antes do pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação da empresa. Não estando o contratado cadastrado no SICAF, deverão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões ou convocado o contratado a encaminhar documento válido que comprove o atendimento das exigências de habilitação;
- 4.8. Constatando-se a situação de irregularidade da Contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa;
- 4.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da Contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;
- 4.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à Contratada a ampla defesa;
- 4.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a Contratada não regularize sua situação;
- 4.12. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante, não será rescindido o contrato em execução com a Contratada inadimplente;





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.13. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável:

4.13.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.14. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributárias e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxas de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.15. No caso de atraso de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples calculados através da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438

VP = Valor da prestação em atraso.

## CLÁUSULA QUINTA– DO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO

5.1. O prazo para entrega do objeto especificado neste documento será de, no máximo, 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato, com eficácia na publicação do seu extrato na imprensa oficial;

5.1.1. Realizada a entrega, será efetivado o recebimento provisório, nos termos do item 6.1.2, a partir do que, se inicia o prazo para instalação em conformidade com o item 8.1;

5.2 Os itens deverão *ser entregues no Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO, terceiro andar do prédio sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJMA), situada na Avenida Professor Carlos Cunha, nº 3261 – Calhau, CEP: 65076-820 – São Luís–MA, Telefone: (98) 3219–1626, no horário das 08:00 às 15:00 horas;*

5.3 O fornecimento do objeto deverá ser feito por item, de acordo com o especificado na Cláusula Sexta do presente Contrato, devendo os mesmos serem novos (sem uso, reforma ou recondicionamento) e entregues acondicionados adequadamente em embalagens lacradas, de forma a permitir a completa segurança durante o transporte;





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

5.4 O transporte dos objetos até o local determinado pelo Ministério Público do Maranhão, conforme item 5.3, deverá ser realizado pela contratada. A entrega deverá ser agendada com antecedência mínima de 24 horas, sob o risco de não ser autorizada;

5.5. A empresa CONTRATADA obriga-se a efetuar a entrega do produto, no prazo previsto neste Contrato, acompanhados de: Certificado de Garantia emitido pelo fabricante do equipamento, válido para toda rede de assistência técnica do fabricante no Brasil; Informações referentes ao produto em português (catálogo), que pode ser disponibilizado online; e Nota Fiscal correspondente;

5.6 Eventual pedido de *prorrogação deverá ser encaminhado para os seguintes endereços de e-mail: gaeco@mpma.mp.br / labld@mpma.mp.br, telefones: (98) 3219-1626 / (98) 3219-1780;*

5.7 Serão injustificados os atrasos não comunicados tempestivamente ou indevidamente fundamentados, e a aceitação da justificativa ficará a critério do CONTRATANTE;

5.8 Em casos excepcionais, autorizados pelo CONTRATANTE, o documento comprobatório do atraso alegado poderá acompanhar a entrega do produto;

5.9. Estão incluídos nos preços unitários todos os impostos, taxas, fretes e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais serão de responsabilidade da CONTRATADA.

## CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES E PRAZOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

### 6.1 DO RECEBIMENTO

6.1.1 No ato de entrega do objeto, a CONTRATADA deve apresentar documento fiscal válido correspondente ao fornecimento;

6.1.2. Os objetos serão recebidos provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias úteis, a contar do primeiro dia útil após o recebimento da formalização, por parte da CONTRATADA, comunicando a finalização da entrega dos mesmos no local determinado;

6.1.3. Serão efetuados os testes de conformidade e verificação do(s) objeto(s) para que seja configurado o recebimento definitivo. Os objetos, uma vez recusados ou apresentando defeitos, deverão ser substituídos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE. Neste caso, a CONTRATANTE terá novo prazo para testes;

6.1.4. O Termo de Recebimento Provisório será certificado pelo fiscal do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

6.1.5. Os objetos serão recebidos definitivamente, mediante Termo de Recebimento Definitivo, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de 30 (trinta) dias úteis de





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

observação ou vistoria, a contar da emissão do Termo de Recebimento Provisório. A assinatura fica condicionada à constatação do atendimento das especificações constantes neste Termo de Referência e o correto funcionamento do(s) objeto(s) recebidos;

6.1.6. O Termo de Recebimento Definitivo será certificado pelo gestor e pelos fiscais do contrato indicado pela CONTRATANTE, conforme art. 7º, do Ato Regulamentar nº 08/2015;

6.1.7. A assinatura do Termo de Recebimento Definitivo indica que o objeto recebido está conforme o Contrato, ficando a CONTRATADA quitada dos encargos contratuais, porém, permanecendo sua responsabilidade pelo perfeito funcionamento dos objetos;

6.1.8. Os objetos serão recusados se entregues com especificações técnicas inferiores às exigidas na Cláusula Décima Quinta – Requisitos Mínimos Da Contratação, ou se não forem entregues todos os itens contidos nos pedidos gerados.

6.2. Os objetos contidos na Cláusula Décima Quinta – Requisitos Mínimos Da Contratação, serão considerados aceitos somente após desembalados, conferidos, instalados, configurados, analisados e emitido termos de recebimento pela contratante, atendidas as especificações e condições exigidas.

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA**

7.1 A garantia para os objetos itens 2, 3, 4, 5 e 6 da Cláusula Primeira deste Contrato deverá ser prestada pelo período máximo de 24 (vinte e quatro) meses e deverá ser na modalidade remota;

7.2. A garantia para os objetos, itens 1 e 7 da Cláusula Primeira deste Contrato, deverá ser de no mínimo 36 (trinta e seis) meses e na modalidade “On Site”;

7.3 A garantia contará do recebimento definitivo dos serviços, equipamentos ou peças, sem nenhum custo adicional à PGJMA;

7.4. A garantia acima não trará prejuízo de qualquer política de garantia adicional oferecida pelo fabricante;

7.5. A garantia e assistência técnica das soluções deverá abranger peças e componentes contra defeitos de fabricação, funcionamento e possíveis falhas que possam surgir com o uso;

7.6. A CONTRATADA deverá disponibilizar suporte técnico via telefone, e-mail ou página web, sem ônus para a PGJMA, visando agilizar os chamados e atendimentos técnicos, e prestar a garantia, quando solicitada, no horário compreendido entre 08h00 (oito) e 18h00 (dezoito) horas, de segunda a sexta-feira, excluídos os feriados, no Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD do MPMA;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

7.7. A garantia “On Site” deverá observar os prazos estabelecidos, contados a partir da data e hora do chamado;

7.8. Para o atendimento, deve-se considerar o que consta na CLÁUSULA OITAVA - INSTALAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E CAPACITAÇÃO;

7.9 A CONTRATADA deverá substituir a solução já instalada por uma nova, com características e capacidades iguais ou superiores ao que será substituída, no prazo de 10 (dez) dias úteis após ser notificada, nos seguintes casos:

7.9.1. Caso a soma dos tempos de paralisação da solução, por defeito de hardware/software, ultrapasse 80 (oitenta) horas úteis, dentro de qualquer período de 30 (trinta) dias;

7.9.2. Caso alguma solução apresenta reincidência de problemas, não necessariamente o mesmo problema, a CONTRATANTE poderá exigir a substituição integral do item defeituoso por outro novo e de primeiro uso, de preferência do mesmo modelo, com características iguais ou superiores, que deverá ocorrer a partir da data do registro da terceira ocorrência, independentemente do intervalo de tempo entre as ocorrências;

7.10. Quando da solicitação da manutenção corretiva, por meio de telefone, chat, fac-símile ou e-mail, a PGJMA, através da Unidade de Tecnologia da Informação do Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro, fornecerá à CONTRATADA, para fins de abertura de chamado técnico, obrigatoriamente as seguintes informações:

7.10.1. Código de fabricação ou número de série da solução;

7.10.2. Local onde a assistência técnica deverá ser prestada (Laboratório de Tecnologia Contra Lavagem de Dinheiro – LAB-LD);

7.10.3. Anormalidade observada;

7.10.4. Nome do responsável pela solicitação;

7.10.5. Número do telefone para contato.

7.11. Somente os técnicos da CONTRATADA, ou pessoas a quem a CONTRATADA autorizar por escrito, poderão executar os serviços de manutenção corretiva “ON-SITE”;

7.12. Os técnicos, ou pessoas autorizadas pela CONTRATADA, deverão apresentar, no ato do atendimento, credenciamento (crachá da CONTRATADA) e documento de identidade pessoal (RG), para efetuarem qualquer serviço nas dependências do PGJ-MA;

7.13. Durante a execução dos serviços o ambiente de trabalho deverá ser mantido em perfeitas condições de higiene e segurança, sendo que, após a conclusão dos serviços deverá ser efetuada limpeza geral no ambiente, decorrente da atuação do técnico;

7.14. Fica ressalvado à CONTRATADA o direito de adotar medidas de segurança que entender necessárias a fim de evitar que pessoas não autorizadas executem os serviços de manutenção, exceto lacres;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

7.15. Após cada atendimento técnico, a CONTRATADA deverá emitir, no ato, Relatório de Serviço Técnico do atendimento onde deverão constar, obrigatoriamente, os seguintes dados: data e horário da abertura do chamado, horário de início e término do atendimento, número do chamado, nome do técnico responsável pelo atendimento, descrição da solução, número de série/patrimônio da solução atendida, descrição do problema relatado pela PGJMA, descrição do problema realmente encontrado com a indicação clara da troca ou não de peças, lista das peças ou componentes que foram substituídos, solução dada ao problema e local para atesto dos servidores da PGJMA;

7.16. A CONTRATADA compromete-se a manter registros escritos dos referidos chamados constando o nome do técnico da CONTRATADA e uma descrição resumida do problema;

7.17. As peças e componentes substituídos deverão possuir configuração idêntica ou superior às originais (tipo, capacidade, configuração, desempenho, situação/condição física, estado de conservação, etc.) e devem ser do FABRICANTE da solução ou atestadas pelo FABRICANTE;

7.18. A CONTRATADA deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, fac-símile, e-mail e Internet;

7.19. A garantia e manutenção dos equipamentos fornecidos compreendem os defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, acondicionamento, transporte ou desgaste prematuro, envolvendo, obrigatoriamente, a substituição de peças;

7.20. Durante o período de garantia, as despesas relativas a transporte de equipamentos, encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, correrão por conta da CONTRATADA, não cabendo à CONTRATANTE, quaisquer ônus.

## **CLÁUSULA OITAVA – INSTALAÇÃO, ATUALIZAÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E CAPACITAÇÃO**

### **Da instalação**

8.1. Os serviços de instalação serão executados dentro das condições de fornecimento, de acordo com as melhores práticas do fabricante e métodos profissionais reconhecidos pelo mercado, tendo como objetivo maximizar os benefícios advindos da aquisição, implantação adequada e posterior administração do serviço de TI associados:

8.1.1. A CONTRATADA deve fornecer os serviços de instalação da Solução na sede do MPMA;

8.1.2. Os serviços devem ser prestados por analistas capacitados e certificados a instalar e operar a Solução fornecida;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

8.1.3. Os serviços devem ser prestados num prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do Termo de Recebimento Provisório, conforme previsto no item 5, salvo solicitação da contratante para instalação em data diversa após o decurso do prazo de 20 (dias) do recebimento provisório.

**Do suporte de atualização tecnológica**

8.2. A CONTRATADA deve fornecer por 24 (vinte e quatro) meses a contar da efetiva entrega da Solução, atualizações regulares e melhorias de softwares, bem como novas versões:

8.2.1. A solução deve ter atualização tecnológica e suporte técnico do fabricante durante o período de garantia, de 24 (vinte e quatro) meses;

8.2.2. A CONTRATADA deve fornecer atualizações regulares e melhorias de software, novas características, ferramentas e lançamentos dentro do escopo da solução adquirida e à medida em que são disponibilizados ao mercado.

**Do suporte técnico remoto**

8.3. Os serviços de suporte técnico remoto, para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir, dentro das condições de fornecimento:

8.3.1. Os serviços de suporte técnico remoto terão início a contar da data de emissão do termo de aceitação definitiva da implantação da Solução e devem ser realizados por profissionais especializados e cobrir todo e qualquer defeito apresentado;

8.3.2. O suporte técnico remoto ao produto deve ser provido pela empresa CONTRATADA por meio de seus engenheiros de suporte;

8.3.3. O suporte técnico remoto deve estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 09h às 18h (8X5);

8.3.4. Os chamados abertos através do canal de atendimento indicado pela CONTRATADA devem ser respondidos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, devendo ser apresentada Solução conclusiva para a demanda gerada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo de resposta anteriormente mencionado, exceto quando o problema for proveniente de um sistema de terceiros cuja solução possui conexão ou acesso:

8.3.4.1 O número de atendimentos de qualquer tipo pela CONTRATADA é ilimitado;

8.3.5. A CONTRATADA deve disponibilizar à CONTRATANTE meios para abertura e acompanhamento dos chamados através de e-mail e/ou ferramenta web e número de telefone, com atendente para informar sobre a situação das ordens de serviço, durante todo o período de contrato;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

8.3.6. As ferramentas disponibilizadas para a abertura e acompanhamento dos chamados devem fornecer uma numeração única e sequencial para cada registro, data e hora de abertura do chamado e ainda permitir o cancelamento e consulta das ordens de serviços exclusivas da CONTRATANTE;

8.3.7. A CONTRATADA deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, e-mail e Internet.

**Da capacitação**

8.4. Os serviços de capacitação para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir, dentro das condições de fornecimento:

**Para o Item 2 (DVR Examiner)**

8.4.1. A CONTRATADA deve disponibilizar uma transferência de conhecimento na modalidade “EAD – Ensino a Distância”, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, com conteúdo teórico, prático e emissão de certificado, contendo carga horária mínima de 8 (oito) horas, por turma;

**Para o Item 4 (SNAP)**

8.4.2. A CONTRATADA deve disponibilizar uma transferência de conhecimento na modalidade “EAD – Ensino a Distância”, para 1 (uma) turma de até 15 (Quinze) participantes, com conteúdo teórico, prático e emissão de certificado, contendo carga horária mínima de 8 (oito) horas, por turma;

**Para o Item 5 (UFED Premium)**

8.4.3. Fabricante Cellebrite deve disponibilizar uma transferência de conhecimento (Hands On) na Instalação/implantação do projeto que é realizado presencialmente”, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, contendo carga horária mínima de 8 (oito) horas, por turma;

**Para o Item 6 (Pathfinder Teams)**

8.4.4. Fabricante Cellebrite deve disponibilizar uma transferência de conhecimento (Hands On) na Instalação/implantação do projeto que é realizado presencialmente, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, contendo carga horária mínima de 16 (Dezesseis) horas, por turma.

8.5. A capacitação deve ser ministrada em língua portuguesa do Brasil, com disponibilização de material didático pela CONTRATADA;

8.6. A CONTRATANTE é responsável por providenciar os recursos técnicos necessários à realização da transferência de conhecimento.

**CLÁUSULA NONA – DOS ENCARGOS DA CONTRATADA**





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

**9.1 Constituem obrigações da CONTRATADA:**

9.1.1. CONTRATADA deverá cumprir todas as obrigações constantes neste Contratoproposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

9.1.2. Deverá efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo e prazo de garantia;

9.1.3. Fornecer e instalar as atualizações de versões do sistema adquirido que forem lançadas durante a vigência da garantia, sem custo adicional para a CONTRATANTE;

9.1.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Contrato, o objeto com avarias ou defeitos;

9.1.6. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quanto da respectiva Contratação;

9.1.8. A CONTRATADA deverá indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

9.1.9. Durante a validade do registro, a CONTRATADA não poderá alegar indisponibilidade da solução ofertada, sob pena de lhe serem aplicadas as sanções previstas no Contrato;

9.1.10. Emitir nota fiscal no valor pactuado e condições do Contrato, apresentando-a à CONTRATANTE para ateste e pagamento;

9.1.11. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, a eventual alteração no endereço de sua sede, telefone de contato e e-mail;

9.1.12. Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a seus bens, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;

9.1.13. Orientar e exigir de seus profissionais:

9.1.13.1. Preservar a integridade e guardar sigilo das informações de que fazem uso, bem como zelar e proteger os respectivos recursos processamento de informações;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

9.1.13.2. Cumprir a política de segurança da informação, sob pena de incorrer nas sanções legais cabíveis;

9.1.13.3. Não compartilhar, sob qualquer forma, informações sigilosas com outros que não tenham necessidade de conhecer.

9.1.14. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

### **CLÁUSULA DÉCIMA – DOS ENCARGOS DA CONTRATANTE**

1. 10.1. Constituem obrigações do CONTRATANTE:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Contrato;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes no Contrato e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão de servidores especialmente designados;

10.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Contrato;

10.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

11.1. Pela inexecução total ou parcial do CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

11.1.1. Advertência;

11.1.2. Multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no CONTRATO, no percentual máximo de 10% (dez por cento);





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

11.1.3. Impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos;

11.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a CONTRATANTE, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

11.2. As sanções previstas nos subitens 11.1.1, 11.1.3 e 11.1.4 poderão ser aplicadas junto ao subitem 11.1.2, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis;

11.3. A sanção estabelecida no subitem 11.1.4 é de competência exclusiva da Procuradora-Geral de Justiça, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 3 (três) anos de sua aplicação. (Vide art. 163 da lei 14.133/21);

11.4. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado à CONTRATADA;

11.5. Se o valor do pagamento for insuficiente, fica a CONTRATADA obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial;

11.6. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo CONTRATADO ao PGJMA, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa;

11.7. Em caso de descumprimento de qualquer prazo estabelecido neste instrumento, o fornecedor ficará sujeito à multa semanal de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, por semana de atraso injustificado, até o período máximo de 30 (trinta) dias, a partir do qual será cobrada multa no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor do quantitativo a ser entregue, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 14.133/21;

11.8. Em caso de descumprimento no atendimento dos serviços de suporte técnico, serão aplicadas as sanções relativas ao item 11.1, considerando como cálculo da multa a data em que extrapolou o atendimento do suporte técnico em caso de falhas no software, respeitando o cálculo indicado na cláusula 11.7; e,

11.9. A aplicação das penalidades será precedida do devido processo legal, garantida a oportunidade de ampla defesa e contraditório à CONTRATADA, na forma da lei.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

Este contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 124 da Lei n.º 14.133/21 com a apresentação das devidas justificativas.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REAJUSTE**





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

13.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de vigência contratual, contado da data limite para a apresentação das propostas;

13.2 Dentro do prazo de vigência do CONTRATO e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após a vigência contratual, aplicando-se o Índice Geral de Preços ao Mercado, da Fundação Getúlio Vargas – IGP-M (FGV), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência do período contratado;

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

13.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

13.6 Caso o índice estabelecido para reajuste venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

13.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO**

14.1 Caberá a equipe de fiscalização da contratação, a saber: Gestor do Contrato (área requisitante – GAECO– Luiz Muniz Rocha Filho, Promotor de Justiça, Mat. 656280); fiscal requisitante do contrato (área requisitante – LAB-LD/GAECO – Bruno Emanuel Setubal Learte, Assessor Técnico II, Mat. 1075611); fiscal técnico (área de Tecnologia da Informação – LAB-LD/GAECO – Luis Felipe Cabral Campos, Assessor Técnico II, Mat. 1075461) e fiscal administrativo (servidor indicado – LAB-LD/GAECO – Francisco Orino do Amaral Neto, Técnico Ministerial Informática, Mat. 1070519), a fiscalização e a gestão do contrato, respectivamente, em acordo com a resolução nº 102/2013 do CNMP e do Ato Regulamentar nº 08/2015-GPGJ.

14.2. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 7º, 8º e 117 da Lei n. 14.133/2021;

14.3. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS REQUISITOS MÍNIMOS DA CONTRATAÇÃO**

### **15.1. Da especificação Gerais**

15.1.1. Bloqueador de Escrita de Dados para Aquisição Forense de Discos Rígidos (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses).

15.1.1.1. Deve ser fornecido bloqueador de escrita de dados para aquisição forense de discos rígidos, com garantia por 24 (vinte e quatro) meses, com os seguintes requisitos mínimos:

Quantidade: 04 (quatro) unidades

15.1.1.1.1. Deve possuir Conexão de host USB3.0 SuperSpeed;

15.1.1.1.2. Deve ser compatível com unidades de origem SAS, SATA, USB3.0/2.0/1.1;

15.1.1.1.3. Deve suportar conexões M.2 PCIe (SATA/AHCI/NVMe) e mini-PCIe com adaptadores opcionais;

15.1.1.1.4. Deve ter a capacidade de conectar e criar imagens de várias unidades de origem simultaneamente com software de imagem forense;

15.1.1.1.5. Deve possuir uma conexão de host USB3.0 para operação rápida;

15.1.1.1.6. Deve possuir, pelo menos, as seguintes portas de origem com proteção contra gravação:

a. 2 SAS / SATA;

b. 1 USB 3.0;

c. 1 PCIe.

d. 1 FireWire

15.1.1.1.7. Deve possuir uma porta Gigabit Ethernet para conectividade de rede;

15.1.1.1.8. Deve suportar conectores para: 1,8 " IDE, IDE ZIF, M.2 PCIe (tipos SATA, NVMe e AHCI), placas PCIe e mini-PCIe, mSATA, microSATA, eSATA e mídia flash;

15.1.1.1.9. Deve ser compatível com software de aquisição e análise forense de mercado, como FTK e EnCase;

15.1.1.1.10. Deve possibilitar acesso a interface de usuário através do navegador para gerenciamento das operações, tais como atualização do equipamento;

15.1.1.1.11. Deve permitir a pré-visualização dos discos conectados, através da interface de usuário utilizando o navegador;

15.1.1.1.12. Deve permitir a identificação de HPA/DCO suportadas, através da interface de usuário utilizando o navegador;

15.1.1.1.13. Deve possuir LEDs indicativos de Energia, host, dispositivo, atividade, detecção HPA/DCO;

15.1.1.1.14. O equipamento deve vir com, pelo menos:





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- a. 1 Cabo FireWire;
- b. 2 cabos de alimentação e dados SAS / SATA;
- c. 1 USB 3.0 tipo A Macho para cabo Micro-B;
- d. 1 cabo de rede CAT6;
- e. 1 adaptador 2.5 / 3.5 IDE para SATA;
- f. 1 adaptador Molex Y Dual 4-pin para 6-pin PCIe

15.1.1.1.15. Deve possuir formato baia, possibilitando a instalação em um gabinete Torre.

15.1.2 Subscrição de Solução para Extração de Imagens de Sistemas de Videomonitoramento (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses).

15.1.2.1. Deve ser fornecida subscrição de solução para extração e análise de dados de câmeras e imagens de vídeos em diversos formatos, com suporte de atualização tecnológica pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com os seguintes requisitos mínimos:

Quantidade: 02 (duas) unidades.

15.1.2.1.1. Deve possuir as seguintes funcionalidades gerais:

- a. Capacidade de realizar a aquisição de vídeos e metadados de diferentes marcas de DVRs (Digital Video Recorder) de maneira forense;
- b. Capacidade de acessar arquivos de DVRs, mesmo que protegidos por senha;
- c. Capacidade de extrair informações diretamente dos discos (HDs) de DVRs;
- d. Capacidade para extração em mais de 200 diferentes tipos de sistemas de arquivo proprietários (DHFS, WFS 1/2/3/4, IFS, HIKVISION, TangoMagic, EXT 2/3/4, FAT, XFS, JFS etc.), tipicamente usados em DVRs;
- e. Capacidade de visualizar vídeos encontrados em um disco;
- f. Capacidade de exportar vídeos encontrados em um disco;
- g. Capacidade para trabalhar diretamente com discos (HDs) ou com a imagem de discos nos formatos DD e E01;
- h. Capacidade de gerar a imagem de discos no formato DD.

15.1.2.1.2. Deve possuir as seguintes funcionalidades, quanto à capacidade de busca por conteúdo em discos/imagens de DVRs:

- a. Capacidade de busca por conteúdos que foram deletados, corrompidos, formatados, ou que não estão acessíveis pelos menus do DVR;
- b. Capacidade de processamento de arquivos para geração de informações adicionais sobre o vídeo, como: thumbnails, dimensão do vídeo, frame rate, etc);
- c. Capacidade para ajustar a data/hora do conteúdo extraído caso a configuração do DVR não seja condizente com a data/hora atual;
- d. Capacidade de gerar hashes MD5 e SHA1 para cada arquivo extraído;
- e. Fornecer diferentes opções de organização de pastas para extração de vídeo, incluindo, segregação por canal do DVR e por data;
- f. Capacidade de filtrar os arquivos a serem extraídos por data;
- g. Capacidade de exportar o vídeo de modo a permitir o compartilhamento com terceiros;
- h. Capacidade de implementar tags para marcar partes importantes do vídeo que estejam relacionadas ao caso;
- i. Capacidade de identificar os vídeos com maiores movimentações e atividades para permitir a correta priorização durante a análise;
- j. Capacidade nativa de visualização dos vídeos em diversos formatos;
- k. Capacidade de recuperar as evidências de áudio gravadas nos dispositivos DRV;





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

l. Capacidade de gerar relatório dos arquivos encontrados e dos arquivos extraídos;  
m. Capacidade de gerar relatório das ações realizadas pelo usuário durante a extração dos arquivos.

15.1.2.1.3. O sistema, aplicativos e acessórios devem ter atualização durante todo período de garantia:

a. Devem ser fornecidas por, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses a contar da efetiva entrega da solução, atualizações regulares e melhorias de software, novas características, ferramentas e lançamentos dentro do escopo da solução adquirida e à medida em que são disponibilizados ao mercado.

**15.1.3. Serviço de Subscrição de Solução para Extração e Análise de Dados a Partir de Plataformas Eletrônicas Portáteis (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses).**

15.1.3.1. Deve ser fornecida solução, com licenciamento na forma de subscrição, para extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis, tais como smartphones, tablets, aparelhos de GPS e cartões de memória, drones, com atualização tecnológica e suporte técnico do fabricante pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com os seguintes requisitos mínimos: Quantidade: 01 (uma) unidade.

15.1.3.1.1. Deve permitir a coleta forense através da leitura física e lógica de dados em memória de plataformas eletrônicas portáteis como Smartphones, Tablets, Drones, Dispositivos de Localização (GPS), Cartões de Memória, Cartões SIM etc.;

15.1.3.1.2. Deve possuir interface em língua portuguesa ou, excepcionalmente, em língua inglesa e com manuais em português;

15.1.3.1.3. Deve permitir a extração de dados de identificação do dispositivo móvel como IMEI, ESN, modelo, versão de sistema operacional etc.;

15.1.3.1.4. Deve permitir a extração de dados existentes, ocultos e apagados;

15.1.3.1.5. Deve permitir desabilitar e reabilitar a senha de bloqueio do dispositivo móvel;

15.1.3.1.6. Deve possuir ferramenta que utilize o método de desbloqueio por força bruta dos aparelhos celulares executando iOS e Android;

15.1.3.1.7. Deve permitir o desbloqueio de dispositivos que sofreram, pelo usuário, a ativação do modo Super Usuário ou root;

15.1.3.1.8. Deve permitir a clonagem e a extração de dados armazenados em cartões SIM, micro SIM e nano SIM;

15.1.3.1.9. Deve possuir ferramenta para identificação da marca e do modelo do dispositivo móvel através do fornecimento de características físicas do aparelho;

15.1.3.1.10. Deve permitir que sejam realizadas extrações de dados por Bluetooth;

15.1.3.1.11. Deve permitir que sejam realizadas extrações de dados por cabos, conectores e adaptadores que, obrigatoriamente, deve acompanhar a solução e possuir atualização durante o período de vigência do contrato. Adicionalmente, o mesmo conjunto de cabos, conectores e adaptadores deve possibilitar a alimentação elétrica dos aparelhos examinados, sem dependência da bateria;

15.1.3.1.12. Deve possuir um conjunto de cartões em branco para clonagem, com no mínimo 3 (três) unidades para cada modelo – SIM, Micro e Nano;

15.1.3.1.13. Deve permitir a coleta de forma forense, aplicando técnicas de não contaminação/alteração dos dados;

15.1.3.1.14. Deve permitir a utilização da técnica de root temporário (ADB) para os dispositivos Android;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 15.1.3.1.15. Deve possuir a capacidade de prover informações sobre o processo de extração, apresentando data e hora;
- 15.1.3.1.16. Deve possuir a capacidade de calcular o hash MD5 e SHA-256 dos arquivos extraídos dos aparelhos manipulados;
- 15.1.3.1.17. Deve permitir a quebra de senha dos aparelhos celulares;
- 15.1.3.1.18. Deve possuir a capacidade de extrair dados de aplicações utilizando a técnica APK Downgrade que consiste na instalação de versões anteriores dos aplicativos. Após o processo de extração, a solução de retornar ao estado original restaurando automaticamente a versão do aplicativo;
- 15.1.3.1.19. Deve permitir a criação de perfis de usuários para limitar a utilização do produto, incluindo os tipos de extrações, de acordo com políticas internas de uso e acesso. Como critério para definição dos perfis, devem ser levadas em consideração as tarefas diárias executadas pelo usuário;
- 15.1.3.1.20. Deve possuir recurso que possibilite a integração nativa com solução de gerenciamento do mesmo fabricante para administração centralizadas dos ativos;
- 15.1.3.1.21. Deve permitir que o controle de acesso por usuário seja integrado ao Active Directory;
- 15.1.3.1.22. Deve permitir a captura de telas Print Screen do dispositivo móvel diretamente da ferramenta;
- 15.1.3.1.23. Deve permitir a captura de imagens externas a partir de uma câmera fotográfica USB;
- 15.1.3.1.24. Deve permitir que as telas e as imagens capturadas sejam classificadas através da inserção de título e categoria;
- 15.1.3.1.25. Deve permitir a extração de dados de dispositivos com chipset Qualcomm através do modo EDL. A solução deve ser fornecida com o cabo necessário para aplicação da técnica em questão;
- 15.1.3.1.26. Deve permitir a extração seletiva, ou seja, mediante a escolha dos itens que se deseja coletar. A seleção deve permitir não apenas especificar os dados de aplicativos e do usuário, como também os tokens de acesso aos serviços na nuvem;
- 15.1.3.1.27. Deve permitir a extração física com contorno de bloqueio para dispositivos Samsung com chipset Exynos compatíveis com os modelos Galaxy S9 (Android 9 Pie), SM-A600FN Galaxy A6, SM-J600F Galaxy J6, SM-J600FN\_DS Galaxy J6, SM-N950F Galaxy Note 8, SM-G955F Galaxy S8+, SM-G955FD Galaxy S8+ e SM-G950F Galaxy S8;
- 15.1.3.1.28. Deve permitir a extração física de dispositivos compatíveis com os modelos Samsung Pocket, Samsung J1 Mini, Samsung J2, Samsung J7 Series, Galaxy S9, Galaxy Note 9, Galaxy S8, Galaxy Note 8, Motorola XT1063 e Motorola XT1068;
- 15.1.3.1.29. Deve permitir a extração física de dispositivos Samsung com chipset Spreadtrum, MTK e Qualcomm;
- 15.1.3.1.30. Deve possuir tecnologia de bypass de senha para extração física de dispositivos bloqueados das marcas Samsung e Motorola;
- 15.1.3.1.31. Deve possuir a tecnologia Decrypted Boot Loader para dispositivos Samsung com chipset Exynos compatíveis com os modelos SM-G950N Galaxy S8, SM-N950F Galaxy Note 8, SM-N960F Galaxy Note 9, SM-G950F Galaxy S8, SM-G950FD Galaxy S8, SM-G955FD Galaxy S8+, SM-G955F Galaxy S8+, SM-G965F Galaxy S9+, SM-G965N, Galaxy S9+ e SM-G960F Galaxy S9;





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 15.1.3.1.32. Deve possuir suporte aos dispositivos Samsung com chipset Exynos compatíveis com os modelos SM-J327W Galaxy J3 Prime, SM-J337A J3 Neo, SM-J337P Galaxy J3 Achieve, SM-J337U Galaxy, SM-J337V Galaxy J3 V, SM-J337VPP Galaxy J3, SM-J260A Galaxy J2 Core, SM-J330FN Galaxy J3, SM-G390F Galaxy Xcover 4, SM-J400F\_DS Galaxy J4, SM-A810S Galaxy A8 2016, SM-J600G\_DS Galaxy J6, SM-J600F Galaxy J6 (2018), SM-J600FN\_DS Galaxy J6, SM-J260T1 Galaxy J2, SMA600P Galaxy A6, SM-J737V Galaxy J7 Verizon, SM-A600A Galaxy A6, SM-A600FN Galaxy A6 (2018), SM-S367VL Galaxy J3 Orbit, SM-S767VL Galaxy J7 Crown Prepaid, SM-J730F Galaxy J7 Pro, SM-J730GM\_DS Galaxy J7 Pro, SM-J730FM Galaxy J7, SM-J737T Galaxy J7 Star, SM-J737T1 Galaxy J7 Star, SM-J737P Galaxy J7 Refine, SM-J737U Galaxy J7 Top, SM-J701M\_DS Galaxy J7 Neo, SM-J701F\_DS Galaxy J7 Core, SM-A750FN Galaxy A7 (2018) duos, SM-A530F Galaxy A8 2018, SM-A530W Galaxy A8 2018 e SM-J737VPP Galaxy J7;
- 15.1.3.1.33. Deve permitir a extração física com contorno de bloqueio para dispositivos Samsung com chipset MTK e SpreadTrum compatíveis com os modelos SM-G532M Galaxy J2 Prime, SM-C7100 Galaxy C8, SMC710F/DS Galaxy J7, SM-G615F Galaxy J7 Max, SM-J320F Galaxy J3 (2016), SM-J320FN Galaxy J3 (2016), SM-J106H/DS Galaxy J1 Mini Prime e SM-J111F/DS Galaxy J1 Ace Neo;
- 15.1.3.1.34. Deve permitir a extração física através da tecnologia MTK Live de dispositivos Android até a versão 8.1 que estejam desbloqueados e possuam chipset MTK e ADB habilitado;
- 15.1.3.1.35. Deve possuir, integrado ao produto, um fluxograma para extrações de dispositivos que indique o melhor caminho a ser realizado, incluindo informações para aparelhos da marca Motorola;
- 15.1.3.1.36. Deve permitir a extração física de dispositivos VIVO compatíveis com os modelos V1813A\_DS Z3i, V1911A\_DS Z5x, V1814A\_DS X21s, V1831A\_DS S1, V1832A\_DS S1 Pro V1901A\_DS Y3, 1724 Y71, V1838A\_DS X27, V1836A X27 Pro, V1813BT\_DS Z3 e 1611\_DS V5 Plus;
- 15.1.3.1.37. Deve permitir a extração física de dispositivos Motorola compatíveis com os modelos XT1925-5\_DS Motorola Moto G6, Fake I867 Ferrari, XT1970-1 One Vision, XT1980-4 Moto Z4, XT1662 Moto M, XT1925-12 Moto G6 e XT1925-13\_DS Moto G6;
- 15.1.3.1.38. Deve permitir a extração simultânea das duas partições existentes em cartões SIM ou USIM através da tecnologia Advanced Logical Extraction;
- 15.1.3.1.39. Deve permitir a extração física de pelo menos 100 (cem) dispositivos através da tecnologia smartADB de modo que os dados dos aplicativos sejam diretamente gravados em uma unidade de armazenamento USB ou cartão de memória;
- 15.1.3.1.40. Deve permitir a extração completa de sistema de arquivos de dispositivos iOS desbloqueados através da tecnologia checkm8;
- 15.1.3.1.41. Deve permitir a extração parcial de sistema de arquivos de dispositivos iOS bloqueados através da tecnologia checkm8;
- 15.1.3.1.42. Deve possuir suporte ao sistema operacional KaiOS;
- 15.1.3.1.43. Deve permitir a extração de pelo menos 30.000 (trinta mil) dispositivos e 10.000 (dez mil) aplicativos;
- 15.1.3.1.44. Deve permitir a extração lógica de pelo menos 11.800 (onze mil e oitocentos) dispositivos;
- 15.1.3.1.45. Deve permitir a extração física de pelo menos 7.400 (sete mil e quatrocentos) dispositivos;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 15.1.3.1.46. Deve permitir a extração de sistemas de arquivos de pelo menos 7.400 (sete mil e quatrocentos) dispositivos;
- 15.1.3.1.47. Deve permitir o desbloqueio de senha e a extração de pelo menos 3.600 (três mil e seiscentos) dispositivos;
- 15.1.3.1.48. Deve permitir a decodificação forense de dados extraídos de memória física e lógica de plataformas eletrônicas portáteis como Smartphones, Tablets, Drones, Dispositivos de Localização (GPS), Cartões de Memória, Cartões SIM etc.;
- 15.1.3.1.49. Deve permitir a extração de localizações de dispositivos TomTom através do arquivo trip log;
- 15.1.3.1.50. Deve possuir suporte para decifrar as informações criptografadas pelo aplicativo Wickr;
- 15.1.3.1.51. Deve possuir suporte para decifrar as informações criptografadas pelo aplicativo WhatsApp e WhatsApp Business;
- 15.1.3.1.52. Deve possuir suporte para decifrar as informações criptografadas pelo backup do BlackBerry 10;
- 15.1.3.1.53. Deve permitir a execução do processo de recuperação avançada de dados apagados (data carving) em área alocadas e não alocadas de base de dados suportadas e não suportadas;
- 15.1.3.1.54. Deve permitir a decodificação e análise de imagens geradas através do método de extração JTAG;
- 15.1.3.1.55. Deve possuir a capacidade de leitura de arquivos de backup do iCloud e do Apple Production;
- 15.1.3.1.56. Deve possuir a capacidade de leitura de arquivos de backup do iTunes;
- 15.1.3.1.57. Deve possuir ferramenta de verificação de malware (scanner) integrada nativamente;
- 15.1.3.1.58. Deve permitir a importação de arquivos do tipo plist para acesso a dispositivos iOS bloqueados;
- 15.1.3.1.59. Deve permitir a importação de arquivos do tipo plist para acesso a backup de dispositivos iOS bloqueados;
- 15.1.3.1.60. Deve possuir a capacidade de mesclar diferentes extrações físicas, lógicas, sistemas de arquivos etc. em um mesmo projeto;
- 15.1.3.1.61. Deve possuir a capacidade de unificar os itens duplicados;
- 15.1.3.1.62. Deve possuir a capacidade de unificar registros iguais provenientes de diferentes extrações de um mesmo dispositivo, quando combinadas em um único projeto;
- 15.1.3.1.63. Deve possuir a capacidade de identificar quais registros foram unificados e suas respectivas extrações de origem;
- 15.1.3.1.64. Deve possuir relatório que emule a solução de análise, sem a necessidade de licença adicional e, permita aos diversos operadores que trabalhem de forma colaborativa;
- 15.1.3.1.65. Deve permitir a exportação de relatórios para os formatos doc ou docx, xls ou xlsx, pdf, html e xml;
- 15.1.3.1.66. Deve permitir a decodificação de registros de chamadas realizadas pelo aplicativo SnapChat em iOS e Android;
- 15.1.3.1.67. Deve permitir a realização de buscas manuais em espaços não alocados de memória indicando quais informações foram recuperadas por meio do procedimento;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 15.1.3.1.68. Deve permitir a exportação via arquivo criptografado dos tokens de acesso aos dados na nuvem dos aplicativos instalados no aparelho. O objetivo é permitir a importação em solução capaz de coletar e analisar os dados do usuário armazenados em servidores na internet;
- 15.1.3.1.69. Deve permitir a configuração do fuso horário UTC+0 com o intuito de facilitar a análise de tempo de múltiplas extrações;
- 15.1.3.1.70. Deve permitir a configuração para o fuso horário original do dispositivo coletado;
- 15.1.3.1.71. Deve permitir a visualização das informações armazenadas em banco de dados SQLite de aplicativos suportados e não suportados;
- 15.1.3.1.72. Deve possuir recurso para validação da autenticidade das informações mediante a verificação bruta dos dados em formato hexadecimal;
- 15.1.3.1.73. Deve permitir a pesquisa avançada de dados com base em expressões regulares (Regex);
- 15.1.3.1.74. Deve permitir o enriquecimento dos identificadores de BSSID de forma online ou offline para trazer ao menos os endereços das redes Wireless;
- 15.1.3.1.75. Deve permitir a emissão de relatórios que respeitem a ordem cronológica de ocorrência dos eventos;
- 15.1.3.1.76. Deve permitir a exibição no relatório das conversas de bate-papo em formato de balões que representam o remetente e o destinatário;
- 15.1.3.1.77. Deve permitir a ofuscação de partes sensíveis de imagens e vídeos de um relatório;
- 15.1.3.1.78. Deve permitir a tradução automática para 5 (cinco) idiomas de interesse mesmo quando offline;
- 15.1.3.1.79. Deve possuir mecanismo de parser para identificação e normalização de dados;
- 15.1.3.1.80. Deve permitir a identificação e remoção dos arquivos conhecidos através da utilização de uma base de hash;
- 15.1.3.1.81. Deve possuir a capacidade de tratar as informações de aplicativos não suportados existentes no aparelho coletado;
- 15.1.3.1.82. Deve permitir a tradução automática de informações de geolocalização (latitude e longitude) em endereços;
- 15.1.3.1.83. Deve permitir a criação de parser para os bancos de dados SQLite através de consultas SQL;
- 15.1.3.1.84. Deve permitir renomear os projetos e as extrações;
- 15.1.3.1.85. Deve possuir recurso para emulação de dispositivos Android, disponibilizando na tela um dispositivo virtual para execução de aplicativos com o intuito de não alterar as evidências originais;
- 15.1.3.1.86. Deve possuir recurso para captura e gravação de telas da solução durante o processo de investigação como documentação adicional visando a complementação do relatório final;
- 15.1.3.1.87. Deve permitir nativamente o enriquecimento das extrações com dados públicos do Facebook, Instagram e Twitter;
- 15.1.3.1.88. Deve permitir a geração automática de dicionário de senhas com base nas informações coletadas de um aparelho. O intuito é permitir a utilização dos dados para desbloqueio de outros aparelhos vinculados ao mesmo caso;





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

15.1.3.1.89. Deve possuir recurso que possibilite a integração nativa com solução de análise de vínculo do mesmo fabricante para abertura de casos sem a necessidade de exportação/importação manual dos dados;

15.1.3.1.90. Deve possuir recurso que possibilite a integração nativa com solução de gerenciamento do mesmo fabricante para administração centralizadas dos ativos;

15.1.3.1.91. Deve possuir utilitário que busque por padrões de informações nos bancos de dados para criação automática de parser das soluções não suportadas;

15.1.3.1.92. Deve permitir a recuperação automática de imagens e localizações apagadas (carving);

15.1.3.1.93. Deve permitir ampliar as funcionalidades da solução mediante o desenvolvimento e a utilização de scripts;

15.1.3.1.94. Deve permitir a utilização de lista de observação para busca avançada de dados comuns aos diversos aparelhos de um mesmo projeto;

15.1.3.1.95. O sistema, aplicativos e acessórios devem ter atualização durante todo período de garantia:

a) A CONTRATADA deve fornecer por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses a contar da efetiva entrega da solução, atualizações regulares e melhorias de software, novas características, ferramentas e lançamentos dentro do escopo da solução adquirida e à medida em que são disponibilizados ao mercado;

b. A CONTRATADA deve fornecer atualização para novos modelos de aparelhos de telefone celular e demais plataformas eletrônicas portáteis por, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses a contar da efetiva entrega da solução, devendo enviar cabos novos, equipamentos e atualizações sempre que imediatamente desenvolvidos pelo fabricante dentro do escopo das especificações do presente termo, quando couber, contemplando todas as unidades das soluções porventura adquiridas.

15.1.4. Serviço de Subscrição de Solução de Localização, Transformação e Apresentação de Dados Coletados de Fontes Públicas, Comerciais e Privadas para Análise Gráfica de Perfis e Entidades (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses) meses)

15.1.4.1. Deve ser fornecida subscrição por 24 (vinte e quatro) meses de solução para otimização das investigações através da análise de vínculos, permitindo que várias bases de dados sejam conectadas entre si, com a finalidade de prover análises de evidências vinculativas entre as entidades pesquisadas, enriquecendo de forma visual os dados de uma determinada pesquisa ou alvo; e que atenda aos seguintes requisitos mínimos quanto às suas capacidades e recursos técnicos: **Quantidade: 01(uma) unidade.**

15.1.4.1.1. Deve possuir interface com exibição em forma de grafos;

15.1.4.1.2. Deve ter a capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;

15.1.4.1.3. Deve possuir:

a. Recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;

b. Capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados.

15.1.4.1.4. Deve suportar apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;

15.1.4.1.5. Deve possuir recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 15.1.4.1.6. Deve apresentar visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;
- 15.1.4.1.7. Deve permitir abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;
- 15.1.4.1.8. Deve permitir:
- a. pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;
  - b. pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações.
- 15.1.4.1.9. Deve possuir:
- a. menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãs, vizinhas, pais ou folhas;
  - b. menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção.
- 15.1.4.1.10. Deve suportar diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;
- 15.1.4.1.11. Deve possuir recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;
- 15.1.4.1.12. Deve possuir recurso para:
- a. exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;
  - b. exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, GIF, CSV, XLS e XLSX;
  - c. importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX.
- 15.1.4.1.13. Deve possuir recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;
- 15.1.4.1.14. Deve possuir recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;
- 15.1.4.1.15. Deve permitir construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automatização e otimização do processo de investigação;
- 15.1.4.1.16. Deve suportar realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Badoo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Snoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder;
- 15.1.4.1.17. Deve suportar realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks;
- 15.1.4.1.18. Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;
- 15.1.4.1.19. Deve permitir extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc; e realizar:
- a. localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);
  - b. identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;
  - c. implementação de métodos avançados que permitem identificar conexões mesmo quando a lista de amigos não esteja pública;
  - d. localização de postagens com base no Facebook ID e em intervalo especificado de datas.





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- 15.1.4.1.20. Deve permitir a extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;
- 15.1.4.1.21. Deve permitir a localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, V Kontakte, Xing;
- 15.1.4.1.22. Deve permitir localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;
- 15.1.4.1.23. Deve possibilitar a extração de informações de EXIF de fotos;
- 15.1.4.1.24. Deve possuir a capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alcinha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);
- 15.1.4.1.25. Deve suportar realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg;
- 15.1.4.1.26. Deve suportar realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);
- 15.1.4.1.27. Deve suportar realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);
- 15.1.4.1.28. Deve possuir integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;
- 15.1.4.1.29. Deve suportar realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;
- 15.1.4.1.30. Deve suportar reconhecimento de texto em imagens (OCR);
- 15.1.4.1.31. Deve suportar reconhecimento de entidades em documentos de texto com aplicação de Named-entity recognition (NER), contemplando, no mínimo: Nome, CPF, CNPJ, Data e Valor;
- 15.1.4.1.32. Deve possuir capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;
- 15.1.4.1.33. Deve fornecer trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada; Deve possuir compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;
- 15.1.4.1.34. Deve possuir recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;
- 15.1.4.1.35. Deve realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário.

**15.1.5. Serviço de Subscrição de Solução Avançada para Desbloqueio de Dispositivos Computacionais Portáteis com Sistemas Operacionais Android e IOS, Bloqueados por Senha (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses).**

- 15.1.5.1. Deve ser fornecido, na forma de subscrição e pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com todos os requisitos de hardware e software, o módulo de desbloqueio avançado e exame de dispositivos computacionais portáteis com sistemas operacionais Android e IOS,





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

bloqueados por senha, para os casos mais complexos não suportados pelas soluções padrão de extração de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis, com atualização tecnológica e suporte técnico do fabricante e com “créditos” ou “ações” ilimitados para uso com a solução no período contratado, e que atenda os seguintes requisitos mínimos: **Quantidades: 01 (uma) unidade da solução compreendendo,**

15.1.5.1.1. 01 (uma) unidade da licença do software de distribuição;

15.1.5.1.2. 03 (três) unidades do conjunto composto de adaptadores para endpoint e licença serviço de endpoint;

15.1.5.1.3. Quantidade ilimitada de “créditos” ou “ações” de desbloqueio, válidas por 36 (trinta e seis) meses;

15.1.5.1.4. Deve ser uma solução integrada de ações de desbloqueio e quebra de senhas em dispositivos composta de:

a. Software de distribuição de função de desbloqueio – Programa de computador, instalado no hardware dedicado, com a função de permitir que os softwares de extração padrão recebam as capacidades para desbloqueio, força bruta para quebra de senhas e extração avançada dos dados de dispositivos móveis;

b. Adaptador para endpoints – Dispositivo de hardware para conexão entre o telefone a ser desbloqueado e o computador onde está instalado o software de extração padrão;

c. Serviço de endpoints – Programa de computador que será executado no mesmo computador que a Solução de Extração e Análise a partir de plataformas móveis com as funções de, através da comunicação com o Software de Distribuição de Desbloqueio, realizar a configuração do adaptador para endpoints, seleção do Sistema Operacional do dispositivo e seleção da extração;

d. Crédito/Ação de desbloqueio – Licença de software consumível, na forma de créditos ou ações, que é carregada no software de distribuição de função de desbloqueio.

15.1.5.1.5. Um hardware dedicado será providenciado pela CONTRATANTE, com capacidades tecnológicas especializadas, de processamento e armazenamento com a função de executar o software de distribuição de função de desbloqueio e processar as extrações avançadas dos dispositivos móveis, com as seguintes características mínimas:

a. Sistema Operacional: Windows Server 2019

b. Memória RAM: 16 GB

c. Processador: 1 Processador Intel Xeon E-2378G ou mais recente processador de 8 núcleos ou superior.

d. Armazenamento: 1Tb SSD ou superior

e. Interface de rede Gigabit Ethernet ou superior.

15.1.5.1.6. O software de distribuição de função de desbloqueio deve apresentar as seguintes características mínimas:

a. Deve ser totalmente compatível com o hardware dedicado descrito acima;

b. Deve permitir o estabelecimento de comunicação segura com o software de extração padrão;

c. Deve prover, através da comunicação segura estabelecida, os recursos necessários para que o software de extração realize as funções de desbloqueio, revelação de senha, "bypass" de senha,criptografia, extração física e/ou de sistema de arquivos dos dispositivos celulares suportados.

15.1.5.1.7. O adaptador para endpoints deve possuir as seguintes características mínimas:





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- a. Deve possuir uma interface de comunicação USB para conexão ao computador onde será usada a solução de extração e análise de dados;
- b. Deve possuir uma interface HDMI para a conexão, através de cabos fornecidos em conjunto, aos dispositivos móveis a serem analisados;
- c. Deve possuir indicadores luminosos (LEDs) de estado, informação e atividade;
- d. Deve possuir a capacidade de receber e utilizar os recursos para desbloqueio, revelação de senha, "bypass" de senha, descryptografia, extração física e/ou de sistema de arquivos dos dispositivos celulares suportados.

15.1.5.1.8. O serviço de endpoints deve possuir as seguintes características mínimas:

- a. Deve ser totalmente compatível com o computador onde será usada a solução de extração e análise de dados;
- b. Deve se integrar diretamente à solução de extração e análise de dados a partir de plataformas eletrônicas portáteis, sendo totalmente compatível com a mesma;
- c. Deve ter a capacidade de reconhecer, inicializar e ativar o Adaptador para endpoints, a comunicação entre os dois deve ocorrer de forma segura através de criptografia;
- d. Deve iniciar a conexão segura com o software de distribuição de função de desbloqueio;
- e. Deve permitir que o usuário selecione entre a extração básica e a extração avançada de dispositivos IOS e Android;
- f. Deve detectar o modelo do dispositivo e solicitar ao software de distribuição de função de desbloquear os recursos necessários para que o adaptador para endpoints realize as funções de desbloqueio, revelação de senha, "bypass" de senha, descryptografia, extração física e/ou de sistema de arquivos dos dispositivos celulares suportados.

15.1.5.1.9. Deve funcionar sob a modalidade de "créditos" ou "ações" consumidos a cada ciclo único de atividades em um mesmo dispositivo:

- a. Os "créditos" ou "ações" devem ter validade durante o período contratado, qual seja, 36 (trinta e seis) meses;
- b. Deve ser fornecido um conjunto ilimitado de "créditos" ou "ações" para utilização com a solução no período contratado;
- c. Um "crédito" ou "ação" só deve ser consumido em caso de sucesso na ação executada.

15.1.5.1.10. A instalação da solução deve obedecer às seguintes características mínimas:

- a. Deve ser executada única e exclusivamente por um técnico especializado e devidamente credenciado pelo Fabricante;
- b. O local de instalação, o controle de acesso e a solução Forense será operada apenas por pessoas autorizadas, em lugar seguro, apropriado e ratificado pelo Fabricante;
- c. Deve ser executada transferência de conhecimento para capacitação de até 3 (três) especialistas da CONTRATANTE para utilização da solução forense;
- d. Deve ser no formato padrão de capacitação "on the job", realizado por profissional devidamente credenciado pelo Fabricante, ministrando as informações durante e posteriormente à instalação;
- e. Deve ter carga horária máxima de 8 (oito) horas.

15.1.6. Serviço de Subscrição de Solução para Processamento e Análise Colaborativa de Dados de Plataformas Eletrônicas, para Cruzamento de Vínculos e Análise Avançada de Mídias (com garantia e atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses);

15.1.6.1. Deve ser fornecida subscrição de solução avançada de análise colaborativa para cruzamento de vínculos, para acesso Web de, no mínimo, 05 (cinco) usuários e 500





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

(quinhentas) extrações simultâneas, objetivando análise de vínculos entre celulares, com atualização tecnológica do fabricante pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, com os seguintes requisitos mínimos: Quantidades: 01 (uma) unidade.

15.1.6.1.1. Deve permitir o processamento e análise forense de dados extraídos de memória física e lógica de plataformas eletrônicas como Computadores, Notebooks, Smartphones, Tablets, Drones, Dispositivos de Localização (GPS), Cartões de Memória, Cartões SIM etc., para cruzamento de vínculos e análise avançada de mídias;

15.1.6.1.2. Deve permitir o processamento e análise forense conjunta de dados extraídos de plataformas eletrônicas portáteis com informações coletadas da nuvem;

15.1.6.1.3. Deve possuir interface em língua portuguesa ou, excepcionalmente, em língua inglesa;

15.1.6.1.4. Deve possuir interface web para análise colaborativa por até 05 (cinco) usuários simultâneos;

15.1.6.1.5. Deve permitir o processamento e análise forense de dados oriundos de até 500 (quinhentas) extrações;

15.1.6.1.6. Deve permitir a correlação de informações oriundas de diversas extrações com dados de mensagens, imagens, vídeos, arquivos, contatos, ligações, localizações, perfis, atividades etc.;

15.1.6.1.7. Deve permitir a visualização dos dados em formato de linha do tempo com o intuito de identificar a ordem cronológica dos fatos comuns existentes entre as diversas evidências de um mesmo caso;

15.1.6.1.8. Deve permitir a visualização dos dados em formato de mapa com a possibilidade de especificar a distância máxima entre duas pessoas para identificar localizações mútuas e determinar o tempo de permanência no local;

15.1.6.1.9. Deve permitir a utilização de mapa offline para que a investigação ocorra sem a necessidade de que a estação esteja com acesso à internet;

15.1.6.1.10. Deve permitir a utilização de listas de observação com palavras de interesse para facilitar o trabalho de identificação após finalizado o processamento;

15.1.6.1.11. Deve permitir a aplicação de filtros com base em informações de geolocalização (latitude e longitude). Os dados de geolocalização devem derivar pelo menos da utilização de aplicativos, triangulação de antenas, conexões Wireless etc.;

15.1.6.1.12. Deve permitir a visualização e a correlação dos dados em forma de grafos, sendo possível interagir com os objetos para alterar o posicionamento;

15.1.6.1.13. Deve permitir a visualização gráfica detalhada entre comunicações realizadas por duas ou mais pessoas ao selecionar a linha de vínculo entre elas. O intuito é visualizar no mínimo o tipo de comunicação, a quantidade de vezes que ocorreram, o tempo de duração, o número de telefone do remetente e do destinatário etc.;

15.1.6.1.14. Deve possuir a capacidade de extrair caracteres de imagens através da tecnologia OCR;

15.1.6.1.15. Deve possuir recurso que possibilite a integração nativa com solução de processamento e análise forense de dados de plataformas eletrônicas portáteis do mesmo fabricante para o recebimento de informações sem a necessidade de importação manual;

15.1.6.1.16. Deve possuir recurso capaz de detectar faces em imagens e vídeos mediante a implementação de algoritmo de inteligência artificial;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- 15.1.6.1.17. Deve permitir selecionar a face identificada para comparar com outras imagens e localizar fotografias da mesma pessoa;
- 15.1.6.1.18. Deve possuir recurso capaz de identificar e automaticamente categorizar o conteúdo do texto como Arma, Nudez, Droga, Dinheiro, Exploração Infantil, Bandeira, Rosto, Print Screen, Carro, Tatuagem, Mapa e Documento;
- 15.1.6.1.19. Deve possuir recurso capaz de identificar e automaticamente categorizar o conteúdo da imagem como Arma, Nudez, Droga, Dinheiro, Exploração Infantil, Bandeira, Rosto, Print Screen, Carro, Tatuagem, Mapa e Documento;
- 15.1.6.1.20. Deve permitir a criação de novas categorias de imagens através da capacidade de treinar o modelo de inteligência artificial para identificar novos padrões de dados. O objetivo é encontrar e classificar artefatos semelhantes com o intuito de facilitar o trabalho do operador;
- 15.1.6.1.21. Deve permitir a aplicação de filtros para informações automaticamente extraídas durante o processamento da evidência e compatíveis com entidades como proprietários, tipos, partes, identificadores, listas de observação, idiomas, categorias de mídia, categorias de mídia (personalizadas), origens, status (deletado ou intacto), arquivos, locais, tópicos etc.;
- 15.1.6.1.22. Deve permitir que os filtros aplicados possam ser salvos para posterior utilização;
- 15.1.6.1.23. Deve permitir a utilização do operador lógico NOT para negação de entidades filtradas;
- 15.1.6.1.24. Deve permitir a realização de buscas por texto simples como se estivesse utilizando o Google;
- 15.1.6.1.25. Deve permitir a visualização de áudios e vídeos na própria interface da solução sem a necessidade de exportação do conteúdo;
- 15.1.6.1.26. Deve possuir um Dashboard de visão geral para consolidação e apresentação das principais informações extraídas de cada um dos celulares. A solução deve apresentar painéis compatíveis com no mínimo pesquisas realizadas (Navegador, YouTube, PlayStore, Apple Store, Google Maps etc.), categorias de mídia, idiomas, principais aplicativos, listas de observação, entidades extraídas (Localização, Endereço de E-mail, Pessoa e Número de Telefone) etc.;
- 15.1.6.1.27. Deve permitir a exibição das conversas de bate-papo em formato de balões que representam o remetente e o destinatário;
- 15.1.6.1.28. Deve possuir recurso capaz de automaticamente apresentar todas as pessoas identificadas nas evidências com a possibilidade de mesclar ou separar as entidades e de editar valores;
- 15.1.6.1.29. Deve possuir recurso para captura de telas da solução durante o processo de investigação como documentação adicional visando a complementação do relatório final;
- 15.1.6.1.30. Deve permitir que o relatório seja construído utilizando o mouse através de recurso do tipo arrastar e soltar;
- 15.1.6.1.31. Deve permitir a exportação de relatórios para o formato pdf.
- 15.1.7. Estação forense de investigação colaborativa (com garantia de 24 (vinte e quatro) meses);
- 15.1.7.1. Deve ser fornecida estação forense especializada para processamento, análise e armazenamento de evidências forenses, para trabalho colaborativo e acesso simultâneo, com garantia de 24 (vinte e quatro) meses, com os seguintes requisitos mínimos: Quantidades: 01 (uma) unidade.





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

15.1.7.1.1. Deve ser composta de hardware e software especializado em atividade forense, para bloqueio, duplicação, processamento, análise e armazenamento de mídias digitais;

15.1.7.1.2. Deve possuir os seguintes requisitos:

a. Deve ser composta de hardware e software especializado em atividade forense, para bloqueio, duplicação, processamento, análise e armazenamento de mídias digitais;

b. Deve possuir placa-mãe compatível com os seguintes requisitos:

- i. Dois soquetes compatíveis com modelos de processador LGA 3647;
- ii. Suporte nativo para tecnologia de no mínimo 8 GT/s por processador;
- iii. Tecnologia que permita que o processador trabalhe de forma mais eficiente, permitindo a execução de múltiplas threads;
- iv. Tecnologia que permita que o processador entre automaticamente em modo turbo durante picos de carga;
- v. Suporte de até 12 memórias, sendo 6 canais por unidade de processamento com as seguintes características:
- vi. Capacidade máxima de 768 GB;
- vii. Frequência compatível com DDR4 de 2666 ou 2400 MHz.
- viii. Soquete de expansão com até 7 slots PCIe 3.0;
- ix. Soquete para até 8 interfaces SATA de 6 Gb/s compatíveis com arranjos RAID 0, 1, 5 e 10;
- x. Tecnologia de armazenamento nativo NVMe através de soquete M.2 compatíveis com os tipos 2242, 2260, 2280 e 22110;
- xi. 2 interfaces de rede Gigabit Ethernet;
- xii. Até 14 portas USB sendo, pelo menos, 8 portas USB 3.1.

c. Deve possuir 2 (dois) processadores com os seguintes requisitos:

- i. Quantidade mínima de 10 núcleos por unidade de processamento;
- ii. Quantidade mínima de 20 threads por unidade de processamento;
- iii. Frequência mínima de 2.20 GHz por unidade de processamento sem turbo ou “overclock”;
- iv. Cache de pelo menos 13.75 MB por unidade de processamento;
- v. Frequência compatível com memórias DDR4 de 2666 ou 2400 MHz;
- vi. Possibilidade de RAID virtual para NVMe.

d. Deve possuir 2 (dois) dissipadores compatíveis com Suporte de até 280 Watts.

e. Deve possuir 1 (uma) placa de vídeo compatível com os seguintes requisitos:

- i. Memória GPU de 8 GB compatível com a tecnologia GDDR5;
- ii. Interface de Memória de 256-bit;
- iii. Direct X 12;
- iv. Quantidade mínima de 1792 unidade CUDA de processamento;
- v. Compatível com interface PCIe 3.0;
- vi. Consumo Máximo de 105 W
- vii. Dissipador nativo.

f. Deve possuir 8 (oito) memórias compatíveis com os seguintes requisitos:

- i. Capacidade mínima de pelo menos 32 GB por dispositivo de memória;
- ii. Frequência compatível com DDR4 de 2666 ou 2400 MHz do tipo RDIMM.

g. Deve possuir unidade de armazenamento com os seguintes requisitos:





**ESTADO DO MARANHÃO**  
**MINISTÉRIO PÚBLICO**  
**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

- i. Deve possuir 5 (cinco) dispositivos de armazenamento HDD para armazenamento de evidências, com os seguintes requisitos:  
Capacidade mínima de armazenamento de 6 TB por dispositivo configurado em RAID-5 totalizando 24 Tb;
- ii. Deve possuir 1 (um) dispositivo de armazenamento NVMe para SO compatível com capacidade mínima de armazenamento de 1 TB;
- iii. Deve possuir 6 (seis) dispositivos de armazenamento SSD, para processamento e banco de dados, com capacidade mínima de armazenamento de 1 TB cada e suporte a arranjos RAID 0, 1, 5 e 10;
- iv. Deve possuir 1 (um) controladora RAID compatível com os seguintes requisitos:
  - a) Suporte a dispositivos SSD e HDD;
  - b) Soquete para até 8 (oito) dispositivos de armazenamento com velocidade mínima de 6 Gbps e que suporte arranjos RAID 0, 1, 5 e 10;
  - c) Memória cache de 2 GB;
  - d) Suporte à tecnologia TRIM em arranjos RAID SSD.
- h. Deve possuir 1 (uma) unidade bloqueadora de escrita compatível com os seguintes requisitos:
  - i. Implemente bloqueio de escrita através de configuração por chaveamento;
  - ii. Compatibilidade com interface USB 3.0;
  - iii. Luzes indicativas de, pelo menos, energização, detecção de dispositivo conectado, bloqueio de escrita e atividade;
  - iv. Suporte a conectorização de dispositivos SATA 3.5 e 2.5 polegadas.
- i. Deve possuir gabinete com os seguintes requisitos:
  - i.1) Deve possuir chassi compatível com as seguintes características:
    - 1. Gabinete do tipo super torre;
    - 2. Fontes Mini ITX, Micro ATX, ATX, E-ATX, XL-ATX;
    - 3. Interface frontal com 4 unidades USB 3.0 e 1 unidade de Áudio HD;
    - 4. Suporte às seguintes quantidades de ventiladores para resfriamento: 3 unidades na frente; 4 unidades em cima; 1 unidade ao fundo; 3 unidades embaixo; e 8 unidades na lateral.
    - 5. Suporte às seguintes quantidades de radiadores para resfriamento: 1 unidade na frente; 1 unidade em cima; 1 unidade ao fundo; 1 unidade embaixo.
  - i.2) Deve possuir fonte compatível com os seguintes requisitos:
    - 1. Suporte aos padrões: OVP (Over Voltage Protection); UVP (Under Voltage Protection); OCP (Over Current Protection); OPP (Over Power Protection); e SCP (Short Circuit Protection).
    - 2. Confiabilidade de 100 mil horas entre falhas;
    - 3. Certificada pelos menos com os seguintes padrões de mercado: TUV, CB, CE, FCC, RCM, cTUVus, BSMI, CCC, WEEE, RoHS Compliance com ErP Lot 6 2013;
    - 4. Suporte aos padrões NVIDIA SLI e AMD CrossFire;
    - 5. Garantia de 10 anos provida pelo fabricante;
    - 6. Capacidade para alimentar todos os dispositivos instalados, incluindo a capacidade total de discos;
    - 7. Suporte de até 1300 Watts.
  - i.3) Deve possuir interface USB PCIe compatível com os seguintes requisitos:





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

1. Duas entradas de 19 pinos;
2. Suporte ao protocolo UASP (USB Attached SCSI Protocol) para melhor performance durante a duplicação de discos;
3. Taxa de transferência de dados de 10 Gbps.
- i.4) Deve possuir unidade Blue Ray compatível com Suporte aos seguintes padrões de mídias: 1) 12 x BD-ROM; 2) 16 x DVD-ROM; e 3) 48 x CD-ROM.
- i.5) Deve possuir unidade de controle de temperatura do gabinete compatível com os seguintes requisitos:
  1. Controle de ventilação automática e manual através de tela sensível ao toque;
  2. Controle automático por limite de temperatura;
  3. Suporte a, no mínimo, 5 ventiladores com as seguintes especificações: Ter no mínimo 120 milímetros; Suporte mínimo de 1000 RPM (rotações por minuto); Suporte mínimo de 40000 CFM (pés cúbicos por minuto); Ruído máximo de 20 dBA; Durabilidade esperada de 30 mil horas.
- i.6) Deve possuir unidade de controle de temperatura do gabinete compatível com os seguintes requisitos:
  1. Bloqueio físico para licenças USB protegido por chave;
  2. Suporte mínimo para 4 dispositivos;
  3. Suporte mínimo ao padrão USB 3.0.
- i.7) Deve possuir no mínimo 8 (oito) unidades para dispositivos de armazenamento Hot Swap compatível com os seguintes requisitos por unidade:
  1. Suporte ao padrão SATA e/ou SAS;
  2. Para os dispositivos SATA 3, velocidade mínima de 6 Gbps;
  3. Construído em metal para melhor dissipação de calor;
  4. Trava de segurança manual ou automática.
- j. Deve possuir sistema operacional compatível com Windows Server 2016/2019.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA EXTINÇÃO DO CONTRATO**

- 16.1 Nos termos do art. 138 da Lei 14.133/21, o presente Contrato poderá ser extinto:
- 16.1.1 Por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- 16.1.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- 16.2 A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 16.3 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 115 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.4 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- 16.4.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 16.4.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;





**ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA**

16.4.3 Indenizações e multas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO**

O Presente Contrato fundamenta-se no art. 74, inciso I, § 1º, da Lei Federal nº. 14.133/21 e no Ato Regulamentar nº 23/2022-GPGJ e vincula-se ao TERMO DE REFERÊNCIA à proposta da Contratada e ao Processo Administrativo nº 23842/2022.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS**

Os casos omissos serão resolvidos pela CONTRATANTE, com base na Lei Federal 14.133/21 e demais normas pertinentes aplicáveis à espécie.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATANTE providenciará a divulgação deste Contrato no sítio [www.mpma.mp.br](http://www.mpma.mp.br) e no Portal Nacional de Compras Públicas ([www.pncp.gov.br](http://www.pncp.gov.br)), nos termos dos arts. 91 e 94 da Lei 14.133/21 e a publicação resumida do Contrato no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado do Maranhão – DEMP.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO**

As partes elegem o Foro de São Luís, Capital do Estado do Maranhão, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da interpretação deste CONTRATO.

São Luís/MA, data da última assinatura digital.

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO MARANHÃO**  
EDUARDO JORGE HILUY NICOLAU,  
Procurador-Geral de Justiça

**TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA,**  
CNPJ nº 05.757.597/0002-18  
Representante Legal: Rafael Velasquez Saavedra da Silva,  
RG nº [REDACTED]  
CPF nº [REDACTED]



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
Rua Elvário Mendes 2294 - Bairro Centro - CEP 64000-060 - Teresina - PI - [www.mppi.mp.br](http://www.mppi.mp.br)

CONTRATO - 20/2023/FMMP/PI

CONTRATO Nº 20/2023/FMMP/PI

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ, POR INTERMÉDIO DO FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MPPI E A EMPRESA TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA. PROCEDIMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA Nº 19.21.0790.0008056/2023-32-SEI.

CONTRATANTE: O Estado do Piauí, pessoa jurídica de direito público, por intermédio do Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí, com sede na Rua Elvário Mendes, nº 2294, Centro, Teresina-PI, inscrito no CNPJ: 10.551.559/0001-63, representado neste ato pelo Subprocurador-Geral de Justiça Institucional, Dr. Hugo de Sousa Cardoso, no uso da competência que lhe é atribuída pelo art. 12, V, da Lei Complementar Estadual Nº 12, de 18 de dezembro de 1993.

CONTRATADO: TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o nº 05.757.597/0002-18, estabelecido na Rua Sergipe nº 1014, Sala 502, Savassi - Belo Horizonte / Minas Gerais - CEP 30.130-174, representado por Rafael Velasquez Saavedra da Silva, CPF: \*\*\*.560.106-\*\*, conforme contrato social.

Os CONTRATANTES têm entre si, justo e avençado, e celebram o presente instrumento, instruído no CONTRATO Nº 20/2023/FMMP/PI (INEXIGIBILIDADE nº 02/2023), Procedimento de Gestão Administrativa nº 19.21.0790.0008056/2023-32, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO

1.1 O presente Contrato obedece às disposições do Art. 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93, ao Termo de Referência, proposta de preços apresentada pela contratada.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O objeto pretendido consiste na contratação da empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, CNPJ nº 05.757.597/0002-18, para aquisição de 01 (uma) licença de uso da Ferramenta SNAP Sinapse Desktop para otimização das investigações, que integra informações de múltiplas bases de dados em um único acesso, com validade de 12 (doze) meses.

#### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa correrá conta da seguinte dotação orçamentária:

- í Unidade Orçamentária: 25102
- í Função: 03
- í Programa: 13



ζ Projeto/Atividade: 4102  
ζ Fonte de Recursos: 759  
ζ Natureza da Despesa: 4.4.90.40  
ζ Nota de Empenho: 2023NE00021

#### CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR

4.1 O valor total do contrato é de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para 12 meses.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da sua assinatura, podendo ser prorrogado por até 48 (quarenta e oito) meses, nos termos artigo 57, inciso IV, da Lei 8.666/93, com eficácia a contar da data de sua correspondente publicação no Diário Oficial Eletrônico do MPPI.

5.2 A vigência do contrato, prevista no caput desta cláusula fica condicionada à existência de créditos orçamentários para os exercícios em que ocorrerem as despesas.

#### CLAUSULA SEXTA - DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

##### 6.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS

##### LOTE ÚNICO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01 (uma) licença anual de uso do SNAP Desktop - Subscrição de solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades, com suporte de atualização tecnológica pelo prazo de 12 (doze) meses.	1 Licença (1 acesso)	1 Licença (1 acesso)	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00

6.2. ESPECIFICAÇÕES: Subscrição de solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades, com suporte de atualização tecnológica pelo prazo de 12 (doze) meses.

Deve ser fornecida subscrição por 12 (doze) meses de solução para otimização das investigações através da análise de vínculos, permitindo que várias bases de dados sejam conectadas entre si, com a finalidade de prover análises de evidências vinculativas entre as entidades pesquisadas, enriquecendo de forma visual os dados de uma determinada pesquisa ou alvo; e que atenda aos seguintes requisitos mínimos quanto às suas capacidades e recursos técnicos:

6.2.1 Deve possuir interface com exibição em forma de grafos;

6.2.2 Deve ter a capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;



### 6.2.3 Deve possuir:

6.2.3.1 recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;

6.2.3.2 capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados;

6.2.4 Deve suportar apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;

6.2.5 Deve possuir recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;

6.2.6 Deve apresentar visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;

6.2.7 Deve permitir abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;

### 6.2.8 Deve permitir:

6.2.8.1 pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;

6.2.8.2 pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações;

### 6.2.9 Deve possuir:

6.2.9.1 menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãos, vizinhas, pais ou folhas;

6.2.9.2 menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção;

6.2.10 Deve suportar diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;

6.2.11 Deve possuir recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;

### 6.2.12 Deve possuir recurso para:

6.2.12.1 exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;

6.2.12.2 exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, GIF, CSV, XLS e XLSX;

6.2.12.3 importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX;

6.2.13 Deve possuir recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;

6.2.14 Deve possuir recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;

6.2.15 Deve permitir construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automação e otimização do processo de investigação;

6.2.16 Deve suportar realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Badoo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Scoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder;

6.2.17 Deve suportar realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks;

6.2.18 Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;

6.2.19 Deve permitir extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc; e realizar:

6.2.19.1 localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);

6.2.19.2 identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;



- 6.2.19.3 implementação de métodos avançados que permitem identificar conexões mesmo quando a lista de amigos não esteja pública;
- 6.2.19.4 localização de postagens com base no Facebook ID e em intervalo especificado de datas;
- 6.2.20 Deve permitir a extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;
- 6.2.21 Deve permitir a localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, V Kontakte, Xing;
- 6.2.22 Deve permitir localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;
- 6.2.23 Deve possibilitar a extração de informações de EXIF de fotos;
- 6.2.24 Deve possuir a capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alcunha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);
- 6.2.25 Deve suportar realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg;
- 6.2.26 Deve suportar realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);
- 6.2.27 Deve suportar realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);
- 6.2.28 Deve possuir integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;
- 6.2.29 Deve suportar realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;
- 6.2.30 Deve suportar reconhecimento de texto em imagens (OCR);
- 6.2.31 Deve suportar reconhecimento de entidades em documentos de texto com aplicação de Named-entity recognition (NER), contemplando, no mínimo: Nome, CPF, CNPJ, Data e Valor;
- 6.2.31 Deve possuir capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;
- 6.2.33 Deve fornecer trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada;
- 6.2.34 Deve possuir compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;
- 6.2.35 Deve possuir recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;
- 6.2.36 Deve realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário.

## CLÁUSULA SÉTIMA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA GARANTIA

- 7.1 Os serviços de suporte técnico remoto para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir, dentro das condições de fornecimento:
- 7.1.1 Os serviços de suporte técnico remoto terão início a contar da data de emissão do termo de aceitação definitiva da implantação da Solução e devem ser realizados por profissionais especializados e cobrir todo e qualquer defeito apresentado;
- 7.1.2 O suporte técnico remoto ao produto deve ser provido pela empresa CONTRATADA por meio de seus engenheiros de suporte;



7.1.3 O suporte técnico remoto deve estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 09h às 18h (8X5);

7.1.4 Os chamados abertos através do canal de atendimento indicado pela CONTRATADA devem ser respondidos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, devendo ser apresentada Solução conclusiva para a demanda gerada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo de resposta anteriormente mencionado, exceto quando o problema for proveniente de um sistema de terceiros cuja solução possui conexão ou acesso;

7.1.4.1 O número de atendimentos de qualquer tipo pela CONTRATADA é ilimitado;

7.1.5 A CONTRATADA deve disponibilizar ao CONTRATANTE meios para abertura e acompanhamento dos chamados através de e-mail e/ou ferramenta web e número de telefone, com atendente para informar sobre a situação das ordens de serviço, durante todo o período de contrato;

7.1.6 As ferramentas disponibilizadas para a abertura e acompanhamento dos chamados devem fornecer uma numeração única e sequencial para cada registro, data e hora de abertura do chamado e ainda permitir o cancelamento e consulta das ordens de serviços exclusivas da CONTRATANTE;

7.1.7 A CONTRATADA deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, e-mail e Internet.

## CLÁUSULA OITAVA - DO LOCAL E PRAZOS DE ENTREGA

8.1 A Contratada deverá ENTREGAR os materiais produzidos ao GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - GAECO, localizado na Rua Dr. Agnelo Sampaio, nº 170, Recanto das Palmeiras, Teresina/PI - CEP 64045-785, telefone (86) 32325533, de segunda a sexta-feira, no horário das 8:00h às 14:00h, em dias úteis;

8.2 Prazo para início dos serviços (fornecimento da ferramenta) é de 30 dias úteis após a assinatura de contrato ou recebimento do pedido de compra.

## CLÁUSULA NONA - RECEBIMENTO DO OBJETO E ELEMENTOS DE GESTÃO DE CONTRATO

### 9.1 Recebimento e critério de aceitação do objeto

Id	Etapas/Fase/Item	Indicador	Valor mínimo Aceitável
1	Entrega dos itens	Quantidade de itens entregues conforme quantidade solicitada e de acordo com as especificações no Termo de Referência	100 %

9.2 Os bens serão recebidos em plena condição de uso:

9.1 Provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da entrega no local indicado no subitem F.1. para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta.

9.2 Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 15 (quinze) dias úteis do recebimento provisório.

9.3 Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.4 A administração rejeitará no todo ou em parte, a entrega dos bens em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

## CLÁUSULA DÉCIMA - DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICO-FINANCEIRO



Id	Entrega	Data	Percentual	Valor
1	01 licença - Subscrição de solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades, com suporte de atualização tecnológica pelo prazo de 12 (doze) meses	1º semestre de 2023	100%	R\$ 110.000,00
			TOTAL:	R\$ 110.000,00

## 10.1 Mecanismos Formais de Comunicação:

### 10.1.1 Envio de cópia de empenho

Emissor: GAECO

Destinatário: Contratada

Forma de Comunicação: email

Periodicidade: uma vez

### 10.1.2 Envio de contrato

Emissor: Coordenação de Licitações e Contratos

Destinatário: Contratada

Forma de Comunicação: O contrato será disponibilizado de forma eletrônica, pelo sistema SEI e/ou e-mail.

Periodicidade: uma vez

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL

11.1 Fiscal de Contrato: O Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado indicará servidor responsável pela fiscalização do contrato, nos moldes do artigo 67 da Lei nº 8.666/93 e do Ato PGJ nº 462/2013. Oportunamente, a Procuradora-Geral de Justiça ficará encarregada da designação do fiscal para o exercício das atribuições que lhe são inerentes durante o prazo de vigência do contrato.

11.2 Responsabilidades: Acompanhar entrega do objeto, verificar se os itens estão de acordo com as especificações do Termo de Referência, verificar se a empresa está cumprindo os prazos de garantia, informar a Coordenadoria de Licitação e Contratos quando do não cumprimento das obrigações e deveres da Contratada.

11.3 O representante da Administração anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

### 11.4 Caberá ao fiscal:

11.4.1 Fiscalizar a execução do contrato, objetivando garantir a qualidade desejada;

11.4.2 Solicitar à Administração a aplicação de penalidades, por descumprimento de cláusula contratual;

11.4.3 Acompanhar o recebimento dos produtos/serviços, indicando as ocorrências de indisponibilidade dos materiais contratados;



11.4.4 A testar e encaminhar notas fiscais ao setor competente para autorizar pagamentos.

## CLÉUSULA DÊ CIMA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

### 12.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

12.1.1. Executar fielmente o objeto contratado em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Contrato e de acordo com a proposta apresentada, atendendo sempre aos critérios de qualidade exigidos.

12.1.2. Cumprir, às suas próprias expensas, todas as cláusulas contratuais que definam suas obrigações.

12.1.3. Cumprir com o prazo de entrega dos itens, que não o poder ser superior ao estabelecido neste Termo de Referência, devendo fazê-los com a qualidade e a tempestividade prevista;

12.1.3.1. Comunicar, por escrito, em no máximo 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data de entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo, comprovando-os;

12.1.4. Reparar, corrigir, ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Termo de Referência e do Contrato em que se verifiquem com vícios, defeitos ou incorreções.

12.1.5. Responsabilizar-se por todas as despesas da execução do objeto, bem como por todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas.

12.1.6. ENTREGAR os itens em perfeito estado de uso, devendo ser os mesmos novos e de primeiro uso. Após o recebimento dos itens, os mesmos serão conferidos pelo setor competente. Se for constatada qualquer irregularidade, a Contratada deverá substituí-los no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

12.1.6.1. Em caso de substituição dos itens, conforme previsto acima, correrá conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e da nova entrega do material.

12.1.7. Responder por quaisquer danos causados diretamente aos itens ora adquiridos e a outros bens de propriedade do Contratante, quando estes tenham sido ocasionados por seus empregados durante a entrega.

12.1.8. Entregar o produto testado e funcionando, acompanhado de nota fiscal discriminando o serviço executado, de acordo com as especificações técnicas.

12.1.9. Comunicar imediatamente ao Contratante qualquer alteração ocorrida no seu endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência e afins.

12.1.10. Aceitar, nas mesmas condições do Contrato, os acréscimos que se façam necessários nas compras de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do objeto, de acordo com o art. 65, inciso I da Lei Federal nº 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do MP-PI.

12.1.11. Submeter-se à fiscalização por parte da Contratante.

12.1.12. Cumprir as posturas municipais e as disposições legais estaduais e federais que interfiram na execução do Contrato.

12.1.13. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto e documento de interesse do MP-PI, ou de terceiros, de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato, devendo orientar seus empregados a observar rigorosamente esta determinação.

12.1.14. Não reproduzir, divulgar ou utilizar em benefício próprio, ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão do fornecimento do objeto do Contrato sem o consentimento, por escrito, do MP/PI.

12.1.15. Indicar seu representante junto ao MP/PI, que durante o período de vigência do Contrato será a pessoa a quem a Administração recorrer sempre que for necessário, inclusive para requerer esclarecimentos e exigir solução para problemas que porventura surgirem durante a execução do Contrato.

12.1.16. Responder, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do objeto, tais quais: salários, seguros de acidentes, taxas, impostos, contribuições, indenizações, distribuição de vale-refeição, vale-transporte e outras exigências fiscais, sociais ou trabalhistas.



12.1.17. Responder por quaisquer danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução do objeto desta contratação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de o Contratante fiscalizar e acompanhar todo o procedimento.

12.1.18. Manter os seus empregados devidamente identificados, devendo substituí-los imediatamente caso sejam considerados inconvenientes à boa ordem e às normas disciplinares do Contratante.

12.1.19. Comunicar ao MP/PI, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente ou quando verificar condições inadequadas para a execução do Contrato ou a iminência de fatos que possam prejudicar a sua execução.

12.1.20. Prestar à Administração os esclarecimentos que julgar necessários para boa execução do Contrato.

12.1.21. Manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Termo de Referência.

12.1.22. A não apresentação das documentações listadas no item K.1 do termo de referência no prazo de 60 (sessenta) dias úteis, contados da data da entrega da nota fiscal/fatura no prazo contratual, poderá ensejar a rescisão do Contrato e os valores retidos somente serão pagos após a comprovação de que os encargos trabalhistas, previdenciários e demais tributos encontram-se em dia.

A CONTRATADA DEVERÁ SE RESPONSABILIZAR PELOS SEGUINTE ENCARGOS:

12.1.23. Fiscais, comerciais, previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, uma vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a Administração contratante;

12.1.24. De possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do Contrato;

12.1.25. De providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes do trabalho.

12.1.26. A inadimplência da Contratada relativa aos encargos dos itens 12.1.23, 12.1.24 e 12.1.25 não transfere à Administração a responsabilidade por seu pagamento nem onera o objeto desta contratação, razão pela qual a Contratada renuncia expressa e contratualmente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, para com a Administração.

12.1.27. A dotar os demais procedimentos necessários à boa execução do Contrato.

SÚO EXPRESSAMENTE VEDADAS À CONTRATADA:

12.1.28. A veiculação de publicidade acerca desta contratação, salvo se houver prévia autorização da Administração do Contratante.

12.1.29. Caucionar ou utilizar o Contrato decorrente desta contratação para qualquer espécie de operação financeira.

## 12. 2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.2.1. Cumprir todas as obrigações em conformidade com as disposições do Termo de Referência e do Contrato.

12.2.2. Aplicar as sanções administrativas, quando se façam necessárias.

12.2.3. Manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do objeto, em especial quanto à aplicação de sanções, alterações e repactuações do mesmo.

12.2.4. Acompanhar a execução do Contrato, nos termos do inciso III do art. 58 c/c o art. 67 da Lei nº 8.666/93, através dos Fiscais do Contrato, que exercerão ampla e irrestrita fiscalização e gestão do objeto, a qualquer hora, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, inclusive quanto às obrigações da Contratada constantes do Termo Referência e do Contrato respectivos.

12.2.5. Efetuar a juntada aos autos do processo das irregularidades observadas durante a execução da relação contratual.

12.2.6. Entregar à Contratada o material com defeitos para que seja realizado reparo ou substituição.



12.2.7. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar o serviço de garantia por intermédio de servidores designados para este fim.

12.2.8. Exercer a fiscalização da execução do Contrato por servidores especialmente designados para esse fim, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias. Tal fiscalização, em hipótese nenhuma, atenua ou exime de responsabilidade a Contratada.

12.2.9. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no Termo de Referência e no Contrato.

12.2.10. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do objeto do Contrato em desacordo com as respectivas especificações.

12.2.11. Comunicar à Contratada as ocorrências ou problemas verificados para que efetue medidas corretivas.

12.2.12. Informar à Contratada os responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato.

12.2.13. Verificar, durante toda a execução do Contrato, a manutenção, pela Contratada, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

12.2.14 Permitir o acesso dos empregados da Contratada ao local de fornecimento do material.

12.2.15 Impedir que terceiros estranhos ao contrato forneçam o objeto licitado.

12.2.16 Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

12.2.17 Solicitar a substituição/reparação do objeto do Contrato que esteja em desacordo com a especificação apresentada e aceita, ou que apresente defeito.

12.2.18 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e nas condições estabelecidas no Contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES

13.1 Aplicam-se as seguintes sanções administrativas nos casos de inadimplemento das obrigações contratuais, conforme Lei nº 8.666/93, garantida a ampla defesa:

I - Advertência;

II - Multa nas seguintes condições:

a) 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor total da Autorização de Compra, no caso de atraso injustificado para entrega do produto, limitada a incidência de 30 (trinta) dias;

b) 15% (quinze por cento) sobre o valor total da Autorização de Compra, em caso de inexecução parcial da obrigação assumida; e

c) 30% (trinta por cento) sobre o valor total da Autorização de Compra, em caso de inexecução total da obrigação assumida.

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, por período não superior a 2 (dois) anos, conforme art 87, inciso III da Lei 8.666/93.

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. A qual será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item 13.1 III.

13.2 O atraso na entrega de produto superior a 30 (trinta) dias corridos, caracteriza inexecução parcial ou total, conforme o caso.

13.3 As sanções previstas no item 13.1 - I, III, IV poderão ser aplicadas conjuntamente a do item 13.1 - II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo.

13.4 Nos casos em que a entrega do produto ocorrer de forma fracionada, a multa prevista no item 13.1 - II incidirá apenas sobre a parcela que estiver em atraso.



13.5 As sanções previstas no item 13.1 - I, II poderão ser aplicadas pelo Gestor do Contrato.

13.6 Os procedimentos e competência de aplicação das sanções previstas neste termo de referência, deverão obedecer ao ATO PGJ N° 462/2013.

13.7 A multa, aplicada após regular processo administrativo, será cobrada administrativamente, deduzindo-se do valor da nota fiscal/fatura e não sendo suficiente, será intimado o particular contratado para que efetue o pagamento mediante depósito na conta do MPPI, ou, ainda quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.8 Na contagem dos prazos para defesa prévia, recurso e pedido de reconsideração, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento.

13.9 Os prazos deverão se iniciar e vencerem em dias de expediente da Administração contratante.

13.10 As penalidades aplicadas

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO PAGAMENTO

14.1. O pagamento a favor do licitante vencedor será efetuado até o 10º (décimo) dia útil, após o recebimento definitivo e aceitação dos objetos, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura devidamente atestada pelo setor competente, observada a ordem cronológica estabelecida no artigo 5º da Lei nº 8.666/93. Para os fins de pagamento ainda será solicitada a apresentação das certidões negativas de débitos relativas ao FGTS, previdência, ao trabalho, situação fiscal tributária federal, certidão negativa de tributos estaduais e municipais, mantendo-se as mesmas condições de habilitação do certame, sendo que as mesmas deverão sempre apresentar data de validade posterior à data de emissão das respectivas Notas Fiscais.

14.2. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal(is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará ser contado a partir da data da sua reapresentação.

14.3. Se houver atraso após o prazo previsto, as faturas serão pagas acrescidas de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano, aplicados pro rata die da data do vencimento até o efetivo pagamento, desde que solicitado pela Empresa.

14.3.1 O valor dos encargos será calculado pela fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

14.4. Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira, sem que isso gere direito à alteração de preços ou a compensação financeira.

14.5. O MP-PI reserva-se o direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

14.6. O pagamento será feito por meio de ordem bancária em conta a ser indicada pela contratada cuja ordem bancária dará quitação ao pagamento, e nos termos da lei, será debitado do valor devido ao MP-PI, referente aos serviços prestados, os valores relativos aos tributos e contribuições sociais.

14.7. O CNPJ contido na nota fiscal/fatura emitida pela Contratada deverá ser o mesmo que estiver registrado no contrato celebrado ou instrumento equivalente, independentemente da favorecida ser matriz, filial, sucursal ou agência.

14.8. A Administração poderá descontar do valor do pagamento que o fornecedor tiver a receber, importâncias que lhe sejam devidas, por força da aplicação das multas previstas no item 13.5 deste Termo de Referência.

14.9. O pagamento deverá ser realizado em etapa única.

#### CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

15.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor



- INPC/IBGE ou outro índice que venha a substituí-lo exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

15.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará o CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

15.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será obrigatoriamente, o definitivo.

15.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

15.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

15.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - NECESSIDADE DE ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE PARA EXECUÇÃO CONTRATUAL

16.1. Não existem observações.

## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI Nº 13.709/2018

17.1. É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

17.2. A CONTRATADA declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo CONTRATANTE.

17.3. A Contratada fica obrigada a comunicar ao MPPI, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

17.4. A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisitos e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e órgãos de controle administrativo em geral;

17.5. Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA RESCISÃO

18.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

18.1.1. Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

18.1.2. Amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

18.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito de ampla e ampla defesa.



18.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

18.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

18.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.4.2. Relatório dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.4.3 Indenizações e multas.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

19.1 Fica eleito o foro de Teresina-PI, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
Hugo de Sousa Cardoso  
Subprocurador(a) de Justiça Institucional

TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.  
Representante legal: Rafael Velasquez Saavedra da Silva,  
CPF: \*\*\*.560.106-\*\*

#### ANEXO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UND.	QD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01 (uma) licença anual de uso do SNAP Desktop - Subscrição de solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades, com suporte de atualização tecnológica pelo prazo de 12 (doze) meses.	1 Licença (1 acesso)	1 Licença (1 acesso)	R\$ 110.000,00	R\$ 110.000,00

FUNDO DE MODERNIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ  
Hugo de Sousa Cardoso  
Subprocurador(a) de Justiça Institucional

TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.  
Representante legal: Rafael Velasquez Saavedra da Silva,  
CPF: \*\*\*.560.106-\*\*





Documento assinado eletronicamente por HUGO DE SOUSA CARDOSO, Subprocurador(a) de Justiça Institucional, em 10/05/2023, às 09:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por RAFAEL VELASQUEZ SAAVEDRA DA SILVA, Usuário Externo, em 10/05/2023, às 11:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador 0477436 e o código CRC A1ECB556.

---

19.21.0790.0008056/2023-32

0477436v18











[illegible]



わけ

[illegible]

/[#- {- [! {9Æ! ☺hα! 4%h hw4! a 9bα#w!

[illegible]

SEI 19.09.45607.0030061/2023-48 / pg. 73







[illegible][illegible]

13CQCN 6B0bP1XDXIXXCDL3b I 000P1CQXot1t / X0P1XIX0T00IX0t / wLPI 0BxbIXLPIX1 6CQ0t / 0P10bX  
 W00X0-I1P2a 0% Pk Pk 00000000 IXCDL3b000bIXIX0T00IX0t / wX-5 I 00t000P1CQX0I1P2a 0% Pk 00000000 00

 Ц тт ГДПНХОЦДХНХГОЦрт оIXIX<sup>F</sup>XDXI ЦтixдГДПНХотт I CDDI oIXDCTIXCIT ДНХОЦ IXГЕЦитт  
ЦтттXIGL ixдттттттЛСРЦот СТОДНХттШIXдооIXот %EXIXтдтГ CIT ДНХоттДНХIX?























[illegible][illegible][illegible][illegible]

SEI 19.09.45607.0030061/2023-48 / pg. 81







[illegible]

Ц 9↑↑%ЫХДХПЕЦ↑от iX↑д↑↑IX↑↑IX%И↑↑от↑↑д↑IX%ОЦОПЫ↑IЦЫХ%Е↑↑ЕЦПЫХ↑ЦЫХ↑ЧЦ↑ЦЫХЦ↑↑↑ДЦХЦ/з

г, 5т↑ П↓ХЗП↑ П↓Хот↑ ХЗЙП↑ от ыХ ІЦ ○ ПДЛрЦТ дХзІХЦГЦ-ПХТ ПГІХот ыХЦдг↑ Ц↑ т↑ ↑ Г○Ц

[illegible]

を! w! / 9wN! { 2: / bL! { a N! la! { 5! { h[- 4%h

[illegible][illegible]

З О П Ш Т Ц Е Ш Т О Т Г И Х В О О Ш Х Д И Т Е О Ы Х I Н Х Ц О Т Е Ш Х

✪ ДИХДГОРт от ДХБ ЫХот ОШ↑↑ГШЙП↑ IXХДГ-5↑ OIXIX↑т ♀

[illegible]

7. д.х.д.б.от от д.х.х.от п.х.ц.т.п.б.от д.х.х.г.с.п.х.и. х.х.т.ц.х. и.х.ц.ит.п.х.ц.и.х.и.х.от о.р.х.?

Ⓐ Ⓑ Ⓒ Ⓓ Ⓔ Ⓜ Ⓝ Ⓟ Ⓡ Ⓢ Ⓣ Ⓥ Ⓦ Ⓧ Ⓨ Ⓩ ⓐ ⓑ ⓔ ⓕ ⓖ ⓗ ⓘ ⓙ ⓚ ⓛ ⓞ ⓟ ⓠ ⓡ ⓢ ⓣ ⓤ ⓥ ⓦ ⓧ ⓨ ⓩ ⓪ ⓫ ⓬ ⓭ ⓮ ⓯ ⓰ ⓱ ⓲ ⓳ ⓴ ⓵ ⓶ ⓷ ⓸ ⓹ ⓻ ⓼ ⓽ ⓾ ⓿

[illegible]

# h u o l i g h t s u p l o i x t v d x l i t i n x t e t i n t l o o t l t i n g l o t

2.  $\exists x \exists y (G(x,y) \wedge \neg G(y,x)) \wedge \exists x \exists y (G(x,y) \wedge \neg G(y,x)) \wedge \exists x \exists y (G(x,y) \wedge \neg G(y,x))$   
 3.  $\exists x \exists y (G(x,y) \wedge \neg G(y,x)) \wedge \exists x \exists y (G(x,y) \wedge \neg G(y,x)) \wedge \exists x \exists y (G(x,y) \wedge \neg G(y,x))$

[illegible]

Этот текст содержит 1000 символов, включая прописные и строчные буквы, цифры, знаки препинания и пробелы, сформированный для тестирования шрифтов.

[illegible][illegible]

Звѣдѣніѣ отъ Дѣла Грѣшныѣ / Грѣшныѣ Человѣчѣстѣ / Дѣла Грѣшныѣ

Зд↑тд↑↑IXX↓Цт±IXX↑ЦYXот↑C↓C↓ЦYл↑от IIXIX←5 iXX↑ЦI↑↑C↓C↓Цт I IIXIXX↓Cт♀

Задание 1. Прочитайте текст и выполните задания 1–4.

[illegible]
$$Z_{\mu} \Delta_{\mu} \chi \Delta_{\mu} \chi \otimes \left( \bar{\chi} \chi \right)^{\otimes 2} \otimes \left( \bar{\chi} \chi \right)^{\otimes 2} \otimes \left( \bar{\chi} \chi \right)^{\otimes 2} / \{1\} \otimes \{1\} \otimes \{1\} \otimes \{1\}$$
[illegible]















[illegible][illegible]

а↑↓хх↑↑ ч↑↑ццллыхот дхц↓уш↓ итоштт штт↑елыхдхц IX/тжг↑т - C95 ixцц от пбдлыхт т↑нлыхот  
тпблрт↑ мгот↑{IXцц<sup>9</sup>□цц<sup>9</sup>- ↓↓↓цц↑тцц / IXцлхц<sup>7</sup>/ IXцлхц т D↑↓хх от ° Dцц! ixх %дццлбцц Пх  
оцixхсцц IXIxтц штт↑гелбх♀

魚↑UXX↑ Ч↑ЦЩЫХот дХХ↑Щ↑т I ←Г↑Цот ↑ГФХГЩЛЩХ{la . ! , ♀

[illegible]

h↑GXX↑LIX↑DIX↑DGL↑IHX↑OT↓L↑L↑T↑T↑T I GLE↑ET I h/w ♀

[illegible][illegible]

5 IXCOTBCTIT IIXTCLV3

[illegible][illegible][illegible]

h 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040

[illegible]







[illegible][illegible][illegible]

✎ 𐀀𐀁𐀂𐀃𐀄𐀅𐀆𐀇𐀈𐀉𐀊𐀋𐀌𐀍𐀎𐀏𐀐𐀑𐀒𐀓𐀔𐀕𐀖𐀗𐀘𐀙𐀚𐀛𐀜𐀝𐀞𐀟𐀠𐀡𐀢𐀣𐀤𐀥𐀦𐀧𐀨𐀩𐀪𐀫𐀬𐀭𐀮𐀯𐀰𐀱𐀲𐀳𐀴𐀵𐀶𐀷𐀸𐀹𐀺𐀻𐀼𐀽𐀾𐀿𐁀𐁁𐁂𐁃𐁄𐁅𐁆𐁇𐁈𐁉𐁊𐁋𐁌𐁍𐁎𐁏𐁐𐁑𐁒𐁓𐁔𐁕𐁖𐁗𐁘𐁙𐁚𐁛𐁜𐁝𐁞𐁟𐁠𐁡𐁢𐁣𐁤𐁥𐁦𐁧𐁨𐁩𐁪𐁫𐁬𐁭𐁮𐁯𐁰𐁱𐁲𐁳𐁴𐁵𐁶𐁷𐁸𐁹𐁺𐁻𐁼𐁽𐁾𐁿𐂀𐂁𐂂𐂃𐂄𐂅𐂆𐂇𐂈𐂉𐂊𐂋𐂌𐂍𐂎𐂏𐂐𐂑𐂒𐂓𐂔𐂕𐂖𐂗𐂘𐂙𐂚𐂛𐂜𐂝𐂞𐂟𐂠𐂡𐂢𐂣𐂤𐂥𐂦𐂧𐂨𐂩𐂪𐂫𐂬𐂭𐂮𐂯𐂰𐂱𐂲𐂳𐂴𐂵𐂶𐂷𐂸𐂹𐂺𐂻𐂼𐂽𐂾𐂿𐃀𐃁𐃂𐃃𐃄𐃅𐃆𐃇𐃈𐃉𐃊𐃋𐃌𐃍𐃎𐃏𐃐𐃑𐃒𐃓𐃔𐃕𐃖𐃗𐃘𐃙𐃚𐃛𐃜𐃝𐃞𐃟𐃠𐃡𐃢𐃣𐃤𐃥𐃦𐃧𐃨𐃩𐃪𐃫𐃬𐃭𐃮𐃯𐃰𐃱𐃲𐃳𐃴𐃵𐃶𐃷𐃸𐃹𐃺𐃻𐃼𐃽𐃾𐃿𐄀𐄁𐄂𐄃𐄄𐄅𐄆𐄇𐄈𐄉𐄊𐄋𐄌𐄍𐄎𐄏𐄐𐄑𐄒𐄓𐄔𐄕𐄖𐄗𐄘𐄙𐄚𐄛𐄜𐄝𐄞𐄟𐄠𐄡𐄢𐄣𐄤𐄥𐄦𐄧𐄨𐄩𐄪𐄫𐄬𐄭𐄮𐄯𐄰𐄱𐄲𐄳𐄴𐄵𐄶𐄷𐄸𐄹𐄺𐄻𐄼𐄽𐄾𐄿𐅀𐅁𐅂𐅃𐅄𐅅𐅆𐅇𐅈𐅉𐅊𐅋𐅌𐅍𐅎𐅏𐅐𐅑𐅒𐅓𐅔𐅕𐅖𐅗𐅘𐅙𐅚𐅛𐅜𐅝𐅞𐅟𐅠𐅡𐅢𐅣𐅤𐅥𐅦𐅧𐅨𐅩𐅪𐅫𐅬𐅭𐅮𐅯𐅰𐅱𐅲𐅳𐅴𐅵𐅶𐅷𐅸𐅹𐅺𐅻𐅼𐅽𐅾𐅿𐆀𐆁𐆂𐆃𐆄𐆅𐆆𐆇𐆈𐆉𐆊𐆋𐆌𐆍𐆎𐆏𐆐𐆑𐆒𐆓𐆔𐆕𐆖𐆗𐆘𐆙𐆚𐆛𐆜𐆝𐆞𐆟𐆠𐆡𐆢𐆣𐆤𐆥𐆦𐆧𐆨𐆩𐆪𐆫𐆬𐆭𐆮𐆯𐆰𐆱𐆲𐆳𐆴𐆵𐆶𐆷𐆸𐆹𐆺𐆻𐆼𐆽𐆾𐆿𐇀𐇁𐇂𐇃𐇄𐇅𐇆𐇇𐇈𐇉𐇊𐇋𐇌𐇍𐇎𐇏𐇐𐇑𐇒𐇓𐇔𐇕𐇖𐇗𐇘𐇙𐇚𐇛𐇜𐇝𐇞𐇟𐇠𐇡𐇢𐇣𐇤𐇥𐇦𐇧𐇨𐇩𐇪𐇫𐇬𐇭𐇮𐇯𐇰𐇱𐇲𐇳𐇴𐇵𐇶𐇷𐇸𐇹𐇺𐇻𐇼𐇽𐇾𐇿𐈀𐈁𐈂𐈃𐈄𐈅𐈆𐈇𐈈𐈉𐈊𐈋𐈌𐈍𐈎𐈏𐈐𐈑𐈒𐈓𐈔𐈕𐈖𐈗𐈘𐈙𐈚𐈛𐈜𐈝𐈞𐈟𐈠𐈡𐈢𐈣𐈤𐈥𐈦𐈧𐈨𐈩𐈪𐈫𐈬𐈭𐈮𐈯𐈰𐈱𐈲𐈳𐈴𐈵𐈶𐈷𐈸𐈹𐈺𐈻𐈼𐈽𐈾𐈿𐉀𐉁𐉂𐉃𐉄𐉅𐉆𐉇𐉈𐉉𐉊𐉋𐉌𐉍𐉎𐉏𐉐𐉑𐉒𐉓𐉔𐉕𐉖𐉗𐉘𐉙𐉚𐉛𐉜𐉝𐉞𐉟𐉠𐉡𐉢𐉣𐉤𐉥𐉦𐉧𐉨𐉩𐉪𐉫𐉬𐉭𐉮𐉯𐉰𐉱𐉲𐉳𐉴𐉵𐉶𐉷𐉸𐉹𐉺𐉻𐉼𐉽𐉾𐉿𐊀𐊁𐊂𐊃𐊄𐊅𐊆𐊇𐊈𐊉𐊊𐊋𐊌𐊍𐊎𐊏𐊐𐊑𐊒𐊓𐊔𐊕𐊖𐊗𐊘𐊙𐊚𐊛𐊜𐊝𐊞𐊟𐊠𐊡𐊢𐊣𐊤𐊥𐊦𐊧𐊨𐊩𐊪𐊫𐊬𐊭𐊮𐊯𐊰𐊱𐊲𐊳𐊴𐊵𐊶𐊷𐊸𐊹𐊺𐊻𐊼𐊽𐊾𐊿𐋀𐋁𐋂𐋃𐋄𐋅𐋆𐋇𐋈𐋉𐋊𐋋𐋌𐋍𐋎𐋏𐋐𐋑𐋒𐋓𐋔𐋕𐋖𐋗𐋘𐋙𐋚𐋛𐋜𐋝𐋞𐋟𐋠𐋡𐋢𐋣𐋤𐋥𐋦𐋧𐋨𐋩𐋪𐋫𐋬𐋭𐋮𐋯𐋰𐋱𐋲𐋳𐋴𐋵𐋶𐋷𐋸𐋹𐋺𐋻𐋼𐋽𐋾𐋿𐌀𐌁𐌂𐌃𐌄𐌅𐌆𐌇𐌈𐌉𐌊𐌋𐌌𐌍𐌎𐌏𐌐𐌑𐌒𐌓𐌔𐌕𐌖𐌗𐌘𐌙𐌚𐌛𐌜𐌝𐌞𐌟𐌠𐌡𐌢𐌣𐌤𐌥𐌦𐌧𐌨𐌩𐌪𐌫𐌬𐌭𐌮𐌯𐌰𐌱𐌲𐌳𐌴𐌵𐌶𐌷𐌸𐌹𐌺𐌻𐌼𐌽𐌾𐌿𐍀𐍁𐍂𐍃𐍄𐍅𐍆𐍇𐍈𐍉𐍊𐍋𐍌𐍍𐍎𐍏𐍐𐍑𐍒𐍓𐍔𐍕𐍖𐍗𐍘𐍙𐍚𐍛𐍜𐍝𐍞𐍟𐍠𐍡𐍢𐍣𐍤𐍥𐍦𐍧𐍨𐍩𐍪𐍫𐍬𐍭𐍮𐍯𐍰𐍱𐍲𐍳𐍴𐍵𐍶𐍷𐍸𐍹𐍺𐍻𐍼𐍽𐍾𐍿𐎀𐎁𐎂𐎃𐎄𐎅𐎆𐎇𐎈𐎉𐎊𐎋𐎌𐎍𐎎𐎏𐎐𐎑𐎒𐎓𐎔𐎕𐎖𐎗𐎘𐎙𐎚𐎛𐎜𐎝𐎞𐎟𐎠𐎡𐎢𐎣𐎤𐎥𐎦𐎧𐎨𐎩𐎪𐎫𐎬𐎭𐎮𐎯𐎰𐎱𐎲𐎳𐎴𐎵𐎶𐎷𐎸𐎹𐎺𐎻𐎼𐎽𐎾𐎿𐏀𐏁𐏂𐏃𐏄𐏅𐏆𐏇𐏈𐏉𐏊𐏋𐏌𐏍𐏎𐏏𐏐𐏑𐏒𐏓𐏔𐏕𐏖𐏗𐏘𐏙𐏚𐏛𐏜𐏝𐏞𐏟𐏠𐏡𐏢𐏣𐏤𐏥𐏦𐏧𐏨𐏩𐏪𐏫𐏬𐏭𐏮𐏯𐏰𐏱𐏲𐏳𐏴𐏵𐏶𐏷𐏸𐏹𐏺𐏻𐏼𐏽

! 5a lb lq mw ml h [L l! 4%h thwtw9D%h tw9{9b/ L [ 9/4 [- {L l5! 59 l t j m9{9 v- 9  
b%h {99bv- ! 5w b! { l t j m9{9 59 [L l! 4%h tw9 l q m! { bh ! w 5 5 b/ q h l 5! [9L  
うさなわ

[illegible]

← 4 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039

[illegible][illegible]

! oIXЩbIXIXIt↑ IIXt It IbGt IIXot ЦdIXoIXdIX IX dXtoYXoIX/- ПЭ ounnen.1 1/8 ПnIXo

[illegible][illegible][illegible]



[illegible]

56123456789101112131415161718192021222324252627282930313233343536373839404142434445464748495051525354555657585960616263646566676869707172737475767778798081828384858687888990919293949596979899100101102103104105106107108109110111112113114115116117118119120121122123124125126127128129130131132133134135136137138139140141142143144145146147148149150151152153154155156157158159160161162163164165166167168169170171172173174175176177178179180181182183184185186187188189190191192193194195196197198199200201202203204205206207208209210211212213214215216217218219220221222223224225226227228229230231232233234235236237238239240241242243244245246247248249250251252253254255256257258259260261262263264265266267268269270271272273274275276277278279280281282283284285286287288289290291292293294295296297298299300301302303304305306307308309310311312313314315316317318319320321322323324325326327328329330331332333334335336337338339340341342343344345346347348349350351352353354355356357358359360361362363364365366367368369370371372373374375376377378379380381382383384385386387388389390391392393394395396397398399400401402403404405406407408409410411412413414415416417418419420421422423424425426427428429430431432433434435436437438439440441442443444445446447448449450451452453454455456457458459460461462463464465466467468469470471472473474475476477478479480481482483484485486487488489490491492493494495496497498499500501502503504505506507508509510511512513514515516517518519520521522523524525526527528529530531532533534535536537538539540541542543544545546547548549550551552553554555556557558559560561562563564565566567568569570571572573574575576577578579580581582583584585586587588589590591592593594595596597598599600601602603604605606607608609610611612613614615616617618619620621622623624625626627628629630631632633634635636637638639640641642643644645646647648649650651652653654655656657658659660661662663664665666667668669670671672673674675676677678679680681682683684685686687688689690691692693694695696697698699700701702703704705706707708709710711712713714715716717718719720721722723724725726727728729730731732733734735736737738739740741742743744745746747748749750751752753754755756757758759760761762763764765766767768769770771772773774775776777778779780781782783784785786787788789790791792793794795796797798799800801802803804805806807808809810811812813814815816817818819820821822823824825826827828829830831832833834835836837838839840841842843844845846847848849850851852853854855856857858859860861862863864865866867868869870871872873874875876877878879880881882883884885886887888889890891892893894895896897898899900901902903904905906907908909910911912913914915916917918919920921922923924925926927928929930931932933934935936937938939940941942943944945946947948949950951952953954955956957958959960961962963964965966967968969970971972973974975976977978979980981982983984985986987988989990991992993994995996997998999100010011002100310041005100610071008100910101011101210131014101510161017101810191020102110221023102410251026102710281029103010311032103310341035103610371038103910401041104210431044104510461047104810491050105110521053105410551056105710581059106010611062106310641065106610671068106910701071107210731074107510761077107810791080108110821083108410851086108710881089109010911092109310941095109610971098109911001101110211031104110511061107110811091110111111121113111411151116111711181119112011211122112311241125112611271128112911301131113211331134113511361137113811391140114111421143114411451146114711481149115011511152115311541155115611571158115911601161116211631164116511661167116811691170117111721173117411751176117711781179118011811182118311841185118611871188118911901191119211931194119511961197119811991200120112021203120412051206120712081209121012111212121312141215121612171218121912201221122212231224122512261227122812291230123112321233123412351236123712381239124012411242124312441245124612471248124912501251125212531254125512561257125812591260126112621263126412651266126712681269127012711272127312741275127612771278127912801281128212831284128512861287128812891290129112921293129412951296129712981299130

[illegible]

! 5 Ц % € П Г О Ь т о Ц ! ↑↑ IX Q W Y X ↑ Ц 0 # Ц о Ц 9 I i x T ↑ Ц o t { I X z ↑ Ц ! . 9 \

! ⤴ ⤵ ⤶ ⤷ ⤸ ⤹ ⤺ ⤻ ⤼ ⤽ ⤾ ⤿ ⥀ ⥁ ⥂ ⥃ ⥄ ⥅ ⥆ ⥇ ⥈ ⥉ ⥊ ⥋ ⥌ ⥍ ⥎ ⥏ ⥐ ⥑ ⥒ ⥓ ⥔ ⥕ ⥖ ⥗ ⥘ ⥙ ⥚ ⥛ ⥜ ⥝ ⥞ ⥟ ⥠ ⥡ ⥢ ⥣ ⥤ ⥥ ⥦ ⥧ ⥨ ⥩ ⥪ ⥫ ⥬ ⥭ ⥮ ⥯ ⥰ ⥱ ⥲ ⥳ ⥴ ⥵ ⥶ ⥷ ⥸ ⥹ ⥺ ⥻ ⥼ ⥽ ⥾ ⥿ ⦀ ⦁ ⦂ ⦃ ⦄ ⦅ ⦆ ⦇ ⦈ ⦉ ⦊ ⦋ ⦌ ⦍ ⦎ ⦏ ⦐ ⦑ ⦒ ⦓ ⦔ ⦕ ⦖ ⦗ ⦘ ⦙ ⦚ ⦛ ⦜ ⦝ ⦞ ⦟ ⦠ ⦡ ⦢ ⦣ ⦤ ⦥ ⦦ ⦧ ⦨ ⦩ ⦪ ⦫ ⦬ ⦭ ⦮ ⦯ ⦰ ⦱ ⦲ ⦳ ⦴ ⦵ ⦶ ⦷ ⦸ ⦹ ⦺ ⦻ ⦼ ⦽ ⦾ ⦿ ⧀ ⧁ ⧂ ⧃ ⧄ ⧅ ⧆ ⧇ ⧈ ⧉ ⧊ ⧋ ⧌ ⧍ ⧎ ⧏ ⧐ ⧑ ⧒ ⧓ ⧔ ⧕ ⧖ ⧗ ⧘ ⧙ ⧚ ⧛ ⧜ ⧝ ⧞ ⧟ ⧠ ⧡ ⧢ ⧣ ⧤ ⧥ ⧦ ⧧ ⧨ ⧩ ⧪ ⧫ ⧬ ⧭ ⧮ ⧯ ⧰ ⧱ ⧲ ⧳ ⧴ ⧵ ⧶ ⧷ ⧸ ⧹ ⧺ ⧻ ⧼ ⧽ ⧾ ⧿ ⨀ ⨁ ⨂ ⨃ ⨄ ⨅ ⨆ ⨇ ⨈ ⨉ ⨊ ⨋ ⨌ ⨍ ⨎ ⨏ ⨐ ⨑ ⨒ ⨓ ⨔ ⨕ ⨖ ⨗ ⨘ ⨙ ⨚ ⨛ ⨜ ⨝ ⨞ ⨟ ⨠ ⨡ ⨢ ⨣ ⨤ ⨥ ⨦ ⨧ ⨨ ⨩ ⨪ ⨫ ⨬ ⨭ ⨮ ⨯ ⨰ ⨱ ⨲ ⨳ ⨴ ⨵ ⨶ ⨷ ⨸ ⨹ ⨺ ⨻ ⨼ ⨽ ⨾ ⨿ ⩀ ⩁ ⩂ ⩃ ⩄ ⩅ ⩆ ⩇ ⩈ ⩉ ⩊ ⩋ ⩌ ⩍ ⩎ ⩏ ⩐ ⩑ ⩒ ⩓ ⩔ ⩕ ⩖ ⩗ ⩘ ⩙ ⩚ ⩛ ⩜ ⩝ ⩞ ⩟ ⩠ ⩡ ⩢ ⩣ ⩤ ⩥ ⩦ ⩧ ⩨ ⩩ ⩪ ⩫ ⩬ ⩭ ⩮ ⩯ ⩰ ⩱ ⩲ ⩳ ⩴ ⩵ ⩶ ⩷ ⩸ ⩹ ⩺ ⩻ ⩼ ⩽ ⩾ ⩿ ⪀ ⪁ ⪂ ⪃ ⪄ ⪅ ⪆ ⪇ ⪈ ⪉ ⪊ ⪋ ⪌ ⪍ ⪎ ⪏ ⪐ ⪑ ⪒ ⪓ ⪔ ⪕ ⪖ ⪗ ⪘ ⪙ ⪚ ⪛ ⪜ ⪝ ⪞ ⪟ ⪠ ⪡ ⪢ ⪣ ⪤ ⪥ ⪦ ⪧ ⪨ ⪩ ⪪ ⪫ ⪬ ⪭ ⪮ ⪯ ⪰ ⪱ ⪲ ⪳ ⪴ ⪵ ⪶ ⪷ ⪸ ⪹ ⪺ ⪻ ⪼ ⪽ ⪾ ⪿ ⫀ ⫁ ⫂ ⫃ ⫄ ⫅ ⫆ ⫇ ⫈ ⫉ ⫊ ⫋ ⫌ ⫍ ⫎ ⫏ ⫐ ⫑ ⫒ ⫓ ⫔ ⫕ ⫖ ⫗ ⫘ ⫙ ⫚ ⫛ ⫝̸ ⫝ ⫞ ⫟ ⫠ ⫡ ⫢ ⫣ ⫤ ⫥ ⫦ ⫧ ⫨ ⫩ ⫪ ⫫ ⫬ ⫭ ⫮ ⫯ ⫰ ⫱ ⫲ ⫳ ⫴ ⫵ ⫶ ⫷ ⫸ ⫹ ⫺ ⫻ ⫼ ⫽ ⫾ ⫿ ⬀ ⬁ ⬂ ⬃ ⬄ ⬅ ⬆ ⬇ ⬈ ⬉ ⬊ ⬋ ⬌ ⬍ ⬎ ⬏ ⬐ ⬑ ⬒ ⬓ ⬔ ⬕ ⬖ ⬗ ⬘ ⬙ ⬚ ⬛ ⬜ ⬝ ⬞ ⬟ ⬠ ⬡ ⬢ ⬣ ⬤ ⬥ ⬦ ⬧ ⬨ ⬩ ⬪ ⬫ ⬬ ⬭ ⬮ ⬯ ⬰ ⬱ ⬲ ⬳ ⬴ ⬵ ⬶ ⬷ ⬸ ⬹ ⬺ ⬻ ⬼ ⬽ ⬾ ⬿ ⭀ ⭁ ⭂ ⭃ ⭄ ⭅ ⭆ ⭇ ⭈ ⭉ ⭊ ⭋ ⭌ ⭍ ⭎ ⭏ ⭐ ⭑ ⭒ ⭓ ⭔ ⭕ ⭖ ⭗ ⭘ ⭙ ⭚ ⭛ ⭜ ⭝ ⭞ ⭟ ⭠ ⭡ ⭢ ⭣ ⭤ ⭥ ⭦ ⭧ ⭨ ⭩ ⭪ ⭫ ⭬ ⭭ ⭮ ⭯ ⭰ ⭱ ⭲ ⭳ ⭴ ⭵ ⭶ ⭷ ⭸ ⭹ ⭺ ⭻ ⭼ ⭽ ⭾ ⭿ ⮀ ⮁ ⮂ ⮃ ⮄ ⮅ ⮆ ⮇ ⮈ ⮉ ⮊ ⮋ ⮌ ⮍ ⮎ ⮏ ⮐ ⮑ ⮒ ⮓ ⮔ ⮕ ⮖ ⮗ ⮘ ⮙ ⮚ ⮛ ⮜ ⮝ ⮞ ⮟ ⮠ ⮡ ⮢ ⮣ ⮤ ⮥ ⮦ ⮧ ⮨ ⮩ ⮪ ⮫ ⮬ ⮭ ⮮ ⮯ ⮰ ⮱ ⮲ ⮳ ⮴ ⮵ ⮶ ⮷ ⮸ ⮹ ⮺ ⮻ ⮼ ⮽ ⮾ ⮿ ⯀ ⯁ ⯂ ⯃ ⯄ ⯅ ⯆ ⯇ ⯈ ⯉ ⯊ ⯋ ⯌ ⯍ ⯎ ⯏ ⯐ ⯑ ⯒ ⯓ ⯔ ⯕ ⯖ ⯗ ⯘ ⯙ ⯚ ⯛ ⯜ ⯝ ⯞ ⯟ ⯠ ⯡ ⯢ ⯣ ⯤ ⯥ ⯦ ⯧ ⯨ ⯩ ⯪ ⯫ ⯬ ⯭ ⯮ ⯯ ⯰ ⯱ ⯲ ⯳ ⯴ ⯵ ⯶ ⯷ ⯸ ⯹ ⯺ ⯻ ⯼ ⯽ ⯾ ⯿ Ⰰ Ⰱ Ⰲ Ⰳ Ⰴ Ⰵ Ⰶ Ⰷ Ⰸ Ⰹ Ⰺ Ⰻ Ⰼ Ⰽ Ⰾ Ⰿ Ⱀ Ⱁ Ⱂ Ⱃ Ⱄ Ⱅ Ⱆ Ⱇ Ⱈ Ⱉ Ⱊ Ⱋ Ⱌ Ⱍ Ⱎ Ⱏ Ⱐ Ⱑ Ⱒ Ⱓ Ⱔ Ⱕ Ⱖ Ⱗ Ⱘ Ⱙ Ⱚ Ⱛ Ⱜ Ⱝ Ⱞ Ⱟ ⰰ ⰱ ⰲ ⰳ ⰴ ⰵ ⰶ ⰷ ⰸ ⰹ ⰺ ⰻ ⰼ ⰽ ⰾ ⰿ ⱀ ⱁ ⱂ ⱃ ⱄ ⱅ ⱆ ⱇ ⱈ ⱉ ⱊ ⱋ ⱌ ⱍ ⱎ ⱏ ⱐ ⱑ ⱒ ⱓ ⱔ ⱕ ⱖ ⱗ ⱘ ⱙ ⱚ ⱛ ⱜ ⱝ ⱞ ⱟ Ⱡ ⱡ Ɫ Ᵽ Ɽ ⱥ ⱦ Ⱨ ⱨ Ⱪ ⱪ Ⱬ ⱬ Ɑ Ɱ Ɐ Ɒ ⱱ Ⱳ ⱳ ⱴ Ⱶ ⱶ ⱷ ⱸ ⱹ ⱺ ⱻ ⱼ ⱽ Ȿ Ɀ Ⲁ ⲁ Ⲃ ⲃ Ⲅ ⲅ Ⲇ ⲇ Ⲉ ⲉ Ⲋ ⲋ Ⲍ ⲍ Ⲏ ⲏ Ⲑ ⲑ Ⲓ ⲓ Ⲕ ⲕ Ⲗ ⲗ Ⲙ ⲙ Ⲛ ⲛ Ⲝ ⲝ Ⲟ ⲟ Ⲡ ⲡ Ⲣ ⲣ Ⲥ ⲥ Ⲧ ⲧ Ⲩ ⲩ Ⲫ ⲫ Ⲭ ⲭ Ⲯ ⲯ Ⲱ ⲱ Ⲳ ⲳ Ⲵ ⲵ Ⲷ ⲷ Ⲹ ⲹ Ⲻ ⲻ Ⲽ ⲽ Ⲿ ⲿ Ⳁ ⳁ Ⳃ ⳃ Ⳅ ⳅ Ⳇ ⳇ Ⳉ ⳉ Ⳋ ⳋ Ⳍ ⳍ Ⳏ ⳏ Ⳑ ⳑ Ⳓ ⳓ Ⳕ ⳕ Ⳗ ⳗ Ⳙ ⳙ Ⳛ ⳛ Ⳝ ⳝ Ⳟ ⳟ Ⳡ ⳡ Ⳣ ⳣ ⳤ ⳥ ⳦ ⳧ ⳨ ⳩ ⳪ Ⳬ ⳬ Ⳮ ⳮ ⳯ ⳰ ⳱ Ⳳ ⳳ ⳴ ⳵ ⳶ ⳷ ⳸ ⳹ ⳺ ⳻ ⳼ ⳽ ⳾ ⳿ ⴀ ⴁ ⴂ ⴃ ⴄ ⴅ ⴆ ⴇ ⴈ ⴉ ⴊ ⴋ ⴌ ⴍ ⴎ ⴏ ⴐ ⴑ ⴒ ⴓ ⴔ ⴕ ⴖ ⴗ ⴘ ⴙ ⴚ ⴛ ⴜ ⴝ ⴞ ⴟ ⴠ ⴡ ⴢ ⴣ ⴤ ⴥ ⴦ ⴧ ⴨ ⴩ ⴪ ⴫ ⴬ ⴭ ⴮ ⴯ ⴰ ⴱ ⴲ ⴳ ⴴ ⴵ ⴶ ⴷ ⴸ ⴹ ⴺ ⴻ ⴼ ⴽ ⴾ ⴿ ⵀ ⵁ ⵂ ⵃ ⵄ ⵅ ⵆ ⵇ ⵈ ⵉ ⵊ ⵋ ⵌ ⵍ ⵎ ⵏ ⵐ ⵑ ⵒ ⵓ ⵔ ⵕ ⵖ ⵗ ⵘ ⵙ ⵚ ⵛ ⵜ ⵝ ⵞ ⵟ ⵠ ⵡ ⵢ ⵣ ⵤ ⵥ ⵦ ⵧ ⵨ ⵩ ⵪ ⵫ ⵬ ⵭ ⵮ ⵯ ⵰ ⵱ ⵲ ⵳ ⵴ ⵵ ⵶ ⵷ ⵸ ⵹ ⵺ ⵻ ⵼ ⵽ ⵾ ⵿ ⶀ ⶁ ⶂ ⶃ ⶄ ⶅ ⶆ ⶇ ⶈ ⶉ ⶊ ⶋ ⶌ ⶍ ⶎ ⶏ ⶐ ⶑ ⶒ ⶓ ⶔ ⶕ ⶖ ⶗ ⶘ ⶙ ⶚ ⶛ ⶜ ⶝ ⶞ ⶟ ⶠ ⶡ ⶢ ⶣ ⶤ ⶥ ⶦ ⶧ ⶨ ⶩ ⶪ ⶫ ⶬ ⶭ ⶮ ⶯ ⶰ ⶱ ⶲ ⶳ ⶴ ⶵ ⶶ ⶷ ⶸ ⶹ ⶺ ⶻ ⶼ ⶽ ⶾ ⶿ ⷀ ⷁ ⷂ ⷃ ⷄ ⷅ ⷆ ⷇ ⷈ ⷉ ⷊ ⷋ ⷌ ⷍ ⷎ ⷏ ⷐ ⷑ ⷒ ⷓ ⷔ ⷕ ⷖ ⷗ ⷘ ⷙ ⷚ ⷛ ⷜ ⷝ ⷞ ⷟ ⷠ ⷡ ⷢ ⷣ ⷤ ⷥ ⷦ ⷧ ⷨ ⷩ ⷪ ⷫ ⷬ ⷭ ⷮ ⷯ ⷰ ⷱ ⷲ ⷳ ⷴ ⷵ ⷶ ⷷ ⷸ ⷹ ⷺ ⷻ ⷼ ⷽ ⷾ ⷿ ⸀ ⸁ ⸂ ⸃ ⸄ ⸅ ⸆ ⸇ ⸈ ⸉ ⸊ ⸋ ⸌ ⸍ ⸎ ⸏ ⸐ ⸑ ⸒ ⸓ ⸔ ⸕ ⸖ ⸗ ⸘ ⸙ ⸚ ⸛ ⸜ ⸝ ⸞ ⸟ ⸠ ⸡ ⸢ ⸣ ⸤ ⸥ ⸦ ⸧ ⸨ ⸩ ⸪ ⸫ ⸬ ⸭ ⸮ ⸯ ⸰ ⸱ ⸲ ⸳ ⸴ ⸵ ⸶ ⸷ ⸸ ⸹ ⸺ ⸻ ⸼ ⸽ ⸾ ⸿ ⹀ ⹁ ⹂ ⹃ ⹄ ⹅ ⹆ ⹇ ⹈ ⹉ ⹊ ⹋ ⹌ ⹍ ⹎ ⹏ ⹐ ⹑ ⹒ ⹓ ⹔ ⹕ ⹖ ⹗ ⹘ ⹙ ⹚ ⹛ ⹜ ⹝ ⹞ ⹟ ⹠ ⹡ ⹢ ⹣ ⹤ ⹥ ⹦ ⹧ ⹨ ⹩ ⹪ ⹫ ⹬ ⹭ ⹮ ⹯ ⹰ ⹱ ⹲ ⹳ ⹴ ⹵ ⹶ ⹷ ⹸ ⹹ ⹺ ⹻ ⹼ ⹽ ⹾ ⹿ ⺀ ⺁ ⺂ ⺃ ⺄ ⺅ ⺆ ⺇

bIXOT↑T↑EXOT E↑X↑E↑T↑T% IT↑T↑X↑ QWQ↑P↑X↑↑ T DIX↑IX↑X↑P↑X↑↑ OQ↑T↑Q↑P↑T T %QWQ↑Q↑P↑T OIX↑\*↑T↑P↑XOT  
 9↓%QWQ↑P↑T\*↓P↑T↑T↑P↑P↑P↑←5 Q! . 9 φ T↑Q↑C↑T↑X↑Q↑Y↑X↑Q↑Q↑Q↑P↑C↑T I 3 叁↑ I QWQ↑IX↑Q↑IX↑P↑Q↑WQ↑T IX↑P↑  
 WQ↑ T↑Y↑T↑DIX↑K↑H↑Q↑IX↑\*↑X↑E↑C↑P↑C↑DIX↑ P↑C↑T P↑X! T↑C↑IX↑ 35↑ 35↑ T QWQ↑IX↑ E↑P↑T E↑P↑OIX! T↑C↑IX↑\*↑OQ↑/IX↑T↑P↑WYX  
 C↑OT↑P↑O↑W↑ix↑% QWQ↑C↑OT↑P↑P↑P↑OIX↑ T↑P↑Q↑\*

[illegible][illegible][illegible][illegible]







36a th{{L 4! 5959{- . /hbaw! 4! 4%h

/IXI6t1LbIXL tixd46Lpt oIXixIXIX 5 1t ix1t Idt Lp 46IX1Lp I6L 4651 IXI4 ot  
1dIX1LIX

! b9Ah LL

twth{4! 5! /hbaw! 4! 5!

1151212



segunda-feira, 5 de dezembro de 2022

A: Polícia Civil do Estado da Bahia

Ref.: 2022-PCBA-Aquisição SNAP (1 unidades) - 3 anos

### 1. PROPOSTA

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
SNAP (Requisitos de Hardware - Sistemas operacionais: Windows 10 64-bits/Mac OS 10.14 ou superior; Processador mínimo requerido: Intel Core i5 2.0 GHz com 8 núcleos lógicos ou superior; Memória mínima requerida: 16 GB ou mais; Placa de rede requerida: Gigabit Ethernet (GbE); Hard Drive requerido para o Sistema Operacional: 100 GB de espaço de armazenamento liberado - SSD)	Licença de Uso Anual	3	R\$ 110.000,00	R\$ 330.000,00
SNAP IP-API Conector Standard	Licença de Uso Anual	1	R\$ 18.000,00	R\$ 18.000,00
TOTAL				R\$ 348.000,00

A aceitação do orçamento implica na concordância das condições a seguir.

#### 1. Condições gerais:

- Aos custos já estão acrescidos de todos os impostos, de acordo com a legislação vigente.
- Quaisquer alteração nos impostos vigentes será acrescida ao valor final.
- Prazo para início dos serviços de Implantação, desenvolvimento e repasse de conhecimento é de 60 dias após a assinatura de contrato ou recebimento do pedido de compra e será realizado através de vídeo chamadas previamente agendados.
- Suporte técnico remoto estará disponível em dias úteis, em horário comercial, das 09h às 18h (5X8) através do telone 08008787983.
- Em caso de substituição de hardware, a licença será migrada de maneira gratuita para um novo hardware desde que cumpra os requisitos técnicos.

#### 2. DADOS PARA CADASTRO

**Techbiz Forense Digital LTDA**

**CNPJ:** 05.757.597/0002-18

**Inscrição Estadual:** 001.252.061.00-69

**Inscrição Municipal:** 1.308.04180

**Endereço:** Rua Sergipe nº 1014, Sala 502, Savassi - Belo Horizonte / Minas Gerais - CEP 30.130-174

**Banco Itaú - 341 / Agência:** 0925 / **Conta Corrente:** 70500-6

#### 3. DETALHES DESTA PROPOSTA

Ident. da Cotação	Rev.	Início da Vigência	Término da Vigência	Condições de Pagamento
QUO-09722-S6H0M0	0	05/12/2022	05/02/2023	Parcela única com vencimento em 30 dias

Atenciosamente,

**Felipe Scovino**

**Gerente de Contas**

**TechBiz Forense Digital**

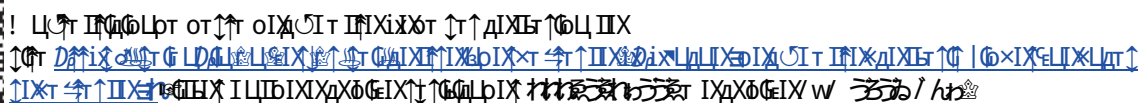
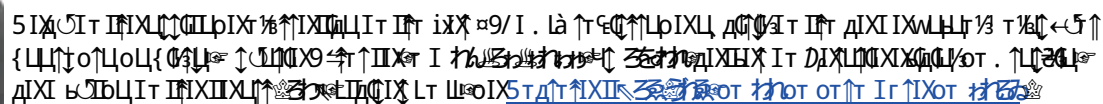
**Cel/Mob:** 21 97591-4351

**Fixo:** 21 2430-5951

**Email:** [felipe.scovino@techbiz.com.br](mailto:felipe.scovino@techbiz.com.br)

[forensedigital.com.br](http://forensedigital.com.br)





{9L II 材料費の算出



sexta-feira, 15 de julho de 2022

**A:** SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA RJ**Ref.:** 2022-SEAP RJ-Aquisição UFED4PC + Premium + SNAP + Harpia 3Anos(1 unidade)

## 1. PROPOSTA

### Item 1

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
UFED 4PC Ultimate Subscription	Unitário Anual	3	R\$ 69.564,00	R\$ 208.692,00
TOTAL				R\$ 208.692,00

### Item 2

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
Cellebrite Premium Unlimited Android and Unlimited iOS	Licença de Uso Anual	3	R\$ 1.536.030,27	R\$ 4.608.090,80
TOTAL				R\$ 4.608.090,80

### Item 3

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
SNAP	Licença de Uso Anual	3	R\$ 110.000,00	R\$ 330.000,00
TOTAL				R\$ 330.000,00

### Item 4

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
Harpia Professional Software	Licença de Uso Anual	1	R\$ 88.655,66	R\$ 88.655,66
Harpia Professional Hardware	Unidade	1	R\$ 51.702,42	R\$ 51.702,42
TOTAL				R\$ 140.358,08

### Item 5

Produto	Unidade	Qtd.	Preço Un.	Subtotal
Suporte 8x5 Atendimento Remoto com Translado	Anual	3	R\$ 8.000,00	R\$ 23.999,91
ILT CCPA - Cellebrite Certified Physical Analyst	Aluno	10	R\$ 20.212,50	R\$ 202.125,00
TOTAL				R\$ 226.124,91

**VALOR TOTAL: R\$ 5.513.265,79***A aceitação do orçamento implica na concordância das condições a seguir.*

#### 1. Condições gerais:

- O fornecimento do item (A) da proposta é acompanhado do contrato de comodato, pois ao final do período contratual o equipamento é retirado, caso o mesmo não seja renovado.
- Aos custos já estão acrescidos de todos os impostos, de acordo com a legislação vigente.
- Quaisquer alteração nos impostos vigentes será acrescida ao valor final.

**Rio de Janeiro, Rio de Janeiro**



- O prazo de entrega dos material / software é de até 90 dias.
- Prazo para início dos serviços é de 60 dias após a assinatura de contrato ou recebimento do pedido de compra.

## 2. DADOS PARA CADASTRO

**Techbiz Forense Digital LTDA**

**CNPJ:** 05.757.597/0002-18

**Inscrição Estadual:** 001.252.061.00-69

**Inscrição Municipal:** 1.308.04180

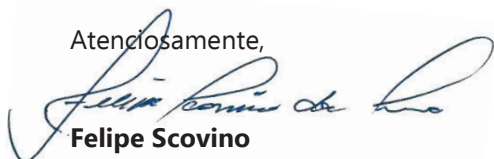
**Endereço:** Rua Sergipe nº 1014, Sala 502, Savassi – Belo Horizonte / Minas Gerais – CEP 30.130-174

**Banco Itaú** – 341 / **Agência:** 0925 / **Conta Corrente:** 70500-6

## 3. DETALHES DESTA PROPOSTA

Ident. da Cotação	Rev.	Início da Vigência	Término da Vigência	Condições de Pagamento
QUO-10048-B0G4B2	0	15/7/2022	15/9/2022	Vencimento em 30 dias

Atenciosamente,



**Felipe Scovino**

**Gerente de Contas**

**TechBiz Forense Digital**

**Cel/Mob:** 21 97591-4351

**Fixo:** 21 2430-5951

**Email:** [felipe.scovino@techbiz.com.br](mailto:felipe.scovino@techbiz.com.br)





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Secretaria de Estado de Administração Penitenciária  
Subsecretaria de Administração

## CONTRATO Nº058/2022

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM SOLUÇÃO PARA FORENSE DIGITAL, COM SUPORTE DE ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DA SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA – SEAP/RJ QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO RIO DE JANEIRO, POR SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**

O ESTADO DO RIO DE JANEIRO pela SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA - SEAP, inscrita no CNPJ sob o nº 05.482.345/0001-42, com sede situada na Praça Cristiano Ottoni, S/N, 5º andar - Centro, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo **Subsecretário de Gestão Administrativa ALEXANDER DE CARVALHO MAIA** no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Resolução SEAP nº 935, de 23 de maio de 2022, portador da carteira de identidade nº [REDAZIDO] e a empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**, situada na Rua das Olimpíadas, nº 205, sala 436, Bairro Vila Olímpia, Cidade São Paulo/SP, CEP nº 04551-000 e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.757.597/0001-37, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **RAFAEL VELASQUEZ SAAVEDRA DA SILVA**, cédula de identidade nº [REDAZIDO] e inscrito no CPF nº [REDAZIDO]

[REDAZIDO] resolvem celebrar o presente Contrato de Prestação de Serviços técnicos especializados em solução para forense digital, com suporte de atualização tecnológica da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/RJ, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 25, inciso II da Lei 8.666 de 1993 e no processo administrativo nº SEI-210071/000620/2022, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos nºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto a prestação de serviços **técnicos especializados em solução para forense digital, com suporte de atualização tecnológica da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP/RJ**, na forma do Termo de Referência.

Item	ID SIGA	Descrição	Quantidade
1	175872	SERVICOS DE LICENÇAS DE SOFTWARES, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVICOS DE SUPORTE/SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO PARA EXTRAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS A PARTIR DE PLATAFORMAS ELETRÔNICAS PORTÁTEIS COM	1



		ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA POR 36 MESES, ORIGEM: PESSOA JURIDICA, FORMA FORNECIMENTO: SERVIÇO	
2	169206	SERVIÇOS DE LICENÇAS DE SOFTWARES - DESCRIÇÃO: SUBSCRIÇÃO DE LICENÇA DE SOFTWARE PARA DESBLOQUEIO/EXTRAÇÃO ILIMITADO DE DISPOSITIVOS COMPUTACIONAIS PORTÁTEIS (DE ÚLTIMA GERAÇÃO E ALTA COMPLEXIDADE) BLOQUEADOS POR SENHA, DENOMINADA PREMIUM UNLIMITED ALL (IOS+ ANDROID), DO FABRICANTE CELLEBRITE, COM GARANTIA E ATUALIZACAO TECNOLÓGICA, ORIGEM: PESSOA JURIDICA, FORMA FORNECIMENTO: ANUAL	1
3	175873	SERVICOS DE LICENÇAS DE SOFTWARES, DESCRIÇÃO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPORTE/SUBSCRIÇÃO DE SOLUÇÃO DE LOCALIZAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO E APRESENTAÇÃO DE DADOS COLETADOS DE FONTES PÚBLICAS, COMERCIAIS E PRIVADAS PARA ANÁLISE GRÁFICA DE PERFIS E ENTIDADES, COM ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DE 36 MESES, ORIGEM: PESSOA JURÍDICA, FORMA FORNECIMENTO: SERVIÇO	1
4	175874	SERVIÇOS DE LICENÇAS DE SOFTWARES, DESCRIÇÃO: ESTAÇÃO FORENSE DE TRIAGEM E ANALISE INVESTIGATIVA, COM ATUALIZACAO TECNOLÓGICA DE 36 MESES, ORIGEM: PESSOA JURIDICA, FORMA FORNECIMENTO: SERVICO	1
5	175991	CONTRATACAO DE SERVICO DE SUPORTE E TREINAMENTO DE USUARIOS EM SOFTWARES DE ANÁLISE FORENSE DA FABRICANTE CELLEBRITE	1

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O objeto será executado segundo o regime de execução de **empreitada por preço global**.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo de vigência do contrato será de **36 (trinta e seis) meses**, contados a partir da sua assinatura, desde que posterior à data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior à data convencionada nesta cláusula.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para o **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:



- a) realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições e preços pactuados após emissão do Termo de Recebimento da Atividade (TRA) e o correspondente Ateste;
- b) fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- c) exercer a fiscalização do contrato por meio de representantes especialmente designados, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93, verificando o exato cumprimento das cláusulas e condições estabelecidas no contrato;
- d) receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato;
- e) aprovar o serviço que atender às especificações de acordo com o exigido no presente Termo de Referência;
- f) permitir o acesso de pessoa devidamente credenciada pela **CONTRATADA** às dependências da SEAP/RJ, caso se faça necessária, respeitadas as normas que disciplinam a segurança do patrimônio, das pessoas e das informações;
- g) disponibilizar o local e os meios adequados para a execução dos serviços;
- h) prestar as informações e os esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual pela **CONTRATADA**;
- i) documentar e notificar a **CONTRATADA**, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades que estejam em desacordo com a Proposta, no curso de execução dos serviços, acordando prazo com a **CONTRATADA** para a sua correção ou regularização.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- a) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- b) prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;
- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do Termo de Referência e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- l) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- m) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da



cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);

**n)** indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.

**o)** observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;

**p)** na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados..... 2%;

II - de 201 a 500..... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante. .... 5%.

**q)** Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública

**r)** prestar os serviços contratados nos termos da legislação vigente e aplicável e de acordo com as especificações e prazos constantes deste instrumento, da Proposta da Contratada e do Contrato, garantindo a qualidade e a excelência dos serviços especializados prestados;

**s)** cumprir todos os requisitos de segurança da informação, respeitando a preservação do sigilo, da integridade, dos direitos autorais e dos aspectos legais concernentes aos documentos que lhe forem disponibilizados para a prestação dos serviços;

**t)** guardar sigilo absoluto sobre as informações que vier a ter conhecimento por força da contratação;

**u)** ter pleno conhecimento de todas as condições e peculiaridades inerentes aos serviços a serem executados, não podendo invocar posteriormente desconhecimento para cobrança de serviços extras;

**v)** iniciar e concluir os serviços nos prazos acordados entre as partes;

**x)** realizar os serviços de forma local e/ou remota;

**w)** garantir que as rotinas para impressão sejam realizadas nas dependências da SEAP/RJ, no endereço constante do Item;

**y)** submeter à aprovação do **CONTRATANTE** qualquer alteração que se tornar essencial à continuação da execução ou prestação dos serviços;

**z)** aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, até o limite previsto no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93;

a.1) manter atualizados os números de telefone (telefone fixo) e os endereços de correio eletrônico para contatos ou abertura de chamados;

a.2) recrutar, em seu nome e sob a sua responsabilidade, os empregados/prestadores de serviços que serão alocados na execução do objeto contratual, efetuando todos os pagamentos de salários, cumprindo todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, inclusive aquelas decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras verbas decorrentes da sua condição de empregadora, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

a.3) manter o quadro de pessoal em número suficiente para o atendimento da prestação dos serviços de acordo com as atividades definidas e que serão entregues pela **CONTRATADA**, importando o descumprimento em aplicação das penalidades cabíveis à **CONTRATADA**;

a.4) prover os serviços ora contratados, com pessoal habilitado e capacitado em todos os níveis de trabalho;



- a.5) exercer controle próprio sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados, credenciá-los e apresentá-los sempre adequadamente identificados nas dependências do CONTRATANTE, observando as normas de segurança (interna e de conduta);
- a.6) arcar com todas as despesas decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sejam elas diretas ou indiretas, tais como despesas com viagens; fretes; seguros; taxas; transportes e embalagens, sem prejuízo dos encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários dos seus empregados/prestadores de serviços, sem quaisquer ônus para a SEAP/RJ;
- a.7) apresentar à Fiscalização do contrato, no início dos serviços e sempre que houver alteração ou solicitação, a relação nominal dos empregados;
- a.8) manter, durante toda a duração do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação;
- a.9) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido à Fiscalização do Contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- a.10) designar, observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, preposto para, em todas as questões relativas ao cumprimento dos serviços, representar a CONTRATADA, o qual deverá estar habilitado a responder qualquer indagação sobre a parte operacional e a qualidade dos serviços prestados, bem como solucionar qualquer problema relacionado com a sua execução e qualidade que esteja em desacordo com a Proposta da CONTRATADA, garantindo a presteza e a agilidade necessária ao processo decisório;
- a.11) o Preposto deverá ser identificado perante a Fiscalização do Contrato, a qual fará constar no Livro de Ocorrências, mantido pelo Contratante o nome, a qualificação, o endereço físico e eletrônico e o número de telefone;
- a.12) a CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização qualquer alteração do preposto que a representa;
- a.13) o preposto deverá, juntamente com o servidor designado para esse fim, assinar o “Termo de Abertura do Livro de Ocorrências”, destinado ao assentamento das principais ocorrências durante a vigência contratual. A Contratada poderá, alternativamente, utilizar-se de um sistema eletrônico de Registro de Ocorrências em substituição ao Livro, cabendo à Fiscalização o fornecimento de conta e senha para o preposto;
- a.14) o preposto deverá comparecer quinzenalmente à sede da SEAP/RJ, durante toda a vigência do contrato, para se reunir com a Fiscalização do contrato, visando a analisar as ocorrências daquele período, ou, quando for convocado, a fim de prestar esclarecimento(s) ou promover ajuste(s) operacional(ais);
- a.15) a Contratada deverá acatar as exigências da Fiscalização do CONTRATANTE quanto à execução dos serviços, horários, qualidade e, sempre que solicitado, providenciar a imediata correção de deficiências constatadas e que estejam em desacordo com o disposto no Contrato e no Termo de Referência;
- a.16) a Contratada deverá comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado qualquer problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- a.17) a Contratada responderá integralmente pelos danos causados ao patrimônio da SEAP/RJ ou de terceiros, em decorrência direta ou indireta de ação ou omissão de seus empregados/prestadores de serviços ou de seus prepostos, devendo ser adotadas, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, as providências necessárias ao integral ressarcimento, não se excluindo ou reduzindo essa responsabilidade;
- a.18) a Contratada deverá arcar com os ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de contravenções, seja por culpa sua ou de quaisquer de seus empregados/prestadores de serviços ou prepostos, obrigando-se, outrossim, a quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais ou extrajudiciais de terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da lei, ligadas ao cumprimento do Contrato a ser firmado.

## **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias,



para o corrente exercício de **2022**, assim classificados:

Natureza das Despesas: 3.3.90.40.06

Fonte de Recurso: 230

Programa de Trabalho: 06.122.0002.2016

Nota de Empenho: 2022NE00236

**PARÁGRAFO ÚNICO** – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este contrato o valor total de **R\$ 5.513.265,79 (cinco milhões, quinhentos e treze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos)**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pelo Subsecretário de Inteligência do Sistema Penitenciário, conforme ato de nomeação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

1. provisoriamente, após parecer circunstanciado, que deverá ser elaborado (pelo(a) REPRESENTANTE ou COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO mencionado(a)) no parágrafo primeiro, no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da fatura.
2. definitivamente, obedecidas as regras para contestação de faturas, considerando a descoberta de fatos e vícios ocultos, sendo garantido um mínimo de 90 dias, conforme a Lei 8.666/93. Não sendo formalizado nesse prazo, considerar-se-á emitido conforme §§3º e 4º do art.73 da Lei 8.666/93.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotar em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições,



métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO** – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea p, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

## **CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE**

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluía ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

- a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;
- b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;
- c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e
- d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO QUARTO** – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no



prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO SEXTO** – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### **CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ 5.513.265,79 (cinco milhões, quinhentos e treze mil, duzentos e sessenta e cinco reais e setenta e nove centavos), em até 30 (trinta) dias, contados a partir do atesto da nota fiscal isenta de erros, sendo efetuadas em 36 parcelas de mensal de R\$ 153.146,27 (cento e cinquenta e três mil, cento e quarenta e seis reais e vinte sete centavos), sucessiva e diretamente na conta corrente nº 0457000/6, agência 3484, de titularidade da **CONTRATADA**, junto ao Banco Bradesco.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Subsecretaria de Inteligência Sistema Penitenciário, sito à Praça Cristiano Ottoni, s/n, 4º andar - Edifício Dom Pedro II – Centro - Rio de Janeiro, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

**PARÁGRAFO SEXTO** – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Índice



Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

**PARÁGRAFO OITAVO** - Decorrido o prazo de 12 meses da data da apresentação da proposta, poderá a CONTRATADA fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os Arts. 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2011.

**PARÁGRAFO NONO** - A anualidade dos reajustes será sempre contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo ao último reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - Os reajustes serão precedidos de requerimento da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços e do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta o reajuste.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** – É vedada a inclusão, por ocasião do reajuste, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quanto se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo, convenção coletiva ou dissídio.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** – Na ausência de lei federal, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho, o reajuste contratual poderá derivar de lei estadual que fixe novo piso salarial para a categoria, nos moldes da Lei Complementar nº 103/2000.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA**

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dia, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:



- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 5 % (cinco por cento) do valor do Contrato.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

**PARÁGRAFO QUARTO** – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

**PARÁGRAFO SEXTO** – O **CONTRATANTE** poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela **CONTRATADA**, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da **CONTRATADA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do **CONTRATANTE**, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à **CONTRATADA** direito a indenizações de qualquer espécie.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia



notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO** – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, o Estado poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

**I** – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

**II** – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

**III** – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

**IV** – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

**V** – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.



**PARÁGRAFO TERCEIRO** - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

**PARÁGRAFO QUARTO** - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

**PARÁGRAFO QUINTO** - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

**a)** As sanções previstas na alínea b do *caput* e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**b)** As sanções previstas na alínea a do *caput* e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo próprio Secretário de Estado ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário de Estado, na forma do parágrafo único, do art. 35 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**c)** A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado.

**PARÁGRAFO SEXTO** - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

**PARÁGRAFO SÉTIMO** - As multas administrativas, previstas na alínea b do *caput* e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

**a)** corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;

**b)** poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;

**c)** não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;

**d)** deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;

**e)** nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;

**f)** deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.

**PARÁGRAFO OITAVO** - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

**a)** não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;

**b)** sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;



c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

**PARÁGRAFO NONO** - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

**PARÁGRAFO DÉCIMO** - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO** - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO** - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO** - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO** - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO** - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO** - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO** - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

**PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO** - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

**PARÁGRAFO DÉCIMO NONO** - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das



sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO** - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO** - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO** - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no Termo de Referência e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário



atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

**I** - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos nos incisos I a IV e VIII a XII do artigo 83 do Decreto nº 3.149/1980;

**II** - quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO**

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO**

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

**PARÁGRAFO ÚNICO** – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

#### **CLÁUSULA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento eletronicamente, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.



Rio de Janeiro, 30 de setembro de 2022.

---

**SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA**  
**ALEXANDER DE CARVALHO MAIA**

---

**TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**  
**RAFAEL VELASQUEZ SAAVEDRA DA SILVA**

---

TESTEMUNHA

---

TESTEMUNHA

Rio de Janeiro, 30 setembro de 2022

---

**Referência:** Processo nº SEI-210071/000620/2022

SEI nº 40483453

Edifício Dom Pedro II, Praça Cristiano Ottoni, S/Nº - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20221-250  
Telefone:



CERTIDÃO Nº 230731/40.395 – página 1 de 4

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**

### CERTIFICA

para os devidos fins e a quem possa interessar, que de acordo com seus dados cadastrais a empresa **TechBiz Forense Digital Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.757.597/0001-37, com sede à Rua Olimpíadas, 205 – Sala 436 – Vila Olímpia – Fone (11) 3225-7568 – CEP 04551-000 - São Paulo/SP, e filial inscrita no CNPJ 05.757.597/0002-18, com sede na Rua Sergipe, 1014 – 5º andar - Funcionários – Fone (61) 3329-6112 – CEP 30130-174 – Belo Horizonte/MG, associada na ABES sob o nº 2051/1 está quites com suas obrigações mensais e em pleno gozo de seus direitos associativos.

**CERTIFICA** mais, que documentos devidamente firmados em seu poder atestam:

1. que a empresa **TechBiz Forense Digital Ltda.** é a única desenvolvedora e detentora dos direitos autorais e de comercialização, autorizada a comercializar em todo território nacional o programa para computador **SNAP Sinapses Desktop**, destinado à *localização, extração, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades*, e a prestar os serviços relativos a esse programa de: desenvolvimento de atualizações e novas versões; instalação; capacitação; manutenção evolutiva; suporte e assistência técnica.
2. que o programa **SNAP Sinapses Desktop** possui os seguintes recursos, funções e/ou características técnicas:
  - a) interface amigável e de simples utilização, com exibição em forma de grafos;
  - b) capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;
  - c) recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;
  - d) capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados;
  - e) suporte para apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;
  - f) recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;
  - g) visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;
  - h) possibilidade de abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;
  - i) pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;
  - j) pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações;
  - k) menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãs, vizinhas, pais ou folhas;

**Brasil digital,  
menos desigual**

[abesrelacionamento@abes.org.br](mailto:abesrelacionamento@abes.org.br) | [www.abes.org.br](http://www.abes.org.br)

Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema

São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200

Telefone: + 55 11 2161 - 2833



continuação da certidão de nº 230731/40.395 – página 2 de 4

- l) menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção;
- m) suporte a diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;
- n) recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;
- o) recurso para exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;
- p) recurso para exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, CSV, XLS e XLSX;
- q) capacidade de importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX;
- r) recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;
- s) recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;
- t) construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automatização e otimização do processo de investigação;
- u) suporte à realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Sqoop, Vokntakte, YouTube, Pinterest;
- v) suporte à realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, Document Cloud, Wikileaks; suporte a, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;
- w) extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc.;
- x) localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);
- y) identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;
- z) localização de postagens com base no Facebook ou ID UserID do Instagram e em intervalo especificado de datas;
- aa) extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;
- bb) localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, Vkontakte, Xing;



continuação da certidão de nº 230731/40.395 – página 3 de 4

- cc) localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;
- dd) extração de informações de EXIF de fotos;
- ee) localização de transações, carteiras e outras informações de criptomoedas;
- ff) integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades (Redes Sociais, E-mails, Usuários, Lista de Contatos, Contatos e Grupos de WhatsApp etc.) localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;
- gg) suporte à realização de pesquisas com base, no mínimo, nas seguintes informações: CPF, Nome, Alcunha ou Usuário, Foto e Nome (Redes Sociais), RG, Razão Social (Empresa), CNPJ, IMEI, Número de telefone, Nome da Localidade, CEP, Endereço, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Redes Sociais), Texto (Frase ou Termo), Objeto ou Produto, Placa (Carro), e Domínio (Internet);
- hh) capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alcunha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);
- ii) capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;
- jj) fornecimento de trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada;
- kk) compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;
- ll) suporte à realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg, Atlas, Detecta, Fotocrim, RDO, RDI, CEGAF, Valid, Omega;
- mm) suporte à realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;
- nn) suporte à realização de consultas em fontes de dados de uso privado, contemplando, no mínimo, Credilink;
- oo) suporte à realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);
- pp) suporte à realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/Z9429-P7D6S-5GPKP-LFQ74>



continuação da certidão de nº 230731/40.395 – página 4 de 4

- qq) suporte à resolução automática de desafios baseado em captcha em sítios da rede de computadores contemplando, no mínimo: ReCAPTCHA (V2 e V3), HCaptcha e Image-based Captcha;
- rr) Possibilidade de recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;
- ss) capacidade de realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário;
- tt) integração com dados de retornos de mandados do Whatsapp, mediante importação dos arquivos no formato ZIP ou TXT;
- uu) integração com dados do SIMBA, mediante importação dos arquivos no formato ZIP ou TXT.

**VALIDADE DESTA CERTIDÃO 180 (CENTO E OITENTA) DIAS**

São Paulo, 31 de julho de 2023

Assinado digitalmente por:  
MANOEL ANTONIO DOS SANTOS  
CPF: \*\*\*.162.708-\*\*  
Certificado emitido por AC VALID RFB v5  
Data: 01/08/2023 23:47:37 -03:00

DigiForte

[#67716270800#]

**ABES – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EMPRESAS DE SOFTWARE**  
**MANOEL ANTONIO DOS SANTOS-DIRETOR JURÍDICO**

Esse documento foi assinado por MANOEL ANTONIO DOS SANTOS. Para validar o documento e suas assinaturas acesse <https://portal.digiforte.com.br/validate/Z9429-P7D6S-5GPKP-LFQ74>

**Brasil digital,  
menos desigual**

**[abesrelacionamento@abes.org.br](mailto:abesrelacionamento@abes.org.br) | [www.abes.org.br](http://www.abes.org.br)**  
Av. Ibirapuera - 2907 - 8º Andar - Cj 811 - Moema  
São Paulo - SP - CEP: 04029 - 200  
Telefone: + 55 11 2161 - 2833





## MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: Z9429-P7D6S-5GPKP-LFQ74

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ MANOEL ANTONIO DOS SANTOS (CPF \*\*\*.162.708-\*\*) em 01/08/2023 23:47 -  
Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

<https://portal.digiforte.com.br/validate/Z9429-P7D6S-5GPKP-LFQ74>

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

<https://portal.digiforte.com.br/validate>





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.757.597/0002-18 DUNS®: 944245764  
Razão Social: TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/10/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	25/03/2024
FGTS	Validade:	21/11/2023
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	28/04/2024

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	28/01/2024
Receita Municipal	Validade:	29/11/2023

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Emitido em: 10/11/2023 10:22

CPF: [REDACTED] Nome: CAROLINE SANTANA SILVA

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### **Certificado de Registro Cadastral - CRC**

(Emissão conforme art. 17 da Instrução Normativa nº 03, de 26 abril de 2018)

CNPJ: **05.757.597/0002-18**  
Razão Social: **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**

Atividade Econômica Principal:

**4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA**

Endereço:

**RUA SERGIPE, 1014 - SALA 502 - SAVASSI - Belo Horizonte / Minas Gerais**

#### Observações:

A veracidade das informações poderá ser verificada no endereço [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).  
Este certificado não substitui os documentos enumerados nos artigos 28 a 31 da Lei nº 8.666, de 1993.

Emitido em: 10/11/2023 12:20

1 de 1





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Relatório de Credenciamento

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.757.597/0002-18 DUNS®: 944245764  
Razão Social: TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/10/2024

#### Dados do Nível

Situação do Nível: Cadastrado

#### Dados do Fornecedor

Porte da Empresa: Demais  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA MEI: Não  
Capital Social: R\$ 0,00 Data de Abertura da Empresa: 24/06/2009  
CNAE Primário: 4751-2/01 - COMÉRCIO VAREJISTA ESPECIALIZADO DE EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA  
CNAE Secundário 1: 6201-5/01 - DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE COMPUTADOR  
CNAE Secundário 2: 6204-0/00 - CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO  
CNAE Secundário 3: 6209-1/00 - SUPORTE TÉCNICO, MANUTENÇÃO E OUTROS SERVIÇOS

#### Dados para Contato

CEP: 30.130-174  
Endereço: RUA SERGIPE, 1014 - SALA 502 - SAVASSI  
Município / UF: Belo Horizonte / Minas Gerais  
Telefone: (31) 32111800  
E-mail: LUIM@TECHBIZ.COM.BR

#### Dados do Responsável Legal

CPF: [REDACTED]  
Nome: GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO

#### Dados do Responsável pelo Cadastro

CPF: [REDACTED]  
Nome: LUCIANA BISPO DA SILVA GALAO  
E-mail: luciana.galao@techbiz.com.br



# Relatório de Credenciamento

## Sócios / Administradores

### Dados do Sócio/Administrador 1

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 62,56%

Nome: GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO

[REDACTED]

### Dados do Sócio/Administrador 2

CPF: 037.701.396-07 Participação Societária: 22,44%

Nome: JAIME RODRIGUES BARBOSA NETO

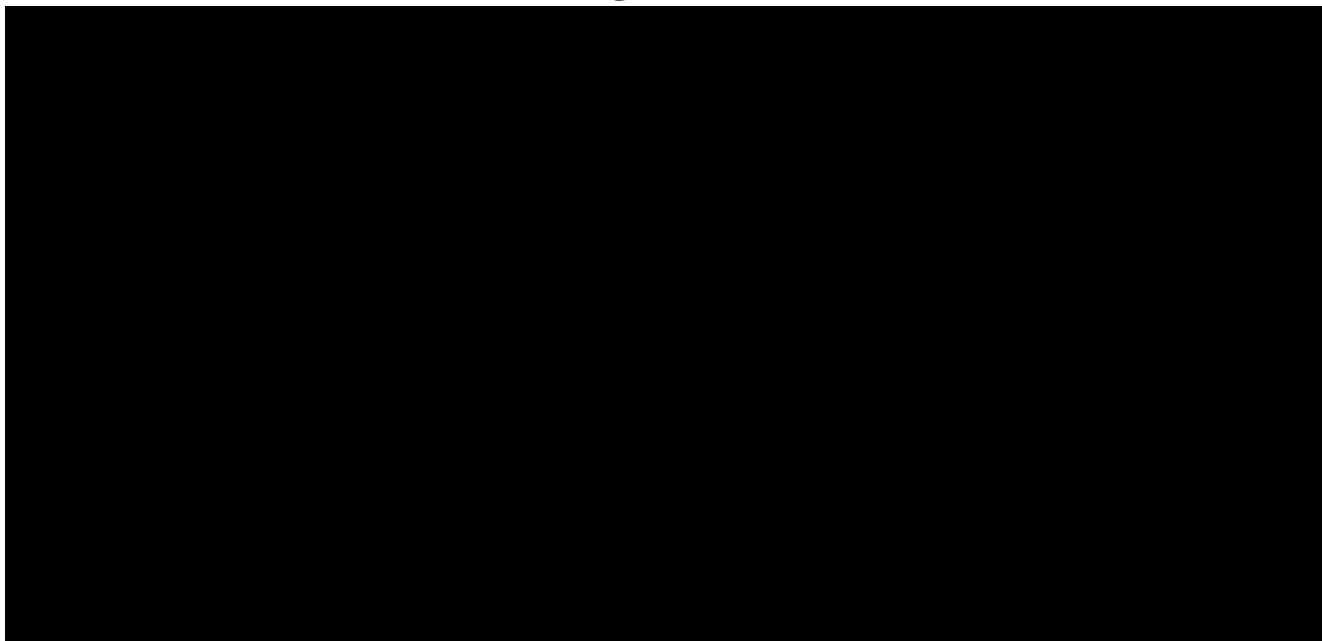
[REDACTED]



## Relatório de Credenciamento

### Dados do Sócio/Administrador 3

CPF: **013.560.106-10** Participação Societária: **5,00%**  
Nome: **RAFAEL VELASQUEZ SAAVEDRA DA SILVA**



### Dados do Sócio/Administrador 4

CPF: **844.216.301-87** Participação Societária: **5,00%**  
Nome: **LUCIANA BISPO DA SILVA GALAO**





# Relatório de Credenciamento

### Dados do Sócio/Administrador 5

CPF: [REDACTED] Participação Societária: 5,00%

Nome: MARCIO JOSE ROSA GOMES

The diagram illustrates a complex network of interconnected components, represented by black rectangular nodes of varying sizes. The nodes are arranged in a hierarchical and interconnected manner, with lines connecting them to show relationships or data flow. The network is dense, with many nodes and a high degree of connectivity, suggesting a complex system or process. The nodes are distributed across the page, with some clusters and some isolated nodes, creating a dynamic and intricate visual structure.

## Linhas Fornecimento

## Serviços

5398 - Prestação de Serviços de Informática









# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Capa de Processo

### Identificação do Processo

Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/573.550-6	J183260313584	19/12/2017

### Identificação do(s) Assinante(s)

CPF	Nome
[REDACTED]	GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO

Junta Comercial do Estado de Minas Gerais





**2º ALTERAÇÃO CONTRATUAL DA  
TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA.**  
CNPJ/MF nº 05.757.597/0001-37  
NIRE 352.183.455,17 de 02/07/2003

**HELIO MAURÍLIO DA SILVA,**

**GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO,**



**JAIME RODRIGUES BARBOSA NETO,**

**RAFAEL VELASQUEZ SAAVEDRA DA SILVA,**

**LUCIANA BISPO DA SILVA GALÃO,**

Os três primeiros únicos sócios quotistas da TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA. acima qualificada, e os dois últimos que ora passam a pertencer a sociedade, resolvem alterar o seu Contrato Social e o fazem mediante o seguinte:

I. Retira-se da sociedade HELIO MAURÍLIO DA SILVA, já qualificado, o qual cede e transfere a totalidade de suas quotas da seguinte forma: a quantia de 58.075 (cinquenta e oito mil e setenta e cinco) quotas de capital, totalizando em 139.380,00 (cento e trinta e nove mil e trezentos e oitenta reais) para o sócio GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO; a quantia de 19.675 (dezenove mil seiscentas e setenta e cinco) quotas de capital, totalizando em 47.220,00 (quarenta e sete mil e duzentos e vinte reais) para o sócio JAIME RODRIGUES BARBOSA NETO, a quantia de 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas de capital, totalizando em 30.000,00 (trinta mil reais) para RAFAEL VELASQUEZ SAAVEDRA DA SILVA; e a quantia de 12.500 (doze mil e quinhentas) quotas de capital, totalizando em 30.000,00 (trinta mil reais) para LUCIANA BISPO DA SILVA GALÃO, ficando o capital social assim distribuídas entre os sócios:

 - 1 - 



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6758237 em 19/04/2018 da Empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, Nire 35218345517 e protocolo 175735506 - 18/04/2018. Autenticação: DC203DD882E6C83164F21815EA0DFADCF4AFF5B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/573.550-6 e o código de segurança BvAz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/04/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Anexo Habilitação jurídica (0864236)

SEI 19.09.45607.0030061/2023-48 / pg.

  
MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 3/13



Sócio	Qte quotas	Valor R\$	%
Giovani Thibau Christofaro	168.900	405.360,00	67,56%
Jaime Rodrigues Barbosa Neto	56.100	134.640,00	22,44%
Rafael Velasquez Saavedra da Silva	12.500	30.000,00	5,00%
Luciana Bispo da Silva Galão	12.500	30.000,00	5,00%
SOMA	250.000	600.000,00	100,00%

II. Aprovada a consolidação e alteração do contrato social, que passa a vigor com a seguinte redação:

**CONTRATO SOCIAL CONSOLIDADO**  
**TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**  
CNPJ/MF nº 05.757.597/0001-37  
NIRE 352.183.455.17 de 02/07/2003

1. A sociedade é empresária limitada e gira sob a denominação social TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Zelina, nº 1037 – Casa 2 Bairro Vila Zelina, CEP 03.143.003.

1.1. A sociedade possui as seguintes filiais cujo capital social é de R\$ 1.000,00 (um mil reais) – cada filial – para fins fiscais: **(a)** filial na cidade de Nova Lima/MG, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.757.597/0002-18, nire 353.003663-01 de 26/02/2009, localizada na Alameda Oscar Niemeyer, nº 288 – salas 1005,1006,1007 e 1008, Bairro Vale do Sereno, Nova Lima/MG, CEP: 34.000.00; **(b)** filial em Brasília, Distrito Federal, inscrita no CNPJ sob o nº 05.757.597/0003-07 com endereço no Setor Comercial Norte, Quadra 02 – Bloco A nº 190 – sala 502 Parte D, Edifício Corporate Financial Center- Asa Norte , Brasília – DF, CEP: 70.712-900,

2. A empresa tem por objeto social o comércio, importação, exportação e representação de equipamentos e suprimentos de informática, prestação de serviços de desenvolvimento de programas, venda de software, consultoria, treinamento e suporte técnico, locação de máquinas e equipamentos de informática, montagem de equipamentos de informática e pesquisa e desenvolvimento na área de informática.

- 2 -

1

PR. JL



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6758237 em 19/04/2018 da Empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, Nire 35218345517 e protocolo 175735506 - 18/04/2018. Autenticação: DC203DD882E6C83164F21815EA0DFADCF4AFF5B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/573.550-6 e o código de segurança BvAz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/04/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Anexo Habilitação jurídica (0864236)

SEI 19.09.45607.0030061/2023-48 / pg.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 4/13



2.1. O objetivo da Matriz em São Paulo é escritório de negócios e prestação de serviços de desenvolvimento de programas, consultoria, treinamento e suporte técnico, locação de máquinas e equipamentos de informática, e pesquisa e desenvolvimento na área de informática.

2.2. O objetivo da Filial em Brasília/DF é escritório de negócios e prestação de serviços de desenvolvimento de programas, consultoria, treinamento e suporte técnico, locação de máquinas e equipamentos de informática, e pesquisa e desenvolvimento na área de informática.

2.3. O objetivo da Filial em Nova Lima/MG é a exploração de todas as atividades previstas no caput dessa cláusula.


3. O prazo de duração da sociedade é indeterminado e o ano social de 1º de janeiro a 31 de dezembro, iniciando suas atividades em 02 de julho de 2003.

4. O capital social é de R\$600.000,00 (seiscentos mil reais) representado por 250.000 (duzentas e cinquenta mil) quotas no valor nominal de R\$2,40 (dois reais e quarenta centavos) cada, totalmente subscrito e integralizado, assim distribuído entre os sócios:

Sócio	Qte quotas	Valor R\$	%
Giovani Thibau Christofaro	168.900	405.360,00	67,56%
Jaime Rodrigues Barbosa Neto	56.100	134.640,00	22,44%
Rafael Velasquez Saavedra da Silva	12.500	30.000,00	5,00%
Luciana Bispo da Silva Galão	12.500	30.000,00	5,00%
SOMA	250.000	600.000,00	100,00%

4.1. A responsabilidade de cada sócio é, na forma da Lei, limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, conforme artigo 1.052 do Código Civil de 2002.

4.2. Os sócios não respondem subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme inciso VIII do art. 997, combinado com o art. 1.054 do Código Civil de 2002.




- 3 -  
sff.





4.3. As quotas são indivisíveis em relação à Sociedade e cada uma delas dá direito a um voto nas deliberações sociais.

4.4. O capital social poderá ser aumentado, nos termos do artigo 1.081 do Código Civil, ressalvado o direito de preferência dos sócios de participar do aumento, na proporção das quotas de que sejam titulares.

4.5. Os sócios, quando estes forem pessoas jurídicas, deverão respeitar seus respectivos dispositivos e regulamentos estatutários (incluindo eventuais acordos de acionista, se houver), por ocasião da tomada das deliberações sociais, sob pena de não serem considerados os votos proferidos em desacordo com tais regras.

5. A administração da sociedade caberá aos sócios, Giovani Thibau Christofaro e Jaime Rodrigues Barbosa Neto, já qualificados, aos quais são delegados poderes para assinar pela sociedade, em conjunto de dois, cabendo-lhes a representação da sociedade, judicial ou extrajudicial, bem como perante instituições financeiras e bancárias, fornecedores e clientes em geral, autarquias e demais repartições públicas federais, estaduais e municipais, enfim, em todas as relações sociais junto a terceiros.

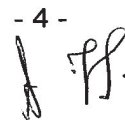
5.1. A sociedade poderá nomear procurador, para representar a sociedade, com plenos poderes, sendo certo, entretanto, que no referido instrumento de mandato deverá conter poderes específicos e prazos de validade limitados, excetuando-se, quanto à última exigência, os mandatos judiciais.

5.2. Nos casos abaixo citados, bastará a assinatura de qualquer um dos sócios ou de um procurador, advogado ou não, para assinar com plenos poderes, pela sociedade, em qualquer assunto em que faça parte direta ou indiretamente, incluindo a ampla defesa em processo judicial ou administrativo, com objetivo de representar a sociedade nos assuntos que envolvam: a.) tributos e contribuições de toda espécie, compreendendo a obrigação principal e acessória; b.) legislação trabalhista em geral; c.) contabilidade; d.) licitações públicas.

5.3. É expressamente vedado e será nulo de pleno direito o ato praticado por qualquer sócio, administrador, procurador ou empregado da Sociedade que a envolva em obrigações relativas a negócios e operações estranhos ao objeto social, tais como oferecer fianças, avais, endossos ou qualquer outra garantia prestada em favor de terceiros, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal, se for o caso, a que estará sujeito o infrator deste dispositivo.



- 4 -





5.4. Os bens pertencentes aos estoques e ao ativo fixo da sociedade, o que inclui máquinas e equipamentos, bens móveis e imóveis, ou quaisquer outros, somente poderão ser vendidos com a concordância expressa de todos os sócios, caso o valor ultrapasse a R\$100.000,00 (cem mil reais).

5.5. Aos sócios administradores serão creditados honorários mensais, a título de pró-labore, determinados de comum acordo entre os sócios, importâncias estas que serão levadas a débito em conta própria.

5.6. As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento dos outros sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se colocadas à venda.

6. Pelo balanço geral de 31 de dezembro de cada ano, serão distribuídos os lucros ou prejuízos correspondentes ao período, ou serão mantidos em suspenso por deliberação dos sócios. Poderão ser levantados balancetes ou balanços intermediários para distribuição de lucros.

6.1. A distribuição de lucros será feita por simples deliberação de sócios que representem a maioria do capital social, não sendo obrigatória a observância da proporcionalidade entre os valores distribuídos e a participação de cada sócio na sociedade (art. 997, inciso VII, 997 e 1.008 do Código Civil/2002).

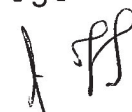
7. A sociedade não se dissolverá por morte ou interdição de qualquer dos sócios. Os haveres do falecido ou do interdito, mediante concordância expressa dos demais sócios, poderão permanecer na sociedade, ou ter haveres apurados em balanço patrimonial, a ser levantado na data do evento e neste caso a liquidação desses créditos será feita 6 (seis) prestações mensais, sucessivas, corrigidas por índice que reflita a inflação.

7.1. No caso de falecimento ou interdição do administrador, assumirá as funções qualquer sócio, ao qual são delegados poderes para assinar pela sociedade em conjunto ou isoladamente.

8. As decisões na sociedade serão tomadas por deliberação dos sócios, através de votação, sendo que cada cota dará direito a um voto, e serão consideradas aprovadas as proposições que obtiverem mais de 50% (cinquenta por cento) de votos favoráveis, observado o total de votos



- 5 -





representativos das quotas do capital integralizado, ressalvado o disposto no art. 1.076 do Código Civil de 2002.

9. É vedado aos sócios alienar, transferir, caucionar ou, de qualquer forma, onerar a terceiros, a qualquer título, total ou parcialmente, as quotas de sua titularidade, sem o expresse consentimento dos sócios representando 50% (cinquenta por cento) do capital social.

10. A Sociedade será liquidada por deliberação dos sócios, nos termos deste Contrato Social, e nos casos previstos em lei, cabendo aos sócios titulares da maioria da Sociedade determinar a forma de liquidação e nomear o liquidante.

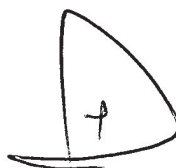
11. Exceto por força de disposição escrita firmada pelos sócios titulares de 50% (cinquenta por cento) das Quotas, a Sociedade não se extinguirá pela retirada, liquidação, dissolução, extinção, exclusão, morte ou falência de qualquer dos sócios, continuando com os sócios remanescentes.

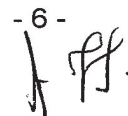
12. Nas hipóteses previstas nos itens anteriores, continuando a Sociedade, os haveres do sócio ou, se for o caso, de seus sucessores, serão calculados com base no valor de patrimônio líquido de sua participação social, apurado por meio de balanço patrimonial a ser levantado na data do evento, e ser-lhe-ão pagos em 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da data do referido balanço.

12.1. Não será permitido o ingresso na Sociedade dos herdeiros do sócio morto, ou da cônjuge/companheira separada/divorciada do sócio em substituição à apuração dos respectivos haveres conforme disposto nesta cláusula.

12.2. O ingresso de novo sócio na Sociedade dependerá da aprovação dos sócios que representem a totalidade do capital social. O novo sócio que ingressar na Sociedade deterá a mesma participação do sócio morto, interdito.

12.3. O sócio que pretender retirar-se da sociedade será obrigado a comunicar aos demais com antecedência mínima de sessenta dias. Os sócios remanescentes terão preferência em igualdade de condições manifestando-se por escrito dentro de trinta dias em adquirir as quotas do sócio que se retira. Se os sócios remanescentes não se interessarem pelas



-6-  






quotas do sócio que se retira poderá então o capital social sofrer redução do valor correspondente apurado em balanço patrimonial com a finalidade exclusiva de levantar o valor da quota, que será pago em numerários ou através da transferência de bens do ativo, dentro de um prazo estipulado pelos sócios remanescentes.

12.4. Os sócios representando, no mínimo 50% (cinquenta por cento) do capital social da Sociedade deliberarão sobre a necessidade e condições do afastamento do sócio que desejar retirar-se da Sociedade.

12.5. Exceto por força de disposição escrita formada pelos sócios, o valor a ser pago a qualquer sócio retirante da Sociedade será corrigido monetariamente pelo IGPM – FGV (Índice Geral de Preços de Mercado, publicado pela Fundação Getúlio Vargas), mensalmente ou na menor periodicidade que vier a ser permitida pela legislação brasileira vigente à época.

12.6. No caso de exclusão de qualquer membro do quadro social, o sócio retirante, na parte que lhe couber o capital social, responderá pelos atos praticados de sua gestão até dois anos a contar da data da averbação de sua saída.

12.7. Qualquer dos sócios poderá ser excluído da sociedade nos seguintes casos: a) quando colocar em risco a continuidade da empresa (art. 1.085 do Código Civil); b) falta grave no cumprimento de suas obrigações; c) concorrência com a sociedade; d) uso indevido da denominação social; e) recusa de prestação de serviços para a sociedade; f) conduta social contrária aos bons costumes.

12.7.1. A exclusão do sócio deverá ser determinada em Reunião de Quotistas, especialmente convocada para esse fim, devendo o sócio afetado ser cientificado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

13. Os sócios e administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema





financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

14. A sociedade entrará em liquidação nos casos específicos previstos em Lei.

15. A sociedade será regida por este contrato e pelo artigo 1.052 e seguintes do Código Civil, e subsidiariamente, em caso de omissões, pela Lei das Sociedades por Ações, no que for aplicável.

E, por assim se acharem justos e contratados, os sócios assinam o presente contrato, obrigando-se bem como por seus herdeiros, a cumprir fielmente todas as cláusulas nele contidas.

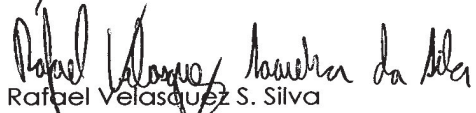
Belo Horizonte, 19 de junho de 2017


  
Hélio Maurício da Silva  
Sócio

  
Giovani Thibau Christofaro  
Sócio

  
Luciana Bispo da Silva Galão  
Sócia

  
Jaime Rodrigues Barbosa Neto  
Sócio

  
Rafael Velasquez S. Silva  
Sócio

  
Visto do advogado  
Ângelo Ferreira dos Santos  
OAB/MG 97.405







# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

## Documento Principal

Identificação do Processo		
Número do Protocolo	Número do Processo Módulo Integrador	Data
17/573.550-6	J183260313584	19/12/2017

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO







Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
Secretaria Especial da Micro e Pequena Empresa  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais  
Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

## TERMO DE AUTENTICAÇÃO - REGISTRO DIGITAL

Certifico que o ato, assinado digitalmente, da empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, de nire 3521834551-7 e protocolado sob o número 17/573.550-6 em 18/04/2018, encontra-se registrado na Junta Comercial sob o número 6758237, em 19/04/2018. O ato foi deferido digitalmente pelo examinador Guilherme Ribeiro Lobato Bicalho.

Assina o registro, mediante certificado digital, a Secretária-Geral, Marinely de Paula Bomfim. Para sua validação, deverá ser acessado o sitio eletrônico do Portal de Serviços / Validar Documentos (<https://portalservicos.jucemg.mg.gov.br/Portal/pages/imagemProcesso/viaUnica.jsf>) e informar o número de protocolo e chave de segurança.

### Capa de Processo

Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO

### Documento Principal

Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	GIOVANI THIBAU CHRISTOFARO

Belo Horizonte. Quinta-feira, 19 de Abril de 2018

Marinely de Paula Bomfim: 873.638.956-00

Página 1 de 1



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6758237 em 19/04/2018 da Empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, Nire 35218345517 e protocolo 175735506 - 18/04/2018. Autenticação: DC203DD882E6C83164F21815EA0DFADCF4AFF5B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/573.550-6 e o código de segurança BvAz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/04/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Anexo Habilitação jurídica (0864236)

SEI 19.09.45607.0030061/2023-48 / pg.

12/13

12/13





# JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Registro Digital

O ato foi deferido e assinado digitalmente por :

Identificação do(s) Assinante(s)	
CPF	Nome
[REDACTED]	GUILHERME RIBEIRO LOBATO BICALHO
[REDACTED]	MARINELY DE PAULA BOMFIM



Belo Horizonte. Quinta-feira, 19 de Abril de 2018



Junta Comercial do Estado de Minas Gerais

Certifico registro sob o nº 6758237 em 19/04/2018 da Empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, Nire 35218345517 e protocolo 175735506 - 18/04/2018. Autenticação: DC203DD882E6C83164F21815EA0DFADCF4AFF5B. Marinely de Paula Bomfim - Secretária-Geral. Para validar este documento, acesse <http://www.jucemg.mg.gov.br> e informe nº do protocolo 17/573.550-6 e o código de segurança BvAz Esta cópia foi autenticada digitalmente e assinada em 19/04/2018 por Marinely de Paula Bomfim – Secretária-Geral.

Anexo Habilitação jurídica (0864236)

SEI 19.09.45607.0030061/2023-48 / pg.

MARINELY DE PAULA BOMFIM  
SECRETÁRIA-GERAL

pág. 13/13







Formulário de Informações Orçamentárias

**Projeto / Ação / Atividade (número e nome):**

5211 - Implementação da Atividade de Inteligência e Segurança Institucional do Ministério Público

**Código da Unidade Orçamentária:**

40101

**Código da Unidade Gestora:**

0038

**Saldo Orçamentário:**

220.000,00

**Natureza da Despesa:**

449040

**Responsável pela Informação:**

Caroline Santana Silva

**Responsável pela Unidade Gestora:**

Gilberto Costa de Amorim Junior

**Número Sequencial da Dispensa / Inexigibilidade (Unidade Gestora):**

08/2023



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** em 16/11/2023, às 09:05, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0864244** e o código CRC **367094B3**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Licitações, Contratos e Convênios para elaboração da minuta contratual para o objeto e demais providências necessárias à tramitação.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** em 10/11/2023, às 12:27, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0864246** e o código CRC **BC66B92F**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que as certidões de regularidade fiscal federal, estadual, municipal, do FGTS e trabalhista da empresa pretensa contratada, **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**, CNPJ **05.757.597/0002-18**, **encontram-se válidas**, bem assim que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu (s) sócio (s), conforme documentos anexos.

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Thalita Brito Caldas  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Mat.354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 14/11/2023, às 14:49, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0868718** e o código CRC **5E0CFC32**.



## DESPACHO

Devolvemos o expediente ao CSI, solicitando a assinatura no **formulário de informações orçamentárias** (doc.0864244), possibilitando o acesso ao seu conteúdo.

Além disso, visando maior celeridade do procedimento, encaminhamos de pronto, a **minuta de contrato** para validação, chamando atenção ao seguinte:

1. Cumpre esclarecer que o formulário padrão de dotação não contempla as informações correspondente à **Região e Destinação de Recursos**, sendo necessário, portanto, que a Unidade complemente tais informações mediante manifestação, que por fim contemple o subsídio necessário para preenchermos a cláusula terceira do instrumento contratual, conforme quadro abaixo:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
-------------------------------------	---------------	--------	--------------------------------	---------------------

2. **Item 1.1 do TR x proposta selecionada:** considerando o quanto descrito no item 1.1 do Termo de Referência e a proposta apresentada, questionamos se o objeto poderia ser descrito como:

"*Serviço de subscrição do **programa SNAP Sinapses Desktop**, para localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais úteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses*"

3. **Item 3.2.6 do TR- relativo ao local da execução dos serviços:** considerando o quanto descrito nas condições especiais adicionais, entendemos que tanto a instalação como a cessão de uso do programa em si, ocorrerão por meio virtual, neste sentido, solicitamos atenção ao quanto descrito nas cláusulas 2.3 e 2.3.1 da minuta contratual.

4. **Item 3.9-B relativo às obrigações específicas da contratada:** Inserimos as regras propostas na cláusula de execução, ao tempo em que observamos que a empresa a ser contratada não inseriu o serviço de treinamento na proposta (doc. 0864217). neste sentido, solicitamos a atualização do orçamento contemplando tais serviços OU confirmação de tal circunstância pela Unidade Demandante mediante manifestação.

Por fim, após a análise da minuta, havendo necessidade de ajuste/sugestões de alterações, solicitamos a devolução do expediente, com Despacho indicando as proposições, para análise e eventual adequação do instrumento.

Não havendo necessidade de ajuste, solicitamos a devolução do expediente com manifestação acerca da validação do instrumento para que possamos dar o encaminhamento devido.

Thalita Brito Caldas  
Assistente Técnico-Administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
Mat.354.181



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 10/11/232, às 1: 53: àconforme Ato Normativo nº 304àde 17 de Dezembro de 2323 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=3](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3) informando o código verificador **0866634** e o código CRC **AF8FF611**.





**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATO Nº XXX/XXXX**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA** CNPJ nº 05.757.597/0002-18, estabelecida à rua Sergipe, 1014 - Sala 502 - Savassi - Belo Horizonte, Minas Gerais, representada pelo Sr. **Rafael Velasquez Saavedra da Silva**, CPF/MF nº [REDACTED], doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de **Licitação nº XX/2023-CSI**, protocolado sob o nº 19.09.45607.0030061/2023-48 o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Serviço de subscrição do programa SNAP Sinapses Desktop, para localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais úteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até **02 (dois) dias corridos** contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual - BA nº 9433/2005.





2.3 A execução do objeto será considerada realizada após a instalação da solução dos softwares contratados, que ocorrerá à distância, mediante a utilização da tecnologia (informática), redes de telefonia, internet, e outras formas de telecomunicação e comunicação à distância, ou de equipamentos específicos que possibilite a prestação de serviços sem a necessidade de o empregado se deslocar até a sede do **CONTRATANTE**.

2.3.1 A instalação da solução do software contratados deverá ocorrer entre segunda e sexta-feira, de maneira remota, conforme o quanto descrito na **cláusula 2.3**, das 8:00h às 17:00h, mediante agendamento prévio com, junto à Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do **CONTRATANTE**, por meio dos telefones (71) 3103-6556 e dos endereços eletrônicos e [csi@mpba.mp.br](mailto:csi@mpba.mp.br).

2.4 Deve ser fornecida solução, com licenciamento por tempo determinado, de 24 (vinte e quatro) meses, para otimização das análises através da análise de vínculos, permitindo que várias bases de dados sejam conectadas entre si, com a finalidade de prover análises de evidências vinculativas entre as entidades pesquisadas, enriquecendo de forma visual os dados de uma determinada pesquisa ou alvo; e que atenda aos seguintes requisitos mínimos quanto às suas capacidades e recursos técnicos:

2.4.1 Deve ter a capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;

2.4.2 Deve possuir:

2.4.2.1 Interface com exibição em forma de grafos;

2.4.2.2 Recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;

2.4.2.3 Capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados;

2.4.3 Deve suportar apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;

2.4.4 Deve possuir recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;

2.4.5 Deve apresentar visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;

2.4.6 Deve permitir abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;

2.4.7 Deve permitir:





2.4.7.1 Pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;

2.4.7.2 Pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações;

2.4.8 Deve possuir:

2.4.8.1 Menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãs, vizinhas, pais ou folhas;

2.4.8.2 Menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção;

2.4.9 Deve suportar diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;

2.4.10 Deve possuir recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;

2.4.11 Deve possuir recurso para:

2.4.11.1 Exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;

2.4.11.2 Exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, GIF, CSV, XLS e XLSX;

2.4.11.3 Importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX;

2.4.12 Deve possuir recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;

2.4.13 Deve possuir recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;

2.4.14 Deve permitir construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automatização e otimização do processo de investigação;

2.4.15 Deve suportar realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Badoo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Snoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder;

2.4.16 Deve suportar realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks;





2.4.17 Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;

2.4.18 Deve permitir extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc; e realizar:

2.4.18.1 Localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);

2.4.18.2 Identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;

2.4.18.3 Implementação de métodos avançados que permitem identificar conexões mesmo quando a lista de amigos não esteja pública;

2.4.18.4 Localização de postagens com base no Facebook ID e em intervalo especificado de datas;

2.4.19 Deve permitir

2.4.19.1 A extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;

2.4.19.2 A localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, V Kontakte, Xing;

2.4.19.3 A localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;

2.4.20 Deve possibilitar a extração de informações de EXIF de fotos;

2.4.21 Deve possuir:

2.4.21.1 A capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alcinha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);

2.4.21.2 A realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg;

2.4.21.3 A realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta





Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);

2.4.22 Deve suportar realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);

2.4.23 Deve possuir integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;

2.4.24 Deve suportar:

2.4.24.1 Realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;

2.4.24.2 Reconhecimento de texto em imagens (OCR);

2.4.24.3 Reconhecimento de entidades em documentos de texto com aplicação de Named-entity recognition (NER), contemplando, no mínimo: Nome, CPF, CNPJ, Data e Valor;

2.4.25 Deve possuir capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;

2.4.26 Deve fornecer trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada;

2.4.27 Deve possuir compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;

2.4.28 Deve possuir recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;

2.4.28 Deve realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário.

2.5 A **CONTRATADA** fornecerá assistência técnica, conforme o quanto descrito na **cláusula décima primeira** deste instrumento contratual;

2.6 Até 30 (trinta) dias após a instalação da solução, a **CONTRATADA** deve disponibilizar transferência de conhecimento na modalidade "EAD – Ensino a Distância", com instrutor em tempo real, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, com conteúdo teórico, prático e emissão de certificado:

2.6.1 Deve possuir carga horária de 12 (doze) horas, em dois períodos de 6 (seis) horas, ministrados em 2 (dois) dias;

2.6.2 A capacitação deve ser ministrada em língua portuguesa do Brasil, com disponibilização de material didático pela **CONTRATADA**.





2.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ficará sob responsabilidade do fiscal do contrato em conjunto com o representante da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI do **CONTRATANTE** e será concretizado no prazo de **até 02 (dois) dias corridos**, depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.7.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem como as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.7.2 O prazo para recebimento provisório será de **02 (dois) dias corridos**;

2.7.3 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.7.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o **CONTRATADO** obrigada a substituir ou reparar o(s) serviço(s) no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir da notificação do **CONTRATANTE**.

2.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/G estora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.xxx/00xx	xxxx	xxxx	xxx	xx.xx.xx

### CLAÚSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Os valores unitários para prestação dos serviços objeto deste Contrato são os descritos no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO EM REAIS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Solução de localização, transformação e apresentação de dados	Licença de uso anual	02	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA					
	coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)				
<b>TOTAL</b>				R\$ 220.000,00	

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS**

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato **será efetuado em parcela integral, ao final do recebimento do serviço** e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços, certidões de regularidade cabíveis e relatório de medição de serviços, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação ora indicada, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.2 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;





6.2.1 A Fatura/Nota Fiscal deverá ser entregue no endereço estipulado pela **CONTRATANTE**, devidamente discriminada em nome desta, e acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e fiscais.

6.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, após o recebimento definitivo do objeto.

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 6.2 e 6.2.1**.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

## **CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS**

7.1 Os preços definidos neste instrumento **são irreajustáveis**;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

## **CLÁUSULA OITAVA — DA VIGÊNCIA**

8.1 O contrato terá a vigência de **25 (vinte e cinco) meses**, a contar data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, sendo vedada a sua prorrogação.

## **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Além das determinações contidas na **Cláusula Segunda** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram





literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.2 Executar o objeto contratado de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no procedimento para contratação, e na proposta de preços, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente **do CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada prestação do serviço contratado;

9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**;

9.4.1 **É vedada a subcontratação**, ainda que parcial do objeto;

9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** /ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **CONTRATANTE**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento





fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.13 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;

9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**.

10.4 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma necessários para a execução dos serviços;

10.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

11.1 Os serviços de suporte técnico remoto para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir:

11.1.1 Os serviços de suporte técnico remoto terão início a contar da data de emissão do termo de aceitação definitiva da implantação da Solução e





devem ser realizados por profissionais especializados e cobrir todo e qualquer defeito apresentado;

11.1.2 O suporte técnico remoto ao produto deve ser provido pela empresa **CONTRATADA** por meio de seus engenheiros de suporte;

11.1.3 O suporte técnico remoto deve estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 09h às 18h (8X5);

11.1.4 Os chamados abertos através do canal de atendimento indicado pela **CONTRATADA** devem ser respondidos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, devendo ser apresentada Solução conclusiva para a demanda gerada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo de resposta anteriormente mencionado, exceto quando o problema for proveniente de um sistema de terceiros cuja solução possui conexão ou acesso;

11.1.5 O número de atendimentos de qualquer tipo pela **CONTRATADA** é ilimitado;

11.2 A **CONTRATADA** deve disponibilizar à **CONTRATANTE** meios para abertura e acompanhamento dos chamados através de e-mail e/ou ferramenta web e número de telefone, com atendente para informar sobre a situação das ordens de serviço, durante todo o período de contrato;

11.3 As ferramentas disponibilizadas para a abertura e acompanhamento dos chamados devem fornecer uma numeração única e sequencial para cada registro, data e hora de abertura do chamado e ainda permitir o cancelamento e consulta das ordens de serviços exclusivas da **CONTRATANTE**;

11.4 A **CONTRATADA** deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, e-mail e Internet.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;





12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser feito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embaraçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:





13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30<sup>o</sup> (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30<sup>o</sup> (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30<sup>o</sup> (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30<sup>o</sup> (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;





13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

14.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao Ministério Público do Estado da Bahia, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

14.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.





#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA RESCISÃO**

15.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

15.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

15.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA— DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA PUBLICIDADE**

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

19.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;





19.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

19.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

19.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

19.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador/BA, 202X.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**André Luis Sant'Ana Ribeiro**

Superintendente

**TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**

**Rafael Velasquez Saavedra da Silva**

Sócio

(Documento datado e assinado eletronicamente)





**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:**

**CONTRATO Nº XXX/XXXX**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA** CNPJ nº 05.757.597/0002-18, estabelecida à rua Sergipe, 1014 - Sala 502 - Savassi - Belo Horizonte, Minas Gerais, representada pelo Sr. **Rafael Velasquez Saavedra da Silva**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de **Licitação nº XX/2023-CSI**, protocolado sob o nº 19.09.45607.0030061/2023-48 o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Serviço de subscrição do programa SNAP Sinapses Desktop, para localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais uteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

**CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO**

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até **02 (dois) dias corridos** contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.3 A execução do objeto será considerada realizada após a instalação da solução dos softwares contratados, que ocorrerá à distância, mediante a utilização da tecnologia (informática), redes de telefonia, internet, e outras formas de telecomunicação e comunicação à distância, ou de equipamentos específicos que possibilite a prestação de serviços sem a necessidade de o empregado se deslocar até a sede do **CONTRATANTE**.

2.3.1 A instalação da solução do software contratados deverá ocorrer entre segunda e sexta-feira, de maneira remota, conforme o quanto descrito na **cláusula 2.3**, das 8:00h às 17:00h, mediante agendamento prévio com, junto à Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do **CONTRATANTE**, por meio dos telefones (71) 3103-6556 e dos endereços eletrônicos e [csi@mpba.mp.br](mailto:csi@mpba.mp.br).





2.4 Deve ser fornecida solução, com licenciamento por tempo determinado, de 24 (vinte e quatro) meses, para otimização das análises através da análise de vínculos, permitindo que várias bases de dados sejam conectadas entre si, com a finalidade de prover análises de evidências vinculativas entre as entidades pesquisadas, enriquecendo de forma visual os dados de uma determinada pesquisa ou alvo; e que atenda aos seguintes requisitos mínimos quanto às suas capacidades e recursos técnicos:

2.4.1 Deve ter a capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;

2.4.2 Deve possuir:

2.4.2.1 Interface com exibição em forma de grafos;

2.4.2.2 Recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;

2.4.2.3 Capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados;

2.4.3 Deve suportar apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;

2.4.4 Deve possuir recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;

2.4.5 Deve apresentar visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;

2.4.6 Deve permitir abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;

2.4.7 Deve permitir:

2.4.7.1 Pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;

2.4.7.2 Pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações;

2.4.8 Deve possuir:

2.4.8.1 Menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãs, vizinhas, pais ou folhas;

2.4.8.2 Menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção;

2.4.9 Deve suportar diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;

2.4.10 Deve possuir recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;





2.4.11 Deve possuir recurso para:

2.4.11.1 Exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;

2.4.11.2 Exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, GIF, CSV, XLS e XLSX;

2.4.11.3 Importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX;

2.4.12 Deve possuir recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;

2.4.13 Deve possuir recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;

2.4.14 Deve permitir construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automatização e otimização do processo de investigação;

2.4.15 Deve suportar realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Badoo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Sqoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder;

2.4.16 Deve suportar realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks;

2.4.17 Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;

2.4.18 Deve permitir extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc; e realizar:

2.4.18.1 Localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);

2.4.18.2 Identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;

2.4.18.3 Implementação de métodos avançados que permitem identificar conexões mesmo quando a lista de amigos não esteja pública;

2.4.18.4 Localização de postagens com base no Facebook ID e em intervalo especificado de datas;

2.4.19 Deve permitir

2.4.19.1 A extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;





2.4.19.2 A localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, V Kontakte, Xing;

2.4.19.3 A localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;

2.4.20 Deve possibilitar a extração de informações de EXIF de fotos;

2.4.21 Deve possuir:

2.4.21.1 A capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alcinha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);

2.4.21.2 A realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg;

2.4.21.3 A realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);

2.4.22 Deve suportar realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);

2.4.23 Deve possuir integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;

2.4.24 Deve suportar:

2.4.24.1 Realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;

2.4.24.2 Reconhecimento de texto em imagens (OCR);

2.4.24.3 Reconhecimento de entidades em documentos de texto com aplicação de Named-entity recognition (NER), contemplando, no mínimo: Nome, CPF, CNPJ, Data e Valor;

2.4.25 Deve possuir capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;

2.4.26 Deve fornecer trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada;

2.4.27 Deve possuir compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;





2.4.28 Deve possuir recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;

2.4.28 Deve realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário.

2.5 A **CONTRATADA** fornecerá assistência técnica, conforme o quanto descrito na **cláusula décima primeira** deste instrumento contratual;

2.6 Até 30 (trinta) dias após a instalação da solução, a **CONTRATADA** deve disponibilizar transferência de conhecimento na modalidade “EAD – Ensino a Distância”, com instrutor em tempo real, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, com conteúdo teórico, prático e emissão de certificado:

2.6.1 Deve possuir carga horária de 12 (doze) horas, em dois períodos de 6 (seis) horas, ministrados em 2 (dois) dias;

2.6.2 A capacitação deve ser ministrada em língua portuguesa do Brasil, com disponibilização de material didático pela **CONTRATADA**.

2.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ficará sob responsabilidade do fiscal do contrato em conjunto com o representante da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI do **CONTRATANTE** e será concretizado no prazo de **até 02 (dois) dias corridos**, depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.7.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem como as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.7.2 O prazo para recebimento provisório será de **02 (dois) dias corridos**;

2.7.3 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.7.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o **CONTRATADO** obrigada a substituir ou reparar o(s) serviço(s) no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir da notificação do **CONTRATANTE**.

2.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.xxx/00xx	xxxx	xxxx	xxx	xx.xx.xx





#### CLAÚSULA QUARTA- DO PREÇO

4.1 Os valores unitários para prestação dos serviços objeto deste Contrato são os descritos no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO EM REAIS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Licença de uso anual	02	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00
TOTAL				R\$ 220.000,00	

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

#### CLÁUSULA QUINTA — DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

#### CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato **será efetuado em parcela integral, ao final do recebimento do serviço** e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços, certidões de regularidade cabíveis e relatório de medição de serviços, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação ora indicada, desde que não haja pendência a ser regularizada;

6.1.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;





6.2 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

6.2.1 A Fatura/Nota Fiscal deverá ser entregue no endereço estipulado pela **CONTRATANTE**, devidamente discriminada em nome desta, e acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e fiscais.

6.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, após o recebimento definitivo do objeto.

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 6.2 e 6.2.1**.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

#### CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

7.1 Os preços definidos neste instrumento **são irrevogáveis**;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

#### CLÁUSULA OITAVA — DA VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá a vigência de **25 (vinte e cinco) meses**, a contar data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, sendo vedada a sua prorrogação.

#### CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1 Além das determinações contidas na **Cláusula Segunda** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.2 Executar o objeto contratado de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no procedimento para contratação, e na proposta de preços, no local determinado, nos dias e nos turnos e





horários de expediente **do CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada prestação do serviço contratado;

9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**;

9.4.1 É vedada a subcontratação, ainda que parcial do objeto;

9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** /ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **CONTRATANTE**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.13 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;





9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**.

10.4 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma necessários para a execução dos serviços;

10.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

11.1 Os serviços de suporte técnico remoto para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir:

11.1.1 Os serviços de suporte técnico remoto terão início a contar da data de emissão do termo de aceitação definitiva da implantação da Solução e devem ser realizados por profissionais especializados e cobrir todo e qualquer defeito apresentado;

11.1.2 O suporte técnico remoto ao produto deve ser provido pela empresa **CONTRATADA** por meio de seus engenheiros de suporte;

11.1.3 O suporte técnico remoto deve estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 09h às 18h (8X5);

11.1.4 Os chamados abertos através do canal de atendimento indicado pela **CONTRATADA** devem ser respondidos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, devendo ser apresentada Solução conclusiva para a demanda gerada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo de resposta anteriormente mencionado, exceto quando o problema for proveniente de um sistema de terceiros cuja solução possui conexão ou acesso;

11.1.5 O número de atendimentos de qualquer tipo pela **CONTRATADA** é ilimitado;

11.2 A **CONTRATADA** deve disponibilizar à **CONTRATANTE** meios para abertura e acompanhamento dos chamados através de e-mail e/ou ferramenta web e número de telefone, com atendente para informar sobre a situação das ordens de serviço, durante todo o período de contrato;





11.3 As ferramentas disponibilizadas para a abertura e acompanhamento dos chamados devem fornecer uma numeração única e sequencial para cada registro, data e hora de abertura do chamado e ainda permitir o cancelamento e consulta das ordens de serviços exclusivas da **CONTRATANTE**;

11.4 A **CONTRATADA** deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, e-mail e Internet.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;





12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

### CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA ng. 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 302 (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

12.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;





13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018**

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

14.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao Ministério Público do Estado da Bahia, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

14.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA RESCISÃO**

15.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;





15.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos 1 a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

15.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA— DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA PUBLICIDADE**

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

19.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

19.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

19.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

19.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

19.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

19.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

Salvador/BA, 202X.

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

**André Luis Sant'Ana Ribeiro**

Superintendente

**TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**

**Rafael Velasquez Saavedra da Silva**

Sócio

(Documento datado e assinado eletronicamente)





## DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, retorne-se o presente à DCCL, com as seguintes considerações sobre o despacho 0866634:

1. Seguem os dados orçamentários necessários:

Código Orçamentária/Gestora	Unidade	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
0038		5211	9900	1.500.0.100.000000.00.00.00	449040

2. De acordo a redação do item 1.1 da minuta, desde que conste dos resumos publicados na imprensa oficial a redação constante do formulário de solicitação da contratação;

3. e 4. Esta unidade e a empresa indicada ratificam os termos da minuta, conforme comunicação anexa.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** em 10/11/232, às 11:30, conforme o Ato Aormati Nº 3º 4 de 17 de Dezembro de 2323 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Para a autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=3](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=3) informando o código N° 0870253 e o código CRC B72B1CE8.



**Re: Solicitação - análise de minuta contratual - solução SNAP**

Felipe Scovino <felipe.scovino@techbiz.com.br>

Qui, 16/11/2023 10:46

Para: Caroline Santana Silva <carolinesantana@mpba.mp.br>

Cc: Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>; Ludmilla Palmeira Andrade <ludmilla.andrade@mpba.mp.br>

Prezada Caroline,

Não temos considerações quanto a minuta. Aguardamos versão final para assinatura.

Abs,

Felipe Scovino

---

**De:** Caroline Santana Silva <carolinesantana@mpba.mp.br>

**Enviado:** Thursday, November 16, 2023 9:21:54 AM

**Para:** Felipe Scovino <felipe.scovino@techbiz.com.br>

**Cc:** Reinaldo Goes de Souza <rgsouza@mpba.mp.br>; Ludmilla Palmeira Andrade <ludmilla.andrade@mpba.mp.br>

**Assunto:** Solicitação - análise de minuta contratual - solução SNAP

Prezado Felipe,

Em atenção à proposta QUO-10852-X1G9J9, para cessão da solução SNAP ao Ministério Público do Estado da Bahia, segue anexa a minuta de contrato elaborada para o objeto, para avaliação dos termos pela TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, especialmente em relação às condições de execução do contrato - no que se refere ao item 2.6, Cláusula Segunda, foi incluída a obrigação acessória de realizar treinamento sobre a solução, a ser ratificada pela TECHBIZ.

Ressalto que as demais cláusulas derivam de disposições legais, razão pela qual não passíveis de alteração.

Solicito ainda que, se possível, a TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA apresente a manifestação com a brevidade que o caso requer, considerando a necessidade de tramitação do processo, prazo de entrega do objeto e a iminência do encerramento do exercício financeiro de 2023.

Atenciosamente,

**Caroline Santana Silva**

**Assistente Técnico Administrativo**

**Mat. 352218**

**Ministério Público do Estado da Bahia**





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhamos o presente expediente para análise e manifestação da Assessoria Jurídica/SGA, após elaboração da correspondente minuta de contrato por esta Coordenação e aprovação da Unidade Demandante e da empresa a ser contratada (documento 0870253).

Thalita Brito Caldas  
Assistente técnico-administrativo  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações



Documento assinado eletronicamente por **Thalita Brito Caldas** em 17/11/2023, às 08:44, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpb.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpb.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0871489** e o código CRC **0A0D5985**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## MANIFESTAÇÃO

De ordem do Coordenador da CSI, em adição ao Termo de Referência (documento 0864216), justifica-se a escolha do objeto a ser contratado pelas seguintes razões:

A solução SNAP destaca-se como a escolha ideal para atender às demandas da Coordenadoria de Segurança Institucional. Sua ampla gama de recursos e tecnologias oferece suporte e integração eficientes a fontes governamentais e públicas. A capacidade única de transformar esses dados em apresentações visuais, com identificação automática e representação precisa de entidades como nome, CPF, CNPJ, IP, terminal móvel e e-mail, constitui um diferencial crucial para análises.

Além disso, a capacidade nativa de realizar consultas em diversas fontes e integrar dados permite a apuração eficaz de situações complexas, reduzindo significativamente o tempo necessário para estabelecer vínculos relevantes. A automação desses processos elimina a necessidade de interações manuais repetitivas, minimizando o risco de erros por parte do analista.

O SNAP oferece, assim, uma solução abrangente e eficiente para as necessidades específicas da Coordenadoria de Segurança Institucional.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** em 17/22/1013, às 28:34, conforme Ato Normativo nº 075, de 28 de Dezembro de 1010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0881523** e o código CRC **EB42F3C8**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## PARECER

**PROCEDIMENTO SEI Nº:** 19.09.45607.0030061/2023-48

**INTERESSADA:** Coordenadoria de Segurança Institucional – C.S.I

**ESPÉCIE:** INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

EMENTA:  
CONTRATAÇÃO  
DIRETA.  
SERVIÇO  
DE  
ASSINATURA  
DE  
SOLUÇÃO  
(SOFTWARE),  
POR  
24(VINTE E  
QUATRO)  
MESES.  
INEXIGIBILIDADE  
DE  
LICITAÇÃO.  
FORNECEDOR  
EXCLUSIVO.  
ART. 60, I  
DA LEI  
ESTADUAL  
Nº.  
9.433/2005.  
PELA  
REGULARIDADE  
MEDIANTE  
ATENDIMENTO  
DA  
CONDICIONA

## PARECER Nº 860/2023

### I – RELATÓRIO

Trata-se de procedimento de inexigibilidade de licitação formalizado pela Coordenadoria de Segurança Institucional – C.S.I, com vistas à contratação direta da empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.757.597/0002-18, objetivando a contratação dos serviços de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados, conforme especificações técnicas detalhadas no período de 24 meses.

Atribui-se à demanda o valor total de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, considerando a previsão de vigência do contrato por 24 (vinte e quatro) meses.

A unidade interessada apresenta justificativa (0864211) para a realização da despesa, consignando o seguinte:

Como demonstram os documentos anexos, em especial, o termo de referência, a contratação é essencial para a manutenção das atividades de inteligência desenvolvidas no âmbito da CSI, a fim de prestar auxílio aos órgãos e unidades finalísticas em matérias diversas. Verifica-se também a comprovação da inviabilidade de competição exigida pela legislação, na medida em que a empresa selecionada é a única credenciada pelo fabricante da ferramenta de TI em território nacional, com habilitação para a referida atualização, consoante carta de exclusividade ora apresentada. Observa-se também, dos contratos firmados com a Administração Pública ora colacionados, que o valor da proposta é compatível com o anteriormente praticado pelo fornecedor em ajustes de mesma natureza.

Instrui o expediente, em síntese, comunicação interna, Formulário de solicitação, Termo de Referência, proposta comercial, certificado de exclusividade emitido pela Associação Brasileira das Empresas de Software, certidões de regularidade do pretenso contratado, informações orçamentárias, dentre outros documentos.

É o breve relatório.

### II – DOS FUNDAMENTOS JURÍDICOS

#### II.1 Da contratação direta:

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 determina que, em regra, as contratações firmadas pela Administração Pública serão objeto de prévia licitação, como forma de garantir a efetivação dos princípios da isonomia, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, competição, vantajosidade, dentre outros. Nesse sentido é o que dispõe o art. 37, inciso XXI:



Art. 37 (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Como se pode observar no referido dispositivo, a Carta Magna de 1988 faz uma ressalva quanto aos casos especificados na legislação, possibilitando a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade, em situações excepcionais. Esse é também o escólio da doutrina:

As situações excepcionais ocorrem quando a competição se revela de todo inviável ou, analisado o caso concreto, possa causar prejuízo à Administração. Em tais hipóteses, o procedimento licitatório pode ser inexigido ou dispensado, justificando-se a contratação direta, o que, ainda assim, exige prévio procedimento formal. (HUPSEL, Edite Mesquita. COSTA, Leyla Bianca Correia Lima da. **Comentários à lei de licitações e contratações do Estado da Bahia**, 2010, p. 176)

Constata-se, portanto, autorização constitucional para que o legislador infraconstitucional excepcione a realização do procedimento licitatório, permitindo, assim, a contratação direta, mediante dispensa ou inexigibilidade de licitação, sem olvidar da necessidade de prévio procedimento formal.

## II.II Da inexigibilidade de licitação - fornecedor exclusivo:

Na situação sob exame, o objeto deste procedimento consiste na contratação de serviços de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados, conforme especificações técnicas detalhadas no processo.

De logo, tem-se que foi indicado no termo de referência o art. 60, I,II,III da Lei nº9.433/05, como fundamento jurídico da pretendida contratação.

Considerando, que o serviço demandado pela unidade é prestado em regime de exclusividade pela empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 05.757.597/0002-18, conforme atesta da Declaração emitida pela Associação Brasileira das Empresas de Software (0864220), tem-se aparentemente configurada a hipótese estabelecida no art. 60,I da Lei nº. 9.433/2005, *in verbis*:

Art. 60 - É inexigível a licitação quando caracterizada a inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca;

(....)

§ 1º - Considera-se produtor, empresa, representante comercial ou revendedor exclusivo aquele que seja o único a explorar a atividade no âmbito nacional, para os limites de concorrência e tomada de preços, e no do Estado, para o limite de convite, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, quando seja o caso, ou pelas entidades de classe equivalente.

Convém, ainda salientar que observando o disposto no formulário de solicitação (0864204) a fundamentação do presente requerimento abarca equivocadamente os incisos II e III do dispositivo retromencionado. Nesse diapasão, consultando o Termo de referência constante destes autos (0864216), verifica-se que a menção aos incisos II e III foi um equívoco. Isto posto, recomenda-se o ajuste do erro material constante do item “fundamentação legal” do referido documento.

Diante de tais considerações, bem como em atenção ao alegado na fundamentação da referida contratação, entende esta Assessoria Técnico-Jurídica que resta suficientemente atendido o pressuposto jurídico ora analisado para a contratação em epígrafe.

Cumpra mencionar que a justificativa da escolha do fornecedor e da adesão da ferramenta perquirida é atividade que caráter técnico, a qual compete exclusivamente à unidade interessada.

## II.III Da indicação dos recursos orçamentários:

Consta dos autos que as despesas correrão por conta do projeto/atividade **5211**, elemento da despesa **44.90.40**, com saldo de dotação orçamentária de **RS 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**, conforme informação orçamentária acostada (0864244).

## II.IV Da justificativa da contratação:

Quanto à justificativa para contratação, é possível extrair do expediente, a as razões colacionadas na manifestação ao ID 0881523, nos seguintes termos:

De ordem do Coordenador da CSI, em adição ao Termo de Referência (documento 0864216), justifica-se a escolha do objeto a ser contratado pelas seguintes razões:

A solução SNAP destaca-se como a escolha ideal para atender às demandas da Coordenadoria de Segurança Institucional. Sua ampla gama de recursos e tecnologias oferece suporte e integração eficientes a fontes governamentais e públicas. A capacidade única de transformar esses dados em apresentações visuais, com identificação automática e representação precisa de entidades como nome, CPF, CNPJ, IP, terminal móvel e e-mail, constitui um diferencial crucial para análises.

Além disso, a capacidade nativa de realizar consultas em diversas fontes e integrar dados permite a apuração eficaz de situações complexas, reduzindo significativamente o tempo necessário para estabelecer vínculos relevantes. A automação desses processos elimina a necessidade de interações manuais repetitivas, minimizando o risco de erros por parte do analista.

O SNAP oferece, assim, uma solução abrangente e eficiente para as necessidades específicas da Coordenadoria de Segurança Institucional.

Assim, em síntese, se percebe que a unidade justifica a contratação na imprescindibilidade de alcance da ferramenta para satisfação das necessidades de integração de dados do CSI de forma célere.

## II.V Da justificativa do preço:

A justificativa do preço tem sido tema de discussões doutrinárias e jurisprudenciais, o que, conseqüentemente, termina por causar confusão na prática, em especial nas hipóteses de inexigibilidade de licitação.

Em geral, a Administração justifica o preço através de pesquisa de mercado. Como decorrência do requisito da parametrização, a pesquisa de mercado pressupõe a existência de um objeto que possa ser comparável, vale dizer, a pesquisa de mercado exige bens ou serviços comuns.

Ocorre que, nas hipóteses de inexigibilidade de licitação, que pressupõem a inviabilidade de competição, não há como, a rigor, se comparar preços, seja em razão da exclusividade, seja em razão da singularidade do objeto. Nesse sentido:

A realização de cotação de preços junto a potenciais prestadores dos serviços demandados, a fim de justificar que os preços contratados estão compatíveis com os praticados no mercado, afasta a hipótese de inexigibilidade de licitação, por restar caracterizada a viabilidade de competição. Acórdão 2280/2019 Primeira Câmara



Tal fato, contudo, não significa que a Administração possa contratar qualquer objeto com qualquer preço, sob pena de mácula ao princípio da economicidade, moralidade e da boa administração, que impõem à Administração.

Com efeito, incumbe à Administração sempre verificar se os valores ofertados são razoáveis, uma vez que - não se pode olvidar - a Administração lida com recursos públicos. Nessa esteira, a forma de se aferir a razoabilidade dos preços é destacada pela jurisprudência e pela Advocacia-Geral da União, respectivamente:

A justificativa de preço em contratação decorrente de inexigibilidade de licitação (art. 26, parágrafo único, inciso III, da Lei 8.666/1993) pode ser feita mediante a comparação do valor ofertado com aqueles praticados pelo contratado junto a outros entes públicos ou privados, em avenças envolvendo o mesmo objeto ou objeto similar. Acórdão 2993/2018 Plenário (Denúncia, Relator Ministro Bruno Dantas)

Orientação Normativa nº 17 da AGU: a **razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e/ou privados**, ou outros meios igualmente idôneos. (Alterada pela Portaria AGU nº 572/2011, publicada no DOU 14.12.2011) .

Inclusive, na Lei nº. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), o art. 23, § 4º, dispõe que, quando não for possível, nas contratações diretas por inexigibilidade ou por dispensa, estimar o objeto na forma regular, ou seja, mediante pesquisa de mercado, a Administração deverá verificar se os preços propostos estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 01 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.

Neste sentido, a pretensa contratada logrou demonstrar a compatibilidade de preços mediante a remessa de contratos vigentes, firmados com outros entes tais estatais como O Ministério Público do Estado do Maranhão (0864219).

Diante de tais termos, portanto, tem-se que os elementos carreados aos autos são suficientes para demonstrar a razoabilidade do valor da presente contratação. Oportunamente, saliente-se que a avaliação quanto à compatibilidade técnica de tais evidências é atividade de competência da unidade demandante, pelo que deve, em todos os casos, haver criterioso juízo de admissibilidade dos elementos ora mencionados.

## II.VI Das certidões de regularidade:

Além das certidões de regularidade constarem no art. 65, § 3º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005, o Tribunal de Contas da União possui entendimento de que sua exigência é obrigatória também nas hipóteses de contratação direta:

É obrigatória a verificação da documentação de regularidade jurídica e fiscal das empresas, inclusive nos casos de contratações por dispensa de licitação. Acórdão 1405/2011-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN

É possível observar nos autos que a unidade promoveu a juntada das certidões de regularidade, em cumprimento ao art. 65, § 3º, da Lei Estadual nº. 9.433/2005.

## III – DA CONCLUSÃO

**Ante o exposto, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela regularidade do processo de inexigibilidade em epígrafe, resguardada a conveniência e oportunidade da Administração, desde que a unidade demandante cumpra as seguintes condições:**

Promova a atualização da fundamentação legal da pretendida contratação, tendo em vista seu melhor ajuste à hipótese prevista no art. 60, I da Lei nº 9.433/2005;

É o parecer, s.m.j. Encaminhe-se à Superintendência de Gestão Administrativa para deliberação.

Salvador, data da assinatura eletrônica.

**Belª. Maria Paula Simões Silva**  
**Assessoria Técnico-Jurídica/SGA**  
**Mat. 355.047**

**Belª. Thaynára Santos**  
**Assessora Técnico- jurídica**  
**Mat.355.128**



Documento assinado eletronicamente por **Maria Paula Simoes Silva** em 28/11/2023, às 16:25, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **Thaynara Santos** em 28/11/2023, às 16:26, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0872585** e o código CRC **DAC109CB**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Acolho o Parecer nº 860/2023 da Assessoria Técnico-Jurídica, pelos seus fundamentos, em favor da empresa TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 05.757.597/0002-18, objetivando a contratação dos serviços de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados, conforme especificações técnicas detalhadas no período de 24 meses.

Encaminhe-se o presente expediente à CSI para que promova a atualização da fundamentação legal da pretendida contratação, tendo em vista seu melhor ajuste à hipótese prevista no art. 60, I da Lei nº 9.433/2005, com posterior envio à DCCL/Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios para adoção das demais providências cabíveis.

**ANDRÉ LUÍS SANT'ANA RIBEIRO**  
Superintendente de Gestão Administrativa



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 14/22/1013, às 20:01, conforme o Ato Normativo nº 7, de 25 de Dezembro de 1010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código Verificador **0885428** e o código CRC **38650CC5**.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

De ordem do Coordenador da CSI, encaminhe-se o presente à DCCL para adoção das providências necessárias à publicação do resumo da autorização e emissão do termo contratual. Deixa-se de promover a diligência constante do despacho retro, tendo em vista que os diversos documentos processuais, notadamente o formulário inicial e o termo de referência, já indicam e argumentam de acordo com o fundamento legal para inexigibilidade de licitação apontado no Parecer Jurídico.



Documento assinado eletronicamente por **Caroline Santana Silva** em 14/22/1013, às 20:23, conforme o Ato Normativo nº 7, de 25 de Dezembro de 1010 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código Verificador **0885743** e o código CRC **A30CE6C2**.



---

**COMISSÃO DE CONCURSO PARA MEMBROS**

---

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
CONCURSO PÚBLICO PARA O PROVIMENTO DE VAGAS E A FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE  
PROMOTOR DE JUSTIÇA SUBSTITUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
EDITAL Nº 15 – MPBA PROMOTOR, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2023

O Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) torna pública a reabertura, das 10 horas do dia 29 de novembro de 2023 às 18 horas do dia 4 de dezembro de 2023 (horário oficial de Brasília/DF), do período para que os candidatos possam, por meio de link específico, disponível no endereço eletrônico [http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp\\_ba\\_23\\_promotor](http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_ba_23_promotor):

- a) preencher e enviar, via upload, o requerimento de inscrição definitiva, acompanhado da imagem legível da documentação referente à inscrição definitiva, conforme subitem 10.2 do edital de abertura; e
- b) preencher e enviar a Ficha de Informações Confidenciais (FIC) para fins de sindicância de vida pregressa, a ser disponibilizada no endereço eletrônico [http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp\\_ba\\_23\\_promotor](http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_ba_23_promotor); e
- c) enviar, via upload, imagem legível da documentação referente à avaliação de títulos.

Torna público, ainda, que os candidatos que já tenham enviado as imagens dos documentos no período constante do Edital nº 14 – MPBA Promotor, de 22 de novembro de 2023, deverão, na forma do subitem 10.2 do edital de abertura, obrigatoriamente, retornar ao sistema para preencher o requerimento de inscrição definitiva, nos termos deste edital.

Torna público, também, que a documentação enviada anteriormente será avaliada.

Torna público, por fim, que o edital de resultado provisório na inscrição definitiva será publicado no Diário de Justiça Eletrônico do Ministério Público do Estado da Bahia e divulgado na internet, no endereço eletrônico [http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp\\_ba\\_23\\_promotor](http://www.cebraspe.org.br/concursos/mp_ba_23_promotor), na data provável de 10 de janeiro de 2024.

NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente da Comissão de Concurso

---

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA**

---

---

**GABINETE**

---

PORTARIA Nº 438/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.00855.0014735/2023-52, RESOLVE prorrogar, por mais 60 (trinta) dias, a partir de 10 de outubro de 2023 o prazo do Processo de Reparação de Danos, constituído através da Portaria nº 239/2023, publicada no DJE de 10/07/2023.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 28 de novembro de 2023.

ANDRÉ LUIS SANT'ANA RIBEIRO  
Superintendente de Gestão Administrativa

---

**DIRETORIA DE CONTRATOS, CONVÊNIOS E LICITAÇÕES**

---

AUTORIZAÇÃO PARA INEXIGIBILIDADE Nº 008/2023. Processo SEI: 19.09.45607.0030061/2023-48. Parecer Jurídico: Nº 860/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Techbiz Forense Digital, CNPJ 05.757.597/0002-18. Objeto: Cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados. Valor: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). Data da Autorização da Contratação: 29/11/2023. Dotação Orçamentária/Gestora: 40.101.0038. Ação (P/A/OE): 5211. Natureza da Despesa: 44.90.40. Fundamento Legal: Art. 60, I, da Lei Nº 9.433/2005.

RESUMO DO QUINTO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA – Nº 149/2019- SGA Processo: 19.09.02349.0029266/2023-06. Parecer jurídico: 862/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Executiva Comércio de Máquinas e Equipamentos para Escritório Ltda, CNPJ nº 14.729.826/0001-09. Objeto contratual: Prestação de serviços de reprografia e impressão, na capital e no interior do Estado da Bahia, com e sem disponibilização de operador, de acordo com as necessidades do Ministério Público do Estado da Bahia. Objeto do aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 01 (um) ano, a contar de 01/12/2023 até 30/11/2024. Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.39.

**AVISO CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

A Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia nos termos do edital do Pregão Eletrônico nº 28/2023, PROCESSO nº 19.09.00857.0005605/2023-62, UASG: 926302, objeto: Registro de preços visando contratação de empresa especializada para prestação de serviços de copa nas unidades do Ministério Público da Bahia na capital e interior do Estado da Bahia, conforme edital e seus anexos, CONVOCA a empresa MAP SISTEMAS DE SERVICOS LTDA, CNPJ nº 04.293.000/0001-88, para assinatura da Ata de Registro de Preços nº 16/2023, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar desta publicação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Estadual nº 9.433/05.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

### CERTIDÃO

Certifico, para os devidos fins, que inexistem registros de aplicação de sanções administrativas de impedimento ou suspensão do direito de contratar com a Administração Pública da referida empresa, ou de seu (s) sócio (s), conforme documentos anexos.

Ressaltamos, ademais, que, no que diz respeito a sanções eventualmente aplicadas por este Ministério Público Estadual, após consulta à publicação relativa a fornecedores sancionados através do link <https://www.mpba.mp.br/area/licitacao/biblioteca/1732>, igualmente não foram encontradas restrições à referida empresa.

Oportunamente, procedo com a juntada de consulta de regularidade das certidões constantes do SICAF, uma vez que as certidões atualizadas de regularidade fiscal municipal e do FGTS, anexadas aos autos pela unidade demandante já se encontram vencidas.

Paula Souza de Paula Marques  
Coordenadora-Administrativa  
Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios  
Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações  
353.433



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 14/22/04013, s 4a:9f 3conArme Nto v ormati° o n745f 3de 29 de Dezembro de 0404 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Na autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=4](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=4) informando o código de verificação 0887349 e o código CRC B7D709F8.





## Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

### Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

#### Dados do Fornecedor

CNPJ: 05.757.597/0002-18 DUNS®: 944245764  
Razão Social: TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA  
Nome Fantasia:  
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/10/2024  
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA  
MEI: Não  
Porte da Empresa: Demais

#### Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Consta  
Impedimento de Licitar: Nada Consta  
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta  
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

#### Níveis cadastrados:

##### I - Credenciamento

##### II - Habilitação Jurídica

##### III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	20/05/2024
FGTS	Validade:	10/12/2023
Trabalhista ( <a href="http://www.tst.jus.br/certidao">http://www.tst.jus.br/certidao</a> )	Validade:	25/05/2024

##### IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	28/01/2024
Receita Municipal	Validade:	24/12/2023

##### VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2024

Emitido em: 30/11/2023 09:31

CPF: [REDACTED] Nome: PAULA SOUZA DE PAULA MARQUES

Ass: \_\_\_\_\_

1 de 1





## **Certidão Negativa de Débitos Tributários**

**(Emitida para os efeitos dos arts. 113 e 114 da Lei 3.956 de 11 de dezembro de 1981 - Código Tributário do Estado da Bahia)**

Certidão Nº: **20236390579**

RAZÃO SOCIAL <b>TECHBIZ FORENSE DIGITAL S/A</b>	
INSCRIÇÃO ESTADUAL	CNPJ <b>05.757.597/0002-18</b>

Fica certificado que não constam, até a presente data, pendências de responsabilidade da pessoa física ou jurídica acima identificada, relativas aos tributos administrados por esta Secretaria.

Esta certidão engloba todos os seus estabelecimentos quanto à inexistência de débitos, inclusive os inscritos na Dívida Ativa, de competência da Procuradoria Geral do Estado, ressalvado o direito da Fazenda Pública do Estado da Bahia cobrar quaisquer débitos que vierem a ser apurados posteriormente.

Emitida em 30/11/2023, conforme Portaria nº 918/99, sendo válida por 60 dias, contados a partir da data de sua emissão.

**AUTENTICIDADE DESTE DOCUMENTO PODE SER COMPROVADA NAS INSPETORIAS FAZENDÁRIAS  
OU VIA INTERNET, NO ENDEREÇO <http://www.sefaz.ba.gov.br>**

Válida com a apresentação conjunta do cartão original de inscrição no CPF ou no CNPJ da  
Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda.





## CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE, ENTRE SI, CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA E A EMPRESA TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA, NA FORMA ABAIXO:

### CONTRATO Nº 179/2023 - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado, mediante Ato de Delegação nº 70/2014, pelo Superintendente de Gestão Administrativa **André Luis Sant'Ana Ribeiro**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA** CNPJ nº 05.757.597/0002-18, estabelecida à rua Sergipe, 1014 - Sala 502 - Savassi - Belo Horizonte, Minas Gerais, representada pelo Sr. **Rafael Velasquez Saavedra da Silva**, CPF/MF nº [REDACTED] doravante denominada **CONTRATADA**, com supedâneo no quanto disposto na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, e, ainda, observado o constante no processo de Inexigibilidade de Licitação nº 008/2023-CSI, protocolado sob o nº 19.09.45607.0030061/2023-48 o qual integra este instrumento independentemente de transcrição, **CELEBRAM** o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Serviço de subscrição do programa SNAP Sinapses Desktop, para localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados privadas, públicas e comerciais úteis para os processos de apoio informacional, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses.

### CLÁUSULA SEGUNDA — DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO, E DO RECEBIMENTO

2.1 O Regime de execução do presente Contrato será efetuado na modalidade empreitada por preço global;

2.2 O **CONTRATANTE** convocará a **CONTRATADA** para retirar a nota de empenho no prazo de até **02 (dois) dias corridos** contados da data da notificação, a ser efetivada, preferencialmente, por e-mail;

2.2.1 As comprovações da convocação e da entrega/retirada da nota de empenho poderão ocorrer por quaisquer dos seguintes meios: por meio eletrônico (através de confirmação de recebimento de e-mail), aposição de assinatura (para retirada presencial) ou por Aviso de Recebimento dos correios (quando a entrega for via postal).

2.2.2 A **CONTRATADA** poderá solicitar a prorrogação do prazo para retirada/recebimento da nota de empenho, por igual período ao original, por motivo justo e aceito pela Administração, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei Estadual – BA nº 9433/2005.

2.3 A execução do objeto será considerada realizada após a instalação da solução dos softwares contratados, que ocorrerá à distância, mediante a utilização da tecnologia (informática), redes de telefonia, internet, e outras formas de telecomunicação e comunicação à distância, ou de equipamentos específicos que possibilite a prestação de serviços sem a necessidade de o empregado se deslocar até a sede do **CONTRATANTE**.

2.3.1 A instalação da solução do software contratados deverá ocorrer entre segunda e sexta-feira, de maneira remota, conforme o quanto descrito na **cláusula 2.3**, das 8:00h às 17:00h, mediante agendamento prévio com, junto à Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência do **CONTRATANTE**, por meio dos telefones (71) 3103-6556 e dos endereços eletrônicos e [csi@mpba.mp.br](mailto:csi@mpba.mp.br).

2.4 Deve ser fornecida solução, com licenciamento por tempo determinado, de 24 (vinte e quatro) meses, para otimização das análises através da análise de vínculos, permitindo que várias bases de dados sejam conectadas entre si, com a finalidade de prover análises de evidências vinculativas entre as entidades pesquisadas, enriquecendo de forma visual os dados de uma determinada pesquisa ou alvo; e que atenda aos seguintes requisitos mínimos quanto às suas capacidades e recursos técnicos:

2.4.1 Deve ter a capacidade de condução de investigações por cliques do mouse;

2.4.2 Deve possuir:

2.4.2.1 Interface com exibição em forma de grafos;

2.4.2.2 Recurso para mapeamento automático dos dados em entidades pré-definidas;

2.4.2.3 Capacidade de criação de novas entidades, possibilitando um posterior mapeamento automático de dados;

2.4.3 Deve suportar apresentação de 1.000.000 (um milhão) de entidades em uma única visualização;

2.4.4 Deve possuir recurso para destaque de informações e rápida localização de dados em visualizações com centenas de milhares de entidades;

2.4.5 Deve apresentar visualização gráfica dos relacionamentos existentes entre as diversas entidades;

2.4.6 Deve permitir abertura de várias investigações independentes dentro do mesmo ambiente, com movimentação de dados e entidades entre diferentes investigações dentro do mesmo ambiente;

2.4.7 Deve permitir:

2.4.7.1 Pesquisa em várias bases de dados simultaneamente;

2.4.7.2 Pesquisa em múltiplas entidades de forma simultânea, com exploração de todas as relações;

2.4.8 Deve possuir:

2.4.8.1 Menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de escolha de entidades filhas, irmãs, vizinhas, pais ou folhas;



2.4.8.2 Menu para navegação interativa através dos resultados retornados com a possibilidade de inversão da seleção;

2.4.9 Deve suportar diversos layouts para diferentes apresentações gráficas, incluindo, no mínimo, Bloco, Hierárquico, Circular e Orgânico;

2.4.10 Deve possuir recurso para enriquecimento de dados através das pesquisas em diferentes fontes de informações;

2.4.11 Deve possuir recurso para:

2.4.11.1 Exportação de visualizações, de modo que possam ser utilizadas em modo offline;

2.4.11.2 Exportação em formato GraphML, PDF, JPG, BMP, PNG, GIF, CSV, XLS e XLSX;

2.4.11.3 Importação de dados através de arquivos CSV, XLS e XLSX;

2.4.12 Deve possuir recurso de colaboração em tempo real para permitir que vários investigadores trabalhem de forma simultânea no mesmo caso;

2.4.13 Deve possuir recursos de Chat, Histórico e Criptografia durante a colaboração;

2.4.14 Deve permitir construção e reutilização de sequências de execução das pesquisas para automatização e otimização do processo de investigação;

2.4.15 Deve suportar realização de consultas em ao menos 50 (cinquenta) diferentes tipos de redes sociais, sendo incluídas necessariamente, Facebook, Instagram, LinkedIn, Twitter, Skype, Xing, Foursquare, Badoo, Blogger, Flickr, Github, FullContact, MyMail, MySpace, Snapchat, Snoop, Vokntakte, YouTube, Photobucket, Deviantart, Pinterest, Tinypic, Imageshack, Telegram, Tiktok, Tinder;

2.4.16 Deve suportar realização de consultas em outras fontes de dados, dentre elas: Facebook Marketplace, OLX, Mercado Livre, Google, Google Maps, DocumentCloud, Wikileaks;

2.4.17 Deve suportar, no mínimo, 700 (setecentos) diferentes critérios para pesquisa de dados em redes sociais;

2.4.18 Deve permitir extração de dados públicos do Facebook, incluindo: Amigos, Seguidores, Fotos e vídeos, Postagens, Páginas curtidas, Grupos, Localizações, Escolas, Empresas, Curtidas, Comentários etc; e realizar:

2.4.18.1 Localização de pessoas em redes sociais com base no nome; com base no Facebook ID; e com base no Alias (apelido);

2.4.18.2 Identificação de amigos em comum quando trabalhando com 2 (dois) ou mais perfis;

2.4.18.3 Implementação de métodos avançados que permitem identificar conexões mesmo quando a lista de amigos não esteja pública;

2.4.18.4 Localização de postagens com base no Facebook ID e em intervalo especificado de datas;

2.4.19 Deve permitir

2.4.19.1 A extração de dados públicos do Twitter, incluindo: Seguidores, Tweets, Retweets, Localizações, Hashtags, Datas;

2.4.19.2 A localização por reconhecimento facial nas seguintes redes sociais: Facebook, Instagram, LinkedIn, MySpace, Twitter, Vkontakte, Xing;

2.4.19.3 A localização de informações de empresas Offshore; de informações do Telegram; de informações do YouTube; e de informações de Torrents;

2.4.20 Deve possibilitar a extração de informações de EXIF de fotos;

2.4.21 Deve possuir:

2.4.21.1 A capacidade de retornar, no mínimo, as seguintes entidades como resultado das pesquisas: Operadora, Pessoa, Alconha ou Usuário, Foto, Empresa, Telefone, Localização, CEP, Latitude e Longitude, E-mail, Perfil (Rede Social), Objeto ou Produto, Anunciante, Veículo, Domínio (Internet), Comparsa, Arma de fogo, Documento, Integrante (Quadrilha);

2.4.21.2 A realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso privado, contemplando, no mínimo: Infoseg;

2.4.21.3 A realização de consultas em fontes de dados governamentais de uso público, contemplando, no mínimo: Portal da Transparência (Federal, Estaduais e do Distrito Federal), Junta Comercial (Estaduais e do Distrito Federal), Tribunal de Justiça (Federal, Estaduais e do Distrito Federal);

2.4.22 Deve suportar realização de consultas em fontes de dados de uso público, contemplando, no mínimo: Jusbrasil, registro.br, Celular Legal (Anatel), e Consulta Número (ABR Telecom);

2.4.23 Deve possuir integração com a solução Cellebrite UFED para extração de entidades localizadas nos dispositivos móveis investigados, mediante importação de arquivo no formato UFDR;

2.4.24 Deve suportar:

2.4.24.1 Realização de consultas em retornos de mandados do WhatsApp;

2.4.24.2 Reconhecimento de texto em imagens (OCR);

2.4.24.3 Reconhecimento de entidades em documentos de texto com aplicação de Named-entity recognition (NER), contemplando, no mínimo: Nome, CPF, CNPJ, Data e Valor;

2.4.25 Deve possuir capacidade de adição de novas fontes de dados, mediante desenvolvimento;

2.4.26 Deve fornecer trilha de auditoria de cada operação realizada no sistema, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Usuário logado, Endereço MAC, Endereço IP, Pesquisa realizada;

2.4.27 Deve possuir compatibilidade com sistemas operacionais do tipo Microsoft Windows, Apple macOS e Linux;

2.4.28 Deve possuir recurso de proteção física contra utilização indevida, sendo seu acesso bloqueado na ausência deste aparato;

2.4.28 Deve realizar atualização de suas buscas de forma automática sem interromper o usuário.

2.5 A **CONTRATADA** fornecerá assistência técnica, conforme o quanto descrito na **cláusula décima primeira** deste instrumento contratual;



2.6 Até 30 (trinta) dias após a instalação da solução, a **CONTRATADA** deve disponibilizar transferência de conhecimento na modalidade “EAD – Ensino a Distância”, com instrutor em tempo real, para 1 (uma) turma de até 06 (seis) participantes, com conteúdo teórico, prático e emissão de certificado:

2.6.1 Deve possuir carga horária de 12 (doze) horas, em dois períodos de 6 (seis) horas, ministrados em 2 (dois) dias;

2.6.2 A capacitação deve ser ministrada em língua portuguesa do Brasil, com disponibilização de material didático pela **CONTRATADA**.

2.7 O recebimento definitivo do objeto deste contrato ficará sob responsabilidade do fiscal do contrato em conjunto com o representante da Coordenadoria de Segurança Institucional e Inteligência - CSI do **CONTRATANTE** e será concretizado no prazo de **até 02 (dois) dias corridos**, depois de adotados, pelo **CONTRATANTE**, todos os procedimentos cabíveis do art. 161 da Lei Estadual- BA nº 9.433/2005;

2.7.1 O recebimento dos serviços ocorrerá mediante conferência destes, confrontando com as especificações contidas no Termo de Referência e Contrato (inclusive anexos) e na proposta de preços, bem como as quantidades determinadas na Ordem de serviços/Nota de Empenho.

2.7.2 O prazo para recebimento provisório será de **02 (dois) dias corridos**;

2.7.3 O **CONTRATANTE** rejeitará, no todo ou em parte, o objeto contratual em desacordo com as condições pactuadas, podendo, entretanto, se lhe convier, decidir pelo recebimento, neste caso com as deduções cabíveis;

2.7.4 Em caso de recusa, no todo ou em parte, do objeto contratado, fica o **CONTRATADO** obrigada a substituir ou reparar o(s) serviço(s) no prazo máximo de **02 (dois) dias corridos**, contados a partir da notificação do **CONTRATANTE**.

2.8 O aceite ou aprovação do objeto pelo **CONTRATANTE**, não exclui a responsabilidade civil do **CONTRATADO** por vícios, defeitos ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Contrato e no processo de inexigibilidade de Licitação que o originou, verificadas posteriormente, garantindo-se ao **CONTRATANTE**, inclusive, as faculdades previstas na Lei Federal n.º 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Código Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos (Fonte)	Natureza da Despesa
40.101/0038	5211	9900	100	44.90.40

**CLAÚSULA QUARTA- DO PREÇO**

4.1 Os valores unitários para prestação dos serviços objeto deste Contrato são os descritos no quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO EM REAIS (R\$)	
				UNITÁRIO	TOTAL
1	Solução de localização, transformação e apresentação de dados coletados de fontes públicas, comerciais e privadas para análise gráfica de perfis e entidades (com atualização tecnológica por 24 (vinte e quatro) meses)	Licença de uso anual	02	R\$ 110.000,00	R\$ 220.000,00
TOTAL				R\$ 220.000,00	

4.2 Dá-se ao presente contrato o valor global de **R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)**;

4.3 Nos preços computados neste Contrato estão inclusos todos e quaisquer custos necessários ao fiel cumprimento deste instrumento, inclusive todos aqueles relativos a remunerações, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas de todo o pessoal disponibilizado pela **CONTRATADA** para a execução do objeto, transportes de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas e fardamentos, depreciação, aluguéis, licenças, administração, tributos e emolumentos.

**CLÁUSULA QUINTA — DOS ACRÉSCIMOS E DAS SUPRESSÕES**

5.1 A **CONTRATADA** se obriga a aceitar, quando solicitado e devidamente motivado pela Administração, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, na forma da Lei Estadual - BA nº 9.433/2005;

5.2 As supressões poderão ser superiores a 25% (vinte e cinco por cento), desde que haja resultado de acordo entre os contratantes.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DO PAGAMENTO E DA RETENÇÃO DOS TRIBUTOS**

6.1 O faturamento referente ao objeto deste contrato será efetuado em parcela integral, ao final do recebimento do serviço e o pagamento será processado mediante apresentação, pela **CONTRATADA**, de fatura, Nota Fiscal relativa à prestação dos serviços, certidões de regularidade cabíveis e relatório de medição de serviços, documentação que deverá estar devidamente acompanhada do **ACEITE** pelo **CONTRATANTE**, e se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis, a contar da data de apresentação da documentação ora indicada, desde que não haja pendência a ser regularizada;



6.1.1 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

6.2 As faturas far-se-ão acompanhar da documentação probatória relativa ao recolhimento dos tributos que tenham como fato gerador o objeto consignado na **Cláusula Primeira**;

6.2.1 A Fatura/Nota Fiscal deverá ser entregue no endereço estipulado pela **CONTRATANTE**, devidamente discriminada em nome desta, e acompanhada das respectivas comprovações de regularidade para com os encargos previdenciários, trabalhistas, comerciais e fiscais.

6.3 O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada, após o recebimento definitivo do objeto.

6.4 O **CONTRATANTE** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente;

6.5 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária, para crédito em conta corrente e agência indicadas pela **CONTRATADA**, preferencialmente em banco de movimentação oficial de recursos do Estado da Bahia;

6.6 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do INPC do IBGE *pro rata tempore*, observado, sempre, o disposto nos **itens 6.2 e 6.2.1**.

6.6.1 Para efeito de caracterização de mora imputável ao **CONTRATANTE**, não serão considerados eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força de bloqueio de rotinas no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA — DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS**

7.1 Os preços definidos neste instrumento **são irrevogáveis**;

7.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual nº. 9.433/2005, por interesse da **CONTRATADA**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **CONTRATANTE**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

7.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual.

#### **CLÁUSULA OITAVA — DA VIGÊNCIA**

8.1 O contrato terá a vigência de **25 (vinte e cinco) meses**, a contar data da publicação do resumo do contrato no Diário da Justiça Eletrônico, sendo vedada a sua prorrogação.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

9.1 Além das determinações contidas na **Cláusula Segunda** deste contrato e no processo de Inexigibilidade de Licitação que o originou – que aqui se consideram literalmente transcritas, bem como daquelas decorrentes de lei, a **CONTRATADA**, obriga-se a:

9.2 Executar o objeto contratado de acordo com os prazos e as especificações técnicas constantes no procedimento para contratação, e na proposta de preços, no local determinado, nos dias e nos turnos e horários de expediente **do CONTRATANTE**, não podendo eximir-se da obrigação, ainda que parcialmente, sob a alegação de falhas, defeitos ou falta de pessoal, materiais e/ou peças;

9.3 Promover, às suas expensas e sob sua responsabilidade, a adequada prestação do serviço contratado;

9.4 Prestar diretamente o objeto contratado, não o transferindo a outrem, no todo ou em parte, ressalvando-se apenas os casos de cisão, fusão ou incorporação da empresa contratada, desde que não impeçam os compromissos assumidos para com o **CONTRATANTE**;

9.4.1 **É vedada a subcontratação**, ainda que parcial do objeto;

9.5 Manter durante toda a execução da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de contratação;

9.6 Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes que, porventura, sejam necessários à execução da contratação;

9.7 Responsabilizar-se pelo cumprimento das exigências previstas na legislação profissional específica e pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução da contratação;

9.7.1 A eventual retenção de tributos pelo **CONTRATANTE** não implicará na responsabilização deste, em hipótese alguma, por quaisquer penalidades ou gravames futuros, decorrentes de inadimplemento(s) de tributos pela empresa contratada;

9.8 Emitir notas fiscais/faturas de acordo com a legislação e com este documento, contendo descrição dos serviços, indicação de quantidades, preços unitários e valor total;

9.9 Arcar, quando da execução do objeto contratado, com todo e qualquer dano ou prejuízo, independentemente da natureza, causado ao **CONTRATANTE** /ou a terceiros, ainda que por sua culpa, em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir ao **CONTRATANTE** todos os custos decorrentes de indevida paralisação ou interrupção dos serviços contratados;

9.10 Não introduzir, seja a que título for, nenhuma modificação na especificação do objeto contratado ou das eventuais normas técnicas a serem seguidas, sem o consentimento prévio, e por escrito, do **CONTRATANTE**;

9.11 Atender, nos prazos consignados neste instrumento e/ou pelo **CONTRATANTE**, às recusas ou determinações de desfazimento/refazimento fornecimentos e/ou serviços acessórios que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições do Edital (e anexos) constante no processo que o originou, providenciando sua imediata correção ou realização, sem ônus para o **CONTRATANTE**;

9.12 Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização durante a vigência da contratação, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e à execução contratual, e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

9.13 Comunicar formalmente ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade que interfira no bom andamento da execução da contratação;

9.14 Manter sob sua exclusiva responsabilidade toda a supervisão e direção da eventual mão de obra necessária à execução completa e eficiente da contratação;



9.15 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

10.1 O **CONTRATANTE**, além das obrigações contidas neste contrato por determinação legal, obriga-se a:

10.2 Fornecer, no prazo de 10 (dez) dias a contar da data da assinatura do contrato, as informações necessárias para que a **CONTRATADA** possa executar plenamente o objeto contratado;

10.3 Realizar os pagamentos devidos pela execução do contrato, nos termos e condições previstos nas **CLÁUSULAS QUARTA e SEXTA**.

10.4 Permitir o acesso dos empregados autorizados da **CONTRATADA** às instalações físicas do **CONTRATANTE**, nos locais e na forma necessários para a execução dos serviços;

10.5 Acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento dos prazos e das condições de realização do presente contrato, notificando a **CONTRATADA**, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do objeto, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

10.6 Fornecer à **CONTRATADA**, mediante solicitação, atestado de capacidade técnica, quando o fornecimento do objeto atender satisfatoriamente os prazos de entrega, qualidade e demais condições previstas neste Contrato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

11.1 Os serviços de suporte técnico remoto para cumprimento das obrigações previstas nesta contratação serão regidos pelas disposições a seguir:

11.1.1 Os serviços de suporte técnico remoto terão início a contar da data de emissão do termo de aceitação definitiva da implantação da Solução e devem ser realizados por profissionais especializados e cobrir todo e qualquer defeito apresentado;

11.1.2 O suporte técnico remoto ao produto deve ser provido pela empresa **CONTRATADA** por meio de seus engenheiros de suporte;

11.1.3 O suporte técnico remoto deve estar disponível em dias úteis, de segunda a sexta-feira, em horário comercial, das 09h às 18h (8X5);

11.1.4 Os chamados abertos através do canal de atendimento indicado pela **CONTRATADA** devem ser respondidos em, no máximo, 02 (dois) dias úteis, devendo ser apresentada Solução conclusiva para a demanda gerada em até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do fim do prazo de resposta anteriormente mencionado, exceto quando o problema for proveniente de um sistema de terceiros cuja solução possui conexão ou acesso;

11.1.5 O número de atendimentos de qualquer tipo pela **CONTRATADA** é ilimitado;

11.2 A **CONTRATADA** deve disponibilizar à **CONTRATANTE** meios para abertura e acompanhamento dos chamados através de e-mail e/ou ferramenta web e número de telefone, com atendente para informar sobre a situação das ordens de serviço, durante todo o período de contrato;

11.3 As ferramentas disponibilizadas para a abertura e acompanhamento dos chamados devem fornecer uma numeração única e sequencial para cada registro, data e hora de abertura do chamado e ainda permitir o cancelamento e consulta das ordens de serviços exclusivas da **CONTRATANTE**;

11.4 A **CONTRATADA** deve fornecer o esclarecimento de dúvidas e a transferência de conhecimento técnico e funcional da solução enquanto estiver em vigor o presente contrato, por telefone, e-mail e Internet.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

12.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar a **CONTRATADA** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

12.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

12.2.1 Acompanhar o cumprimento dos prazos de execução descritos neste instrumento, e determinar as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos, podendo ainda suspender-lhes a execução, sem prejuízos das sanções contratuais legais;

12.2.2 Transmitir à **CONTRATADA** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações, quando for o caso;

12.2.3 Promover a verificação dos serviços já efetuados, emitindo a competente habilitação para o recebimento de pagamentos;

12.2.4 Esclarecer prontamente as dúvidas da **CONTRATADA**, solicitando ao setor competente do **CONTRATANTE**, se necessário, parecer de especialistas;

12.3 A fiscalização, pelo **CONTRATANTE**, não desobriga a **CONTRATADA** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

12.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **CONTRATANTE**, sobre irregularidades ou falhas, não exime a **CONTRATADA** das responsabilidades determinadas neste contrato;

12.4 O **CONTRATANTE** poderá recusar, sustar e/ou determinar o desfazimento/refazimento de serviços e/ou o fornecimento de bens que não estejam sendo ou não tenham sido executados de acordo com as Normas Técnicas e/ou em conformidade com as condições deste contrato, ou ainda que atentem contra a segurança de terceiros ou de bens;

12.4.1 Qualquer serviço ou bem considerado não aceitável, no todo ou em parte, deverá ser refeito ou substituído pela **CONTRATADA**, às suas expensas;

12.4.2 A não aceitação de algum serviço ou bem, no todo ou em parte, não implicará na dilação do prazo de execução, salvo expressa concordância do **CONTRATANTE**;

12.5 O **CONTRATANTE** poderá determinar o afastamento momentâneo, de suas dependências ou do local da execução do contrato, de empregados ou prepostos da **CONTRATADA**, cuja permanência venha embarçar ou dificultar a ação fiscalizadora;

12.6 Para fins de fiscalização, o **CONTRATANTE** poderá solicitar à **CONTRATADA**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.



## CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1 A **CONTRATADA** sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, as quais poderão vir a ser aplicadas após o prévio e devido processo administrativo, assegurando-lhe, sempre, o contraditório e a ampla defesa;

13.2 - Em caso de inadimplemento parcial ou total de obrigações pela **CONTRATADA**, e não sendo suas justificativas aceitas pelo **CONTRATANTE**, àquela poderão ser aplicadas, observado o disposto no item anterior, as seguintes penalidades:

13.2.1 Multa;

13.2.2 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

13.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes desta punição e até que seja promovida sua reabilitação perante a Administração Pública Estadual;

13.2.4 Descredenciamento do sistema de registro cadastral.

13.3 Nas hipóteses de aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.2 a 13.2.4, estas serão impostas à **CONTRATADA** cumulativamente com multa;

13.4 A inexecução contratual, inclusive por atraso injustificado na execução do contrato, sujeitará a **CONTRATADA** à multa de mora, que será graduada de acordo com a gravidade da infração, obedecidos os seguintes limites máximos:

13.4.1 - 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho ou do Contrato, em caso de descumprimento total da obrigação;

13.4.2 - 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor total da parte do serviço não realizado;

13.4.3 - 0,7% (sete décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor da parte do serviço não realizado;

13.4.4 Para hipótese de inexecução relacionada ao cumprimento de obrigação **acessória**, assim consideradas aquelas que coadjuvam com a principal:

13.4.4.1 - 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, sobre o valor global do contrato;

13.4.4.2 - 0,6% (seis décimos por cento) por cada dia de atraso subsequente ao 30º (trigésimo), sobre o valor global do contrato;

13.4.4.3 - Para cada obrigação acessória descumprida, a aplicação dos percentuais definidos nos **subitens 12.4.2.1 e 12.4.2.2**, estará limitada ao montante global de 10% (dez por cento) do valor global do contrato;

13.5. A aplicação de multa à **CONTRATADA** não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique as demais sanções previstas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

13.6 Quando aplicadas, as multas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, ou serem deduzidas do pagamento a ser efetuado pelo **CONTRATANTE**, caso este deva ocorrer dentro daquele prazo;

13.6.1 Na hipótese de ausência de adimplemento voluntário e impossibilidade de dedução, as multas poderão ser descontadas da garantia contratual ou cobradas judicialmente, a critério do **CONTRATANTE**;

13.7 A aplicação de multas não tem caráter compensatório, e o seu pagamento não eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade por perdas e/ou danos decorrentes das infrações cometidas;

13.8 Os custos correspondentes a danos e/ou prejuízos causados por culpa ou dolo da **CONTRATADA** deverão ser ressarcidos ao **CONTRATANTE** no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação administrativa, sob pena de, sem prejuízo do ressarcimento, serem considerados como hipótese de inadimplemento contratual, sujeita, portanto, à aplicação das sanções administrativas previstas nesta Cláusula.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018

14.1 É vedado às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual para finalidade distinta daquela do objeto da contratação, mantendo-se sigilo e confidencialidade, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

14.2 A **CONTRATADA** declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONTRATANTE**.

14.3 A **CONTRATADA** fica obrigada a comunicar ao Ministério Público do Estado da Bahia, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

14.4 A **CONTRATADA** cooperará com a **CONTRATANTE** no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, ANPD e Órgãos de controle administrativo em geral;

14.5 Eventuais responsabilidades das partes serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III, Capítulo VI da LGPD.

## CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA RESCISÃO

15.1 A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará a sua rescisão, com as consequências contratuais previstas no Capítulo IX, Seção VIII - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos, da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005;

15.2 O **CONTRATANTE** poderá rescindir unilateral e administrativamente o presente Contrato, nas hipóteses previstas nos incisos I a XVI, XX e XXI do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005.

15.3 Havendo rescisão administrativa do presente contrato, baseada em alguma das hipóteses previstas nos incisos II a XII do art. 167 da Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **CONTRATANTE** poderá adotar, no que couber, quaisquer das medidas discriminadas no art. 169 do supracitado diploma legal.



#### CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA— DA VINCULAÇÃO AO PROCEDIMENTO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Integram o presente contrato, como se nele estivessem transcritas, as cláusulas e condições estabelecidas no procedimento de inexigibilidade de Licitação que o originou, referido no preâmbulo deste instrumento, bem como a proposta da **CONTRATADA** apresentada no referido expediente, naquilo que não diverja deste ajuste.

#### CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA PUBLICIDADE

**CONTRATANTE** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

#### CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade do Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1 O **CONTRATANTE** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pela **CONTRATADA**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente contrato;

19.2 A inadimplência da **CONTRATADA**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **CONTRATANTE** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato;

19.3 Aplicar-se-á a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos;

19.4 Fica assegurado ao **CONTRATANTE** o direito de alterar unilateralmente o contrato, mediante justificação expressa, nas hipóteses previstas no inciso I do art. 143 da Lei Estadual nº 9.433/2005, para melhor adequação às finalidades de interesse público, desde que mantido o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato e respeitados os demais direitos da **CONTRATADA**;

19.5 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento e/ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades;

19.6 Inexistindo disposição específica, as obrigações contratuais devem ser praticadas no prazo de 05 (cinco) dias.

E, por assim estarem justos e acordados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produza seus efeitos legais.

Salvador/BA, 2023.

**TECHBIZ FORENSE DIGITAL LTDA**  
**Rafael Velasquez Saavedra da Silva**  
Sócio - representante legal

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**  
**André Luis Sant'Ana Ribeiro**  
Superintendente Gestão Administrativa

(Documento datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **Rafael Velasquez Saavedra da Silva** em 30/11/2023, às 12:10, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 30/11/2023, às 20:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0887232** e o código CRC **080FF8EF**.



**PORTARIA**  
**PORTARIA SGA Nº 442/2023**

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Ludmilla Palmeira Andrade, matrícula nº 353.186 e Reinaldo Góes de Souza, matrícula nº 352.498, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 179/2023-SGA, relativo à Serviço de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia.

**André Luis Sant'Ana Ribeiro**  
Superintendente de Gestão Administrativa

(Datado e assinado eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **André Luis Santana Ribeiro** em 30/11/2023, às 20:09, conforme Ato Normativo nº 047, de 15 de Dezembro de 2020 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0887373** e o código CRC **3A6062DD**.



## PORTARIA Nº 434/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01148.0031390/2023-40, RESOLVE designar os servidores Marcos Cesar Silva Santos, matrícula nº 353467 e Fernanda da Silva Leôncio Dias, matrícula nº 352579, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 177/2023 - SGA, relativo aos serviços de monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça Regional de Teixeira de Freitas.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 30 de novembro de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa.

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 178/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.01053.0031389/2023-30 - Dispensa Nº 004/2023 – PJR de Jequié. Parecer jurídico: 874/2018. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Ação Segurança Eletrônica Ltda- ME, CNPJ nº 33.412.384/0001-09. Objeto: Serviços de vigilância, por meio de sistema eletrônico de monitoramento da Promotoria de Justiça Regional de Jequié - BA. Regime de Execução: Empreitada por preço unitário. Valor Global: R\$ 2.520,00 (dois mil, quinhentos e vinte reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0034. Ação (P/A/OE): 4058. Região: 7400. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 33.90.39. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01 de abril de 2024 e a terminar em 31 de março de 2025.

## PORTARIA Nº 435/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e, considerando o expediente nº 19.09.01053.0031389/2023-30 RESOLVE designar os servidores Givanildo de Amorim Santana, matrícula nº 352517 e Marcio Henrique Alves Santos, matrícula 352027, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 178/2023 - SGA, relativo aos serviços de monitoramento eletrônico da Promotoria de Justiça Regional de Jequié.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 30 de novembro de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 179/2023 - SGA. Processo SEI: 19.09.45607.0030061/2023-48 - Inexigibilidade Nº 008/2023. Parecer jurídico: 860/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e a empresa Techbiz Forense Digital Ltda. CNPJ nº 05.757.597/0002-18. Objeto: Serviço de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados. Regime de Execução: Empreitada por preço global. Valor Global: R\$ 220.000,00 (duzentos e vinte mil reais). Dotação Orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0038. Ação (P/A/OE): 5211. Região: 9900. Destinação de Recursos: 100. Natureza de Despesa: 44.90.40. Forma de Pagamento: Ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado. Prazo de vigência: 25 (vinte e cinco) meses, a contar da data da publicação do resumo no Diário da Justiça Eletrônico.

## PORTARIA SGA Nº 442/2023

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições, RESOLVE designar os servidores Ludmilla Palmeira Andrade, matrícula nº 353.186 e Reinaldo Góes de Souza, matrícula nº 352.498, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 179/2023-SGA, relativo à Serviço de cessão temporária de uso de solução (software) localização, transformação e apresentação de informações de bases de dados.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 30 de novembro de 2023.

André Luís Sant'Ana Ribeiro  
Superintendente de Gestão Administrativa.

RESUMO DE TERMO DE DISTRATO - CONTRATO Nº 019/2010 - SGA. Processo: 19.09.00965.0022406/2023-40. Parecer jurídico: 707/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Raimunda Dantas Silva Melo e Severino Gonçalves de Melo Neto. Objeto do contrato: Locação de imóvel urbano para fins não residenciais destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha. Objeto do Distrato: rescisão amigável, com a consequente extinção antecipada do contrato original com efeitos a partir de 01 de setembro de 2023.

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO Nº 206/2018-SGA. Processo SEI: 19.09.02678.0021775/2023-86 – Parecer Jurídico: 868/2023. Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e o locatário Maria Elizabeth Vidaure Mello. Objeto contratual: locação de imóvel urbano, do tipo galpão, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Gandu. Objeto do aditivo: Alterar as informações relativas ao locador, constantes no título e no preâmbulo do ajuste; modificar a Cláusula Primeira, para retificar a área útil construída total do imóvel locado; alterar a Cláusula Terceira, para atualização do valor mensal do aluguel; modificar a Cláusula Oitava, para incluir nova obrigação ao locador; e prorrogar a vigência contratual (Cláusula Sexta) por mais 02 (dois) anos, a partir de 01 de dezembro de 2023, até 30 de novembro de 2025. O novo valor de aluguel mensal passa a ser de R\$ 5.800,00 (cinco mil e oitocentos reais), o valor anual estimado do contrato passa para R\$ 69.600,00 (sessenta e nove mil e seiscentos reais) e o valor global para os dois anos subsequentes da contratação passa a ser de R\$ 139.200,00 (cento e trinta e nove mil e duzentos reais). Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101.0003 – Região: 9900 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (PAOE) 2000 - Natureza da Despesa 33.90.36.





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DA BAHIA

## DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à CSI - Unidade de Execução Orçamentária acompanhado do **Contrato nº 179/2023 - SGA** e da **Portaria nº 442/2023**, devidamente assinados, bem como extrato da publicação do respectivo resumo no Diário da Justiça Eletrônico nº 3.465 do dia 04/12/2023 para providências cabíveis.

No ensejo, ressaltamos a necessidade de, ANTES DE SER EMITIDO O EMPENHO, que seja verificada a validade do orçamento e certidões da empresa selecionada, a fim de evitar a emissão de empenhos para empresa que não esteja em situação regular.

**Paula Souza de Paula Marques**

Coordenadora-Administrativa

Coordenação de Elaboração e Acompanhamento de Contratos e Convênios

Diretoria de Contratos, Convênios e Licitações

**Matrícula 353.433**



Documento assinado eletronicamente por **Paula Souza de Paula** em 14/20/0103, às 1: 23, conforme Ato Normativo nº 147, de 25 de Dezembro de 0101 - Ministério Público do Estado da Bahia.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=1](https://sei.sistemas.mpba.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **0890856** e o código CRC **D8966C83**.